



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA - PGLA

ANDRÉ COUTO SANTOS

**ANÁLISE DO *POLICIALÊS*: o processo de ensino e aprendizagem da linguagem
policia na Polícia Militar do Distrito Federal em cursos de formação policial**

Brasília/DF
2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA

Área de concentração:

PRÁTICAS E TEORIAS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS

Linha de pesquisa:

PROCESSOS FORMATIVOS DE PROFESSORES E APRENDIZES DE LÍNGUAS

ANÁLISE DO *POLICIALÊS*: o processo de ensino e aprendizagem da linguagem policial na Polícia Militar do Distrito Federal em cursos de formação policial

ANDRÉ COUTO SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – PGLA, do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução – LET do Instituto de Letras – IL da Universidade de Brasília - UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Orientador: Professor. Dr. José Carlos Paes de Almeida Filho.

Brasília/DF
2017

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

SANTOS, André Couto. *ANÁLISE DO POLICIALÊS: o processo de ensino e aprendizagem da linguagem policial na Polícia Militar do Distrito Federal em cursos de formação policial*. 2017. 184 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade de Brasília – UnB, 2017.

É concedida somente à Universidade de Brasília – UnB, bem como à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, a permissão para reproduzir, de forma parcial, cópias desta dissertação, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. O autor reserva-se outros direitos autorais e de publicação. Nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a autorização prévia e por escrito por parte do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SSA237a	Santos, André Couto ANÁLISE DO POLICIALÊS: o processo de ensino e aprendizagem da linguagem policial na Polícia Militar do Distrito Federal em cursos de formação policial / André Couto Santos; orientador José Carlos Paes de Almeida Filho. -- Brasília, 2017. 184 p. Dissertação (Mestrado - Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade de Brasília, 2017. 1. Policialês. 2. Linguagem. 3. PMDF. 4. Competência comunicativa. 5. Formação policial. I. Almeida Filho, José Carlos Paes de , orient. II. Título.
---------	---

ANDRÉ COUTO SANTOS

ANÁLISE DO *POLICIALÊS*: o processo de ensino e aprendizagem da linguagem policial na Polícia Militar do Distrito Federal em cursos de formação policial

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Aprovada pelos seguintes membros da Banca Examinadora:

Professor. Dr. José Carlos Paes de Almeida Filho – UnB
Presidente da Banca

Professora. Dra. Magali Barçante – Fatec Indaiatuba/UnB
Examinadora interna

Professora. Dra. Rita de Cássia Barbirato – UFSCar
Examinadora externa

Professora. Dra. Kaline Girão Jamison – UECE
Suplente

Brasília - DF, 15 de dezembro de 2017.

À esperança que está em mim que não é mais a minha!

Eu agradeço...

Primeiramente, ao Criador do universo o qual busco conhecê-lo VERDADEIRAMENTE e não mais por falácias ou aleivosias;

À minha família: meus pais; meus irmãos; minha cunhada e meus sobrinhos;

Ao meu orientador, Professor. Dr. José Carlos Paes de Almeida Filho, por me receber e me direcionar durante a pesquisa, bem como por todo conhecimento compartilhado;

Aos meus amigos de mestrado, em especial, aos que estiveram sempre ao meu lado;

Aos meus dois queridos amigos e irmãos de coração, Jonathas Fernandes, agora um combatente do CBMDF e o Osmi Vieira, um dos melhores designers gráficos que eu conheço;

Aos meus queridos e estimados amigos pessoais da PMDF, Major Senna, Major Muriel, Major Cintia, Major Waldicharbel, Subtenente Carlos Roberto, à 3º Sargento Andréa Nunes e o Cabo Venturini;

Aos demais amigos da PMDF que me receberam e foram bastante solícitos comigo, dentre eles, o Cel. Renato (Comandante do CPAer) o Major Lucas, o Major Marcelo Alves, o Major Dorotel, o Capitão Wanderley, o Capitão Sakayo, o 2º Sargento Valmir e o 3º Sargento Carlos Varela;

À Professora Dra. Enilde Faulstich que me ofertou um livro de sua autoria relacionado ao tema da linguagem policial em contribuição ao meu trabalho;

Às estimadíssimas Professoras Doutoras participantes da banca examinadora: Magali Barçante; Rita de Cássia Barbirato e Kaline Girão Jamison;

Aos demais docentes do PGLA que também contribuíram para o meu conhecimento, bem como todos os funcionários da coordenação do respectivo programa;

E, enfim, a todos os demais policiais militares (oficiais e praças) em efetivo exercício que me receberam com generosidade em suas respectivas unidades e contribuíram, de forma valiosa, para a presente pesquisa.

*“Estudar línguas não é uma construção linguística muito feliz.
Línguas não são adquiridas ao máximo possível quando
são estudadas, mas, sim, quando são
experienciadas e absorvidas”.*

(ALMEIDA FILHO, 2017, p. 1)

RESUMO

A presente dissertação, caracterizada como fruto de uma pesquisa de cunho etnográfico qualitativa, conduzida sob uma perspectiva interpretativista, teve como objetivo basilar uma análise sistemática e descritiva da linguagem policial (*policialês*) e seus componentes de linguagem, desempenhada na Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e, por conseguinte, demonstrar e esclarecer o processo do ensino e aprendizagem/aquisição dessa linguagem policial por parte dos policiais militares da referida Corporação em seus respectivos cursos de formação policial, a partir de uma perspectiva élfica (Ensino de Línguas para Fins Específicos) - ELFE. A pesquisa foi realizada em duas temporadas, a saber, durante o período compreendido de março a outubro de 2016, no qual realizei a primeira etapa das observações participantes e durante o período compreendido de maio a agosto de 2017, em que realizei a segunda etapa das observações participantes, as análises documentais e as respectivas entrevistas. Os resultados demonstraram que os policiais militares da PMDF não estão aprendendo a linguagem e a comunicação policial na perspectiva da competência comunicativa, uma vez que as respectivas disciplinas nos currículos da Instituição investigada, oferecidas durante os cursos de formação policial, não tratam especificamente do *policialês* e, sim, de alguns elementos dessa linguagem, bem como também não apresentam uma abordagem comunicativa do ensino praticado, isto é, não abrangem uma filosofia interativa e construtiva para o uso dessa linguagem policial. Desse modo, a presente pesquisa apresenta à Corporação, um esboço de um planejamento de um curso de linguagem e comunicação policial que poderia redundar numa satisfatória inovação dos currículos dos cursos de formação policial.

Palavras-chave: *Policialês*. Linguagem. PMDF. Competência comunicativa. Formação policial.

RESUMEN

La presente disertación, caracterizada como fruto de una investigación de cuño etnográfico cualitativo, conducida bajo una perspectiva interpretativista, tuvo como objetivo basilar un análisis sistemático y descriptivo del lenguaje policial (*policiañol*)¹ y sus componentes, de lenguaje desempeñada en la Policía Militar del Distrito Federal (PMDF) y, por consiguiente, demostrar y aclarar el proceso de enseñanza y aprendizaje/adquisición de ese lenguaje policial por parte de los policías militares de dicha Corporación en sus respectivos cursos de formación policial, a partir de una perspectiva élfica (Enseñanza de Lenguas para Fines Específicos - ELFE). La investigación se realizó en dos temporadas, a saber, durante el período comprendido de marzo a octubre de 2016, en el cual realicé la primera etapa de las observaciones participantes y durante el período comprendido de mayo a agosto de 2017, en que realicé la segunda etapa de las observaciones participantes, los análisis documentales y las respectivas entrevistas. Los resultados demostraron que los policías militares de la PMDF no están aprendiendo el lenguaje y la comunicación policial en la perspectiva de la competencia comunicativa, ya que las respectivas disciplinas en los currículos de la Institución investigada, ofrecidas durante los cursos de formación policial, no tratan específicamente del *policiañol* y, si algunos elementos de ese lenguaje, así como tampoco presentan un enfoque comunicativo de la enseñanza practicada, es decir, no abarcan una filosofía interactiva y constructiva para el uso de ese lenguaje policial. De este modo, la presente investigación presenta a la Corporación, un esbozo de una planificación de un curso de lenguaje y comunicación policial que podría redundar en una innovación satisfactoria de los planes de estudio de los cursos de formación policial.

Palabras-llave: *Policiañol*. Lenguaje. PMDF. Competencia comunicativa. Formación policial.

¹ Lenguaje policial llamado por mí de *policiañol*.

ABSTRACT

The present dissertation, characterized as a result of a qualitative ethnographic research, conducted under an interpretative perspective, aimed to base a systematic and descriptive analysis of the police (*policish*)² language and its components, performed in the Federal District Military Police (PMDF), and, therefore, to demonstrate and clarify the process of teaching and learning/acquisition of this police language by the military police of the said Corporation in their respective police training courses, from an elvish perspective (Teaching of Languages for Specific Purposes) - ELFE. The research was carried out in two seasons, during the period from March to October 2016, in which I carried out the first stage of the participant observations and during the period from May to August 2017, when I realized observations, documentary analyzes and interviews. The results showed that military police of the PMDF are not learning the language and police communication according to perspective of communicative competence, since their disciplines in the curriculum of the institution investigated, offered during the course of police training, they do not specifically address the *policish* and, yes, some elements of that language, and also do not present a communicative approach to the practised teaching, that is, do not encompass an interactive philosophy and constructive for the use of this police language. Thus, the present research presents to the Corporation, a sketch of a planning of a course of language and police communication that could redound in a satisfactory innovation of the curricula of the courses of police training.

Keywords: *Policish*. Language. PMDF. Communicative competence. Police training.

² Police lingo, called by me as *policish*.

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1-	O <i>policialês</i> e seus componentes de linguagem	111
Esquema 2-	O <i>policialês</i> e os sistemas de comunicação policial	134

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 -	Equipamentos e os sistemas de comunicação institucional e operacional da PMDF e SSP/DF	39
Foto 2 -	Agrupamento preliminar informal para entrada em serviço do 1º Batalhão de Policiamento de Choque - 1º BPChoque da PMDF	64
Foto 3 -	Formatura policial militar em início de expediente – PMDF	66
Foto 4 -	Viaturas da PMDF em serviço de patrulhamento	67
Foto 5 -	Dispositivos de sinalização de trânsito da PMDF	69
Foto 6 -	Bandeiras hasteadas - Quartel do Comando Geral – QCG da PMDF	70
Foto 7 -	Corneteiro (policial militar) em formatura policial militar – PMDF	71
Foto 8 -	Banda de Música da PMDF em formatura policial militar	72
Foto 9 -	Grupo de Intervenção 13 de Maio (GI-13) do Batalhão de Operações Especiais – BOpE da PMDF	74
Foto 10 -	Operação policial do Batalhão de Policiamento com Cães – BPCães da PMDF	76
Reproduções 1 -	Jargões Policiais não verbais	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Alfabeto Fonético Internacional Militar	44
Quadro 2 -	Código Internacional Q.....	47
Quadro 3 -	Expressões Convencionais Policiais	49
Quadro 4 -	Matriz Curricular do Curso de Formação de Oficiais - CFO da Polícia Militar do Distrito Federal do ano de 2012	112
Quadro 5 -	Matriz Curricular do Curso de Formação de Praças - CFP da Polícia Militar do Distrito Federal do ano de 2014	114
Quadro 6 -	Ementas das disciplinas do CFO	118
Quadro 7 -	Ementas das disciplinas do CFP	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1º BPChoque	Primeiro Batalhão de Policiamento de Choque
1º BPTran	Primeiro Batalhão de Policiamento de Trânsito
APMB	Academia de Polícia Militar de Brasília
BAvOp	Batalhão de Aviação Operacional
BOpE	Batalhão de Operações Especiais
BPCães	Batalhão de Policiamento com Cães
BPM	Batalhão de Polícia Militar
Cap	Capitão
CBMDF	Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal
CEFAP/CBMDF	Centro de Especialização, Formação e Aperfeiçoamento de Praças do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
CF	Constituição Federal
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFP	Curso de Formação de Praças
CIEP	Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Polícia e Segurança Pública
CMil/DF	Casa Militar do Distrito Federal
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DEC	Departamento de Educação e Cultura
DETRAN/DF	Departamento de Trânsito do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
DGP	Departamento de Gestão de Pessoal
DPPHC/PMDF	Diretoria de Pesquisa e do Patrimônio Histórico e Cultural da Polícia Militar do Distrito Federal
EB	Exército Brasileiro
ELFE	Ensino de Línguas para Fins Específicos
EsFO	Escola de Formação de Oficiais
EsFP	Escola de Formação de Praças
EUA	Estados Unidos da América
GI-13	Grupo de Intervenção 13 de Maio
GTOp	Grupo Tático Operacional
ICAO	Organização Internacional da Aviação Civil

IL	Instituto de Letras
ISCP	Instituto Superior de Ciências Policiais
ITU	União Internacional das Telecomunicações
LA	Linguística Aplicada
LET	Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução
Libras	Língua Brasileira de Sinais
MD	Materiais Didáticos
MIT	Instituto de Tecnologia de <i>Massachusetts</i>
MJ	Ministério da Justiça
MQE	Mensageiros Químicos Exteriores
OGEL	Operação Global de Ensino de Línguas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCDF	Polícia Civil do Distrito Federal
PF	Polícia Federal
PGLA	Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
QCG	Quartel do Comando Geral
ROTAM	Batalhão de Rondas Táticas Motorizadas
RPMon	Regimento de Polícia Montada
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
Sd	Soldado
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SSP/DF	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
START	Simple triagem e rápido tratamento
TAF	Teste de Aptidão Física
Ten	Tenente
TFM	Teste Físico Militar
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	18
INTRODUÇÃO	18
1.1. Justificativa	20
1.2. Contextualização da pesquisa	21
1.3. Objetivo da pesquisa	22
1.4. Perguntas da pesquisa	23
1.5. Organização da presente dissertação	23
CAPÍTULO 2	25
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
2.1. Breve contextualização da linguagem e comunicação humana	25
2.1.1. As linguagens verbais, não verbais e paraverbais	27
2.2. Aspectos gerais sobre cultura e identidade	30
2.2.1. A relação entre a cultura e a identidade na construção da linguagem policial (<i>policialês</i>)	32
2.3. As comunicações policiais verbais	40
2.3.1. Os Tecnoletos Policiais	40
2.3.1.1. O Alfabeto Fonético Internacional Militar	42
2.3.1.2. O Código Numérico Militar	44
2.3.1.3. O Código Internacional Q	45
2.3.1.4. As Expressões Convencionais Policiais	48
2.3.1.5. Os Termos Policiais Militares	50
2.3.1.6. As Expressões Policiais Militares Nominativas e Ordenativas	52
2.3.1.7. Os Códigos Restritos Policiais	53
2.3.2. Os Jargões Policiais verbais	54
2.4. As comunicações policiais não verbais	58
2.4.1 Os <i>Taticoletos</i> Policiais e as Linguagens paraverbais	59
2.4.1.1. Os Códigos Táticos Visuais	63
2.4.1.2. Os Códigos Táticos Auditivos	70
2.4.1.3. Os Códigos Táticos Audiovisuais	73
2.4.1.4. Os Códigos Táticos Táteis	73
2.4.1.5. Os Códigos Táticos Olfativos	75

2.4.2. Os Jargões Policiais não verbais	77
2.5. Aspectos gerais do processo de ensino e aprendizagem de línguas e linguagens	78
2.5.1. Construtos teóricos para o ensino e aprendizagem de línguas/linguagens de tipo comunicativo	83
2.5.2. Sobre a importância de ensinar e aprender a linguagem específica (<i>policialês</i>) na formação policial	87
CAPÍTULO 3	95
METODOLOGIA DE PESQUISA	95
3.1. Quanto à abordagem de pesquisa	95
3.2. Quanto ao procedimento de pesquisa	98
3.3. O Universo de pesquisa e a coleta dos dados	100
3.3.1. Pesquisa bibliográfica	101
3.3.2. Pesquisa em campo e a participação dos informantes	101
3.3.2.1. As entrevistas	104
3.3.2.2. As observações	105
3.3.2.3. Pesquisa documental	106
3.3.2.4. Dados de pesquisa em áudio e visual	107
3.4. Plano de análise e interpretação dos dados de pesquisa	107
CAPÍTULO 4	110
ANÁLISE DOS DADOS	110
4.1. Esboçando o <i>policialês</i> e analisando os cursos de formação policial na PMDF com foco em disciplinas que envolvem aspectos de linguagem e comunicação policial	110
4.1.1. O <i>policialês</i> e seus componentes de linguagem	110
4.1.2. Documentos (grades curriculares, apostilas e manuais dos cursos de formação policial – oficial/praca) dos estabelecimentos de ensino da PMDF - EsFO/EsFP	112
4.1.3. Entrevistas com os oficiais comandantes das escolas de formação policial - EsFO/EsFP	120
4.1.4. Entrevistas com os policiais militares recém-formados nas unidades de área da PMDF	125
4.1.5. Observações e entrevistas indiretas nas unidades da PMDF	128
4.2. Expondo as necessidades	129

4.2.1. Esboçando um planejamento para os cursos de formação policial, incluindo o ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial, alinhada à abordagem comunicativa	132
CAPÍTULO 5	142
CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
5.1. Retomando as perguntas de pesquisa	142
5.2. Contribuições da pesquisa	144
5.3. Limitações da pesquisa	145
5.4. Sugestões para futuras pesquisas	145
5.5. Encaminhamentos dos resultados	146
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICE A - Termo de solicitação de acesso para pesquisa e consentimento	156
APÊNDICE B - Perguntas dos questionários	157
APÊNDICE C - Glossário de Expressões Policiais Militares Ordenativas	158
APÊNDICE D - Glossário de Termos Policiais Militares	160
APÊNDICE E - Glossário de Jargões Policiais verbais	167
APÊNDICE F - Glossário de Interjeições Policiais Militares	179
ANEXO A- Símbolos da PMDF	180

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

*A insistência, a persistência e a paciência são as armas da minha missão contra a desistência.*³

Sabe-se que as instituições policiais do Brasil são repletas de um palavreado particular, e tal palavreado é motivado pela especificidade dessa função. Além do palavreado formal existe também o informal que são termos coloquiais que surgem dentro do processo interno de conversação ou comunicação dos próprios policiais. Pela característica da função policial, a linguagem policial pode ser produzida tanto no campo verbal quanto no campo não verbal.

O linguajar policial é bem amplo e essa amplitude de linguagem começa a se constituir por termos técnicos e por jargão profissional. Trata-se, portanto, de uma *variação*⁴ da própria Língua Portuguesa, isto é, uma linguagem convencionada de um grupo fechado, com estilo e significações próprias. Essa linguagem policial (*policialês*) possui certos *componentes*, bem como *componentes extensivos*⁵ em seu âmbito comunicativo e está presente em todo o contexto profissional dos agentes policiais.

Dentro de suas ações públicas, os policiais atuam principal e *comunicativamente* para preservar a paz social, bem como para restaurar a ordem pública em todo o território nacional. Por conseguinte, o perfil desses agentes policiais nessas atuações engloba: dizer a segurança pública por meio da presença policial na sociedade (policiamento diuturno); detectar a desordem e o comportamento antissocial ou delituoso; traduzir esses delitos nos termos das leis brasileiras (tipificações); abordar e averiguar as pessoas; contatar o público em geral para informar, alertar ou mesmo, contê-lo; realizar as diligências; relatar as ocorrências, intercorrências ou os episódios atendidos a autoridades públicas e à imprensa em geral, bem como à sociedade como um todo.

Observa-se então que para essas tais colocações profissionais, os policiais deverão buscar o aperfeiçoamento do uso da linguagem policial, ou seja, saber usar essa variação do

³ André Couto Santos, 2017.

⁴ Dentro da premissa da Sociolinguística, uso o termo *variação*, por representar uma característica natural da própria linguagem humana. *Vide* (MONTEIRO, 2008).

⁵ Uso, além disso, originalmente, as denominações: *componentes* para representar os elementos de linguagem verbal e *componentes extensivos* para representar os elementos de linguagem não verbal. Veja o Esquema 1- O *policialês* e seus componentes de linguagem (página 111).

campo profissional da própria Língua materna, fazer predominar as modalidades verbais em diversos contextos sociais, respeitando e sabendo se colocar em situações sociais diversas. Isto é, esses agentes públicos precisam dispor de certa competência comunicativa de linguagem para o exercício da profissão policial.

A escolha da pesquisa sobre o *policialês* ocorreu pelos seguintes motivos: primeiro, pelo fato de não existir na maioria das unidades policiais do País, um módulo ou uma disciplina totalmente específica sobre a linguagem policial nos cursos de formação policial, ou seja, esse tópico parece ainda não ser valorizado pelos próprios órgãos policiais; segundo, pelo fato de também não existirem muitas pesquisas acadêmicas no País sobre a linguagem policial, isto é, muito pouco se tem estudado ou pesquisado sobre esse tema.

Por outro lado também, é viável ressaltar que o meu interesse pela respectiva temática se deu também pelo fato de eu ser um ex-militar do Exército Brasileiro – EB, bem como um Especialista em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade de Brasília – UnB/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP do Ministério da Justiça - MJ e, por fim, um conhecedor e pesquisador de expressões formais e informais dos campos verbais e não verbais presentes em diversas Instituições de Segurança Pública do Brasil.

A partir desses relatos iniciais, localizo como objetivo geral da presente pesquisa o de realizar uma análise específica do processo de Ensino e Aprendizagem da linguagem policial na Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, dividido entre as áreas da comunicação verbal e não verbal a fim de corroborar a compreensão de urgência do ensino de linguagem policial nos cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento policial dentro da própria Instituição referida, bem como em outras instituições policiais do País.

Os objetivos específicos visam apresentar um esboço consistente do *policialês* e seus componentes de linguagem, demonstrar e esclarecer os processos do ensino e aprendizagem da linguagem policial por parte dos policiais militares da Corporação PMDF em seus respectivos cursos de formação policial, bem como em suas práticas profissionais e, por fim, propor à própria instituição um novo planejamento dos cursos de formação policial, incluindo o ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial dentro de uma abordagem comunicativa.

Enfim, para esta pesquisa de natureza aplicada, o tipo de abordagem metodológica para o estudo do tema foi a qualitativa interpretativista de dados obtidos em campo. Quanto à modalidade, o trabalho foi desenvolvido por meio dos seguintes procedimentos de pesquisas: bibliográfico, documental e pesquisa em campo. É válido ressaltar que a presente pesquisa teve ainda um cunho etnográfico de experiência nos ambientes policiais, isto é, foram usados

alguns procedimentos característicos da pesquisa etnográfica, tais como, a observação participante, o diário e notas de campo e entrevistas.

1.1. JUSTIFICATIVA

No mundo ocupacional da polícia se faz o uso das linguagens verbais e outras representações comunicacionais como, por exemplo, as linguagens não verbais, indicadas por gestos e expressões fraseológicas. O ser humano em seus grupos sociais diversos, sejam eles profissionais ou não, utilizam em suas comunicações tanto as linguagens verbais quanto as linguagens não verbais e é evidente que dentro de cada canal de linguagem existem outros aspectos comunicativos mais específicos que dizem respeito a todas as variações de linguagem.

A Língua Portuguesa é repleta de variações, por isso, todo grupo profissional no País apresenta um linguajar específico e bem característico e essas variações fazem parte de um processo natural dessa nossa Língua materna. Assim sendo, dentre algumas dessas variações profissionais, podemos citar: o *economês*; o *juridiquês*; o *medicinês*; o *musicuês*; o *policialês*; o *polítiquês* entre outras. Essas linguagens são tão específicas que muitas vezes, só fazem sentido nos próprios âmbitos profissionais e não fora deles. A própria linguagem policial, por exemplo, possui suas especificidades, que em muitas vezes acabam não sendo compreendidas por grande parte da população e, nem mesmo, pelos próprios agentes que compõem tais órgãos policiais.

A linguagem policial envolve alguns aspectos bastante relevantes, dentre eles, podemos citar: a cultura policial; a identidade; as crenças; as memórias da ação policial vivida; os valores da Corporação; as atitudes correntes; os traços do caráter nacional absorvidos; as aspirações emergentes dessa instituição policial frente à sociedade brasileira entre outras. Por apresentar uma importância tão especial, a linguagem policial começa a ser estudada por pesquisadores, professores de L1 e estudiosos em fases recentes.

Dentre alguns desses estudos podemos citar: Lexicologia: a linguagem do noticiário policial – para uma análise estrutural de campos semânticos, realizado pela Professora. Dr. Enilde L. de J. Faulstich da Universidade de Brasília – UnB em 1980, onde a mesma realizou um estudo teórico dos campos léxicos do vocabulário do noticiário policial, publicado em dois jornais de grande circulação e penetração pública (Jornal do Brasil - JB e o Jornal O Dia – OD), ambos do Rio de Janeiro.

Na mesma linha lexical está o trabalho dissertativo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, no ano de 2012, intitulado “Estudo do Léxico Policial Militar (LPM)” do mestre e policial militar Paulo César Ribeiro Nunes. A pesquisa teve como meta a descrição do léxico em uso pelos policiais militares da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) no período que se estende de 1964 à época da realização da pesquisa.

De outro modo, mas não diretamente sobre a linguagem policial, outros estudos que localizei tratam do tema da identidade, cultura e do mandato policial, que por sua vez, não deixam de envolver aspectos da linguagem policial como atributo fundamental dessa atividade profissional. Sendo assim, podemos citar os seguintes autores Bayley⁶, Bittner⁷, Muniz⁸, Poncioni⁹, Silva¹⁰, dentre outros.

Enfim, em meio a vários aspectos relevantes abordados nesta pesquisa sobre a Corporação PMDF, parece despontar a valorização de uma instituição pública que exerce uma atividade essencial para a sociedade que é a segurança pública, um serviço de alta relevância para a vida brasileira em sociedade. Um aspecto que reputamos prioritário é o do desenho de futuros cursos de formação, aperfeiçoamento e capacitação policial dentro da própria Corporação. A implicação de melhorias no processo formador proporcionadas por esta e outras pesquisas análogas, afeta particularmente o âmbito da linguagem e comunicação policial na segurança pública. Para dentro da área Aplicada da Linguagem, este é um paradigma produtivo de pesquisa aplicada no País que deve render frutos de inestimável valor para a vida nacional em transformação.

1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada em duas temporadas, ou seja, durante o período compreendido de março a outubro de 2016, realizei a primeira etapa das observações participantes, porém, de uma forma mais “indireta” (informal). A segunda temporada ocorreu

⁶ BAYLEY, D. H. *Police for the future*. Oxford University Press, 1944.

⁷ BITTNER, E. *The Functions of the Police in Modern Society*. Rockville: Center for the Study of Crime and Delinquency, 1970.

⁸ MUNIZ, J. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da PMERJ*. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado) - IUPERJ

⁹ PONCIONI, P. *Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial do Rio de Janeiro*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

¹⁰ SILVA, Robson Rodrigues da. *Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato”*: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar Dom João VI. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011.

durante o período compreendido de maio a agosto de 2017, onde realizei a segunda etapa das observações participantes, bem como as análises documentais e as respectivas entrevistas, entretanto, desta vez, de uma forma mais “direta” (formal).

A Instituição escolhida é um órgão permanente da Segurança Pública do Distrito Federal, fundamentado nos princípios da hierarquia e da disciplina, encarregado do policiamento ostensivo (fardado) para a preservação da ordem pública¹¹. É formada hoje, por mais de 13 mil policiais militares (entre oficiais e praças), lotados em diversas unidades da Corporação no DF¹². Além de possuir unidades operacionais (batalhões de polícia), a referida Corporação também possui unidades administrativas, de formação educacional e de saúde.

Os dados de pesquisa buscados nas diversas unidades da referida Instituição foram aferidos com vista à compreensão das relações socioculturais internas por parte dos policiais militares, assim, foram averiguados os comportamentos, os ritos, as técnicas operacionais, os processos comunicacionais, bem como os saberes e práticas da Corporação expressos em linguagem. Especificamente, buscou-se compreender, no presente trabalho, todo o processo que engloba o ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial por parte dos policiais militares em cursos de formação.

A escolha dos ambientes a serem pesquisados na Corporação se deu considerando alguns aspectos importantes, dentre eles, os locais onde são formados os policiais militares e, por outro lado, algumas especificidades de alguns Batalhões, dentre as quais destacamos: a diferença do poder aquisitivo da população de algumas Regiões Administrativas do DF (RAs - cidades), nas quais os respectivos Batalhões de Polícia estão alocados; as diferenças entre as extensões territoriais dessas regiões e, por fim, as especialidades de algumas unidades operacionais da própria PMDF.

1.3. OBJETIVO DA PESQUISA

Com base na contextualização da presente pesquisa, pretendeu-se então, realizar uma análise específica sobre o processo de ensino e aprendizagem/aquisição da linguagem policial na Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, dividido entre os seus componentes específicos, a fim de corroborar ao ensino dessa mesma linguagem e comunicação policial nos cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento policial na própria Instituição. Dentro das finalidades específicas objetivei:

¹¹ Dados disponíveis no site <http://www.pmdf.df.gov.br/site/>

¹² Estimativa do autor, devido à inconstância do quadro policial na referida Corporação.

- Apresentar um esboço atualizado do *policialês* e seus componentes de linguagem;
- Demonstrar, bem como esclarecer o processo do ensino e aprendizagem/aquisição da linguagem policial por parte dos policiais militares na Corporação PMDF em seus respectivos cursos de formação policial; e
- Sugerir, por meio de um esboço, um planejamento de um curso de linguagem e comunicação policial para contextos de uso profissional, incluindo o ensino e aprendizagem de forma mais abrangente e comunicativa para a própria Instituição.

1.4. PERGUNTAS DA PESQUISA

A partir dos objetivos, esta dissertação se propôs a responder as seguintes perguntas de pesquisa:

- Em que consiste o *policialês* e quais são os seus componentes de linguagem?
- Como se dá o processo do ensino e aprendizagem/aquisição da linguagem policial por parte dos policiais militares na Corporação PMDF em seus respectivos cursos de formação policial, atualmente?
- De que consistiria um planejamento de um curso de formação policial, incluindo o ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial, alinhada à abordagem comunicativa na Corporação PMDF?

1.5. ORGANIZAÇÃO DA PRESENTE DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está dividida em cinco capítulos: introdução; fundamentação teórica; metodologia de pesquisa; análise dos dados e, por fim, a conclusão e considerações finais. O capítulo teórico, antes de apresentar um esboço consistente sobre o *policialês* e seus componentes de linguagem, exhibe, necessariamente, uma breve contextualização sobre linguagem e comunicação humana, linguagens verbais, não verbais e paraverbais, expõe também os aspectos gerais da cultura e identidade e, logo após, faz uma relação entre esses dois contextos, ou seja, cultura e identidade (policial) com a construção da linguagem policesca e, por fim, apresenta também os aspectos gerais sobre o processo de Ensino e Aprendizagem de linguagens, dentro do âmbito policial.

O capítulo metodológico expõe a abordagem de pesquisa, os procedimentos de pesquisa, o universo de pesquisa e, por fim, a coleta dos dados. O capítulo de análise dos

dados exibe as categorias coletadas na instituição PMDF, bem como suas respectivas análises e interpretações, além de abordar aspectos temáticos do processo de ensino da linguagem e comunicação policial nessa mesma Corporação. O capítulo de conclusão e considerações finais, além de reforçar as respostas das perguntas de pesquisa, apresenta também as contribuições do estudo, algumas sugestões para pesquisas futuras e, por fim, as limitações do estudo e o retorno dos resultados à referida Corporação.

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“Falar é tão natural para nós quanto comer, andar ou dormir... e, em geral, nunca refletimos sobre o fato de que a palavra é espontânea apenas aparentemente. A linguagem não pode ser classificada como inata. Nós a aprendemos, e foi a sociedade na qual vivemos que no-la ensinou”.
(KONDRATOV, 1972, p. 7)

Neste capítulo, trato de teorias específicas que, certamente, contribuirão com as análises dos dados, bem como para os resultados da pesquisa. Os tópicos aqui abordados são relativos aos aspectos gerais do processo de comunicação humana, dentre eles a linguagem verbal, não verbal e paraverbal. Abordo também os aspectos da cultura e identidade e a relação desses dois elementos na construção da linguagem policial e, por conseguinte, faço referência às comunicações policiais verbais e seus componentes, dentre eles os tecnoletos e os jargões verbais. Também faço menção às comunicações policiais não verbais, isto é, aos componentes extensivos, os *taticoletos*¹³ e os jargões não verbais. Por fim, discorro sobre teorias relevantes ao processo de ensino e aprendizagem da linguagem policial numa dimensão do Ensino de Línguas para Fins Específicos - ELFE.

2.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO HUMANA

Os seres humanos são seres eminentemente sociais e comunicativos, por isso, desde a infância, vivem em permanente interação com seus semelhantes, participando de diversos grupos sociais, sendo a família o primeiro grupo social do qual fazem parte, por isso é considerada célula mãe da sociedade, e a língua é o sistema fundamental na construção e estruturação social, bem como na transmissão da cultura. Segundo Carvalho (2003, p. 59):

Trata-se da mais coercitiva de todas as instituições sociais. A sociedade pode abolir qualquer uma de suas instituições, exceto a língua. Lembremos o exemplo da Revolução Francesa (1789), que conseguiu derrubar a monarquia (o *ancien régime*), mas a língua francesa permaneceu mais forte e mais rica do que antes.

Para se formar cultura, um meio social precisa adquirir certa linguagem simbólica, ou seja, os signos, os sinais, as palavras, as notas musicais, os números etc. Esses símbolos são invenções por meio das quais o homem se relaciona e se comunica com os seus

¹³ Ver *taticoletos* em comunicações policiais não verbais (p. 58).

semelhantes. Tais criações só se concretizam após serem aceitas pela maioria, como numa convenção. Segundo Aranha e Martins (1998, p. 30), “os símbolos permitem o distanciamento do mundo concreto e a elaboração de ideias abstratas: como casa, por exemplo, designando não só determinada casa, mas qualquer casa”.

A linguagem simbólica representa o mundo, tornando-o presente, ou trazendo-o ao cotidiano como aquilo que estava ausente. Sendo assim, introduz o homem no tempo. Ela permite que o ser humano lembre seu passado ou até mesmo antecipe o futuro por meio do pensamento. Dessa forma, pode-se dizer que a linguagem a qual se chama de simbólica faz com que o homem se torne presente em sua própria realidade.

Com a linguagem é possível desenvolver técnicas de trabalho, renovar, ou até mesmo modificar a natureza. Nossos ancestrais já utilizavam várias técnicas, transformando não só a natureza, mas tendo forte impacto no ser humano de hoje, e esse repasse de conhecimento só foi possível através da linguagem, por isso, é certo dizer que o ser humano se distingue dos animais. Neste contexto afirma Carvalho (2003, p. 58): “A língua, enquanto acervo, guarda consigo toda a experiência histórica acumulada por um povo durante a sua existência. Disso nos dá testemunho o latim, símbolo permanente da cultura e das instituições do povo romano”. Podemos acrescentar que a língua não apenas guarda nela a cultura ancestral, mas é, ela mesma, a produtora primária da cultura que depois nela permanece.

Para entender a respeito do ato comunicativo humano envolvendo a linguagem simbólica, torna-se adequado conhecer os elementos essenciais do processo da comunicação. Para tanto, é preciso saber que existem certos elementos dentro do processo básico da comunicação como o comunicador, a mensagem, o código e o destinatário ou interlocutor. De acordo com Jakobson (1995, p.123):

O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere (ou “referente”, em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um CONTACTO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação.

Percebe-se, então, que o código, conhecido também pelo sinal de mensagem, é o meio central que liga as duas partes desse processo, isto é, o emissor e o receptor. Tanto o emissor quanto o receptor fazem a codificação, bem como a decodificação das mensagens. A decodificação é o processo de tradução dos códigos enviados ou recebidos. Então, o ato de

comunicação é entendido como uma interação conjunta de trocas de informações entre dois ou mais sujeitos.

É claro que esse sistema apresenta um contexto geral de uma comunicação voluntária, isto é, de um diálogo direto entre duas ou mais partes, porém, pode haver ainda, dentro desse mesmo contexto, outras comunicações voluntárias e involuntárias. O próprio Jakobson referencia essas outras comunicações como funções da linguagem, ou seja, comunicações diretas, bem como indiretas que também trazem certas informações. E algumas dessas funções podem se constituir de elementos verbais, não verbais e até mesmo, paraverbais.

Dentre as funções denominadas por Jakobson (1995), podemos mencionar a função referencial, centrada no referente contexto (denotações/cognições), a emotiva, centrada no emissor (expressões), a conativa, centrada no receptor (persuasões), a fática, centrada no canal, a metalinguística, centrada nos códigos e, por fim, a função poética, centrada na mensagem. Para reforçar o entendimento sobre a amplitude da comunicação, é válido apresentar também a definição do Glossário de Linguística Aplicada do PGLA/UnB (2017):

Ato linguageiro multifuncional, multimodal e multicanal contínuo de tecer sentidos por meio da interação social com a finalidade de, entre outras coisas, informar, indagar, apresentar-se ou apresentar pessoas, de mostrar ou construir identidades, de manifestar poder, de estabelecer bases de acordos, de conhecer e representar o mundo. Potencial cognitivo, conhecimento adequado e habilidade para agir sob certas atitudes. Através da comunicação pode-se aprender (adquirir) melhor uma nova língua.

Enfim, por serem, a linguagem e a comunicação, elementos sociais amplamente complexos, porém, essenciais e fundamentais à sociabilidade humana, tornaram, no decorrer dos anos, objetos de estudos e análises de várias outras ciências humanas, dentre elas, a Linguística Aplicada, a Linguística, a Psicologia, a Sociologia, a Filosofia, a Semiótica, a Semiologia, a Antropologia, a Cinética e outras.

2.1.1. As linguagens verbais, não verbais e paraverbais

Para falar de linguagem é preciso pensar primeiramente em comunicação, isto é, entender que existem vários tipos de mecanismos de linguagens para a comunicabilidade humana. Tais linguagens podem ser classificadas como verbais e não verbais e essas mesmas, são altamente frequentes no cotidiano da humanidade. Aguiar (2004) relata que a necessidade que o homem tem de se comunicar, bem como de interagir com os seus semelhantes, faz com

que haja o surgimento da linguagem. Por outro lado, essa necessidade tem ligação direta com a subsistência da espécie humana.

Portanto, ainda segundo esse mesmo autor, a linguagem acaba possuindo um caráter eminentemente social e, por sua vez, sendo considerada eficiente quando permite que o emissor e o receptor troquem mensagens entre si, ainda que estejam afastados historicamente ou geograficamente. O autor diz ainda que a sociedade humana providencia então, distintos modos de comunicação, para dar conta de todas as situações vivenciadas pelos membros, o que de certa forma, acaba resultando na multiplicidade de linguagens, verbais e não verbais.

Então, conforme mencionado acima, na comunicação humana, existem dois tipos de linguagens diretas (imediatas), a “verbal” e a “não verbal”. A linguagem verbal é composta por comunicações voluntárias e são constituídas, somente, pela oralidade (falar/ouvir) e pelo letramento (escrever/ler). Já as linguagens “não verbais”, também são voluntárias, porém, não usam da oralidade, bem como do letramento, ou seja, suas comunicações são transmitidas por meio de imagens, pinturas, gestos, mímicas, movimentos dos olhos, movimentos e postura do corpo, da cabeça, sons sem a oralidade e, dentre outros. Aguiar (2004, p. 55) argumenta o seguinte em relação a esses dois contextos de linguagem:

A multiplicidade da linguagem, decorrente da necessidade humana de comunicação intra e interpessoal, é evidente na diversidade dos textos verbais e não verbais que transitam na sociedade. De acordo com os sentidos que precisam ser expressos e as condições de que dispomos em determinada situação, valemo-nos de códigos diferentes, criados, historicamente, a partir das matérias com que contamos, como o som, a imagem, a cor, a forma, o movimento, a massa e tantas outras. Na verdade, o processo de significação acontece toda vez que nos apropriamos de um código e, por meio dele, nos fazemos entender. Isso acontece porque arranjamos os signos que compõem esse código segundo as regras sociais de funcionamento e externamos com propriedade nossos sentimentos, ideias e vontades.

Podemos dizer ainda que as linguagens não verbais podem ser realizadas com o emprego de certos objetos ou instrumentos que transmitem ou emitem sons, sinais, cores ou sentidos, isso, dependendo do grau de necessidade comunicativa. E essas comunicações são consideradas bastante eficazes nas transmissões de mensagens verbais. Davis (1979) assegura que a linguagem não verbal é tão importante que até mesmo pode ser considerada como primordial para a troca, bem como para a interpretação da própria linguagem verbal. Dentro desse assunto, Aguiar (2004, p. 40 e 41) expõe o seguinte:

As linguagens não verbais como a música, a pintura, o cinema, a moda, a cozinha e tantas outras também se valem dos signos, que se compõem dos significantes (movimento, som, cor, forma, etc.) e dos significados (os conceitos que são expressos). Em um semáforo, as cores vermelho, amarelo e verde são significantes que remetem aos significados de “parar”, “esperar”, “seguir”, segundo o código rodoviário. Muitas vezes, objetos de uso que têm uma significação por si só servem

de significantes para as novas significações. Por exemplo, um uniforme militar tem um significante e um significado enquanto peça de vestuário, mas, em um segundo momento, estes passam a ser um novo significante para outro significado, aquele que diz respeito à profissão e ao poder dentro da hierarquia do exército. Os signos assim concebidos têm uma origem utilitária porque são criados pela sociedade, que os transforma em objetos carregados de sentido.

Por outro lado, os movimentos corporais, sons e interjeições involuntários, isto é, sem a pretensão de se transmitir algum tipo de mensagem ou informação, são comunicações indiretas (mediatas) e são denominadas como sendo linguagens paraverbais. Dentre alguns exemplos da linguagem paraverbal, podemos expor o tom e o volume da voz, o ritmo, as pausas para a respiração, a pronúncia, as expressões faciais e corporais, as posturas e outros.

A grande diferença entre a linguagem não verbal e a paraverbal é que na não verbal há a consciência, ou seja, a pretensão em se comunicar, já na paraverbal há a inconsciência, isto é, não tem, por parte do agente, a pretensão ou o desejo de expressar algo ou alguma coisa; com outras palavras, as comunicações não verbais são sempre voluntárias e as comunicações paraverbais são sempre involuntárias. Eco (1991) aponta a Paralinguística como sendo o estudo desses traços linguísticos e comunicativos, ou seja, os gestos e os movimentos corporais.

E dentro do campo da Paralinguística, Trager (1964 *apud* Eco, 1991) apresenta alguns exemplos subdivididos desses traços linguísticos, dentre eles, o tipo de voz relacionado ao sexo do falante, à idade, à saúde, ao lugar e outros, a paralinguagem relacionada à qualidade vocal (respiração, altura do som, tempo etc.) e às vocalizações (risos, choros, soluços, berros, uivos, arrotos, bocejos e outros).

Portanto, dentro dos aspectos abrangentes da comunicabilidade humana é preciso refletir acerca da existência da linguagem comunicativa como um todo, isto é, as partes verbais, não verbais e as paraverbais. Sendo assim, podemos afirmar que o processo de comunicação é repleto de distintos tipos de linguagens. Conhecê-los significa se enriquecer para o processo da comunicação humana.

E é viável dizer ainda também que a noção ou o conhecimento dessas linguagens traz ao indivíduo certa competência em sua praticidade comunicativa social, ou seja, por meio de sua capacidade de interpretação desses modos de linguagem, o indivíduo se torna amplamente comunicativo em sua vivência social, interagindo comunicativamente.

2.2. ASPECTOS GERAIS SOBRE CULTURA E IDENTIDADE

A cultura humana se faz por meio da transformação na natureza em que o próprio ser humano está inserido, ou seja, a racionalidade do homem coopera para a intervenção direta em seu mundo natural, produzindo assim, a cultura. Por meio da socialização humana, o homem realiza certas assimilações dos aspectos culturais produzidos em sua experiência vivencial no intuito de preservar esses resultados para as gerações futuras. Notemos o que as autoras Aranha e Martins (1998, p. 30) dizem:

Dizíamos que o comportamento animal é regido pelo instinto e que nos níveis superiores da escala zoológica as ações são mais elaboradas graças à inteligência concreta. No caso do ser humano, é sua *inteligência abstrata* que lhe permite ir além na intervenção sobre o mundo: só o ser humano é *transformador da natureza*, e o resultado dessa transformação se chama cultura.

A natureza social do homem é explicada e interpretada pela cultura. Cuche (1999) relata que essa noção de cultura é compreendida em seu sentido vasto, ou seja, é relacionada ao modo de vida do ser humano, bem como ao seu modo de pensar. Esse entendimento se tornou bastante aceito na contemporaneidade, embora tenhamos de considerar a existência de certas ambiguidades. Em relação à cultura e à identidade, é válido deixar claro a diferenciação entre esses dois contextos. Cuche (1999, p. 176) nos diz que: “não se pode, pura e simplesmente confundir as noções de cultura e de identidade cultural ainda que as duas tenham uma grande ligação”. Ainda segundo esse autor, a cultura pode existir sem consciência de identidade. Por outro lado, a identidade pode, por meio de suas estratégias, manipular ou até mesmo modificar parte de uma cultura.

Ainda conforme o referido autor, a cultura depende em grande parte de processos inconscientes, já a identidade remete a uma norma de vinculação, basicamente consciente, baseada em certas oposições simbólicas. A identidade é construída num determinado contexto social, a partir das posições dos agentes, isto é, por meio das crenças, das escolhas, das definições e dentre outros. Cuche (1999, p. 182) ainda reforça esse argumento:

A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais.

Vale dizer então que não há uma identidade fixa ou pronta, isto é, as identidades sofrem transformações constantes por meio das influências sociais distintas. Silva (2009, p. 96) relata que: “A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A

identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental”. Esse mesmo autor ainda declara que a identidade é uma construção, portanto, instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada, possuindo, do mesmo modo, estreitas conexões com relações de poder, bem como ligações representativas com as estruturas discursivas e narrativas.

Hall (2009, p. 108) também pronuncia que: “As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação”. A identidade é construída por certos sistemas de classificação, ou seja, significados mútuos relacionados às práticas sociais. Tais classificações fazem parte da carga cultural, isto é, das experiências sociais acumuladas. Para reforçar esse argumento, Hall (2009, p. 109) ainda profere que:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional - isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna.

Falar sobre a identidade é falar também sobre a diferença. Sendo assim, de acordo com Silva (2009), a “identidade” e a “diferença” são conceitos indissociáveis: a identidade tanto depende da diferença quanto a diferença depende da identidade, isto é, para o autor, identidade e diferença estão intrinsecamente ligadas. Hall (2009, p. 110) também reforça esse argumento: “Acima de tudo, e de forma diretamente contrária àquela pela qual elas são constantemente invocadas, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela”. É correto dizer também que a identidade é simbólica, isto é, abarca os sentidos e os significados criados, reconhecidos socialmente, bem como compartilhados numa determinada sociedade. As simbologias podem trazer traços negativos ou positivos contribuindo para a marcação da diferença em relação à identidade. Dentro desse assunto, Woodward (2009, p. 39 e 40) assim se pronuncia:

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença - a simbólica e a social - são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de *sistemas classificatórios*.

Enfim, a identidade é formada também, por meio da interação entre o ser humano e a sociedade em geral, ou seja, por meio de sua convivência com as culturas diversas. A identidade é o que impede de alguém ser idêntico a qualquer outra pessoa, sendo assim, há um número de elementos, certamente, ilimitados, que contribui para formação de identidade, dentre os quais podemos citar: a procedência; a nacionalidade; a tradição religiosa; a profissão etc.

2.2.1. A relação entre a cultura e a identidade na construção da linguagem policial (*policialês*)

A partir, então, da relação entre cultura e identidade, podemos dizer que toda instituição ou grupo social tem a sua identidade construída, porém não concluída e, por meio do estudo da identidade desses grupos passamos a entender os processos internos e externos envolvidos na constituição desses mesmos grupos. Assim sendo, os processos de identidade que abrangem as polícias brasileiras se relacionam com as características e mudanças institucionais, bem como com os conflitos, dilemas, dificuldades e outros aspectos que essas instituições vêm sofrendo no decorrer dos anos.

A identidade cultural do policial faz parte de todo o processo vivencial, ou seja, é iniciada nos cursos de formação, continua na capacitação e é presente em toda a carreira funcional (profissional) e social desses agentes. Nesse sentido, sabe-se que a concepção de identidade e cultura policial em nosso País está relacionada ao modo do trabalho operacional e funcional do policial exercida frente à sociedade. Por conseguinte, a imagem das polícias brasileiras vem ocasionando certa influência no imaginário de toda a sociedade brasileira devido a esse convívio social de forma mútua. Nesse sentido, Poncioni (2014, p. 503) assim se pronuncia:

Desse modo, a concepção do “ser policial” não só corresponde às características objetivas de seu trabalho, mas também, e com frequência, correlaciona-se ao significado que este trabalho tem para a sociedade e para eles, e isso tem efeitos concretos nas definições que organizam a experiência cotidiana. Nesse sentido, pode-se afirmar que a imagem do policial, que luta contra o crime, tem exercido uma destacada influência no imaginário social e tem influenciado de maneira significativa a identidade profissional desse grupo ocupacional específico nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Partindo do pressuposto de que a identidade está relacionada, bem como marcada pela diferença, é certo dizer que, dentro do próprio âmbito policial existem certas diferenças entre os policiais, isto é, há dois tipos de profissionais, a saber, os que atuam nas funções administrativas (dentro das unidades de polícia) e os que atuam nas funções de policiamento

(nas ruas). Assim, o policial que trabalha nas ruas ou na parte operacional (*policial de ponta*) não possui a mesma identidade de outro policial que trabalha na parte administrativa (*policial do tapete*), isto é, eles possuem a semelhança em um único aspecto, ou seja, ser policial e pertencer à mesma corporação, mas, por outro lado, existem várias diferenças em relação às funções exercidas frente à sociedade.

O *policial de ponta*, devido a sua função de policiamento operacional e preventivo, se depara com múltiplas identidades na sociedade em geral, e cada uma, mais diferente que a outra, assim, há um conflito na construção de sua própria identidade policial. Portanto, dependendo do contexto em que o policial está inserido, seja no policiamento de rua, seja no serviço administrativo, há um “eu policial” em permanente transformação em sua identidade profissional. Dentro desse argumento, Silva (2009, p. 82) profere o seguinte:

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. “Nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes “nós” e “eles” não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder.

Observa que essa marcação de identidade e diferença ocorre também devido às distinções presentes nos postos e graduações, ou seja, nos círculos hierárquicos de oficiais e praças em diversas corporações de polícia militar do País, sem falar na marcação da diferença entre os policiais militares com os outros profissionais que também atuam na segurança pública, dentre eles, os policiais civis, os bombeiros militares e outros, e, por fim, entre os próprios cidadãos comuns (*os paisanos*). Dentro desse argumento, é válido apresentar também as palavras de Poncioni (2014, p. 508):

Em consequência, a formação profissional desenvolvida em ambas as academias de polícia está repleta de representações sociais geradas dentro e fora da organização – sobre o trabalho, o papel, lugar e funções do policial –, que se fundem nas orientações, condutas e atitudes relacionadas à construção da identidade profissional de seus membros, delineando nas diferentes organizações policiais algumas características principais que podem ser atribuídas, ainda hoje, à identidade do policial brasileiro, a saber: clara divisão do mundo social em “nós / eles”, aguçando consequentemente a atitude constante de suspeita; isolamento social e a solidariedade em grupo, traduzida no forte corporativismo das organizações policiais; “subculturas” relacionadas às diferentes carreiras, às divisões hierárquicas (o comando nos mais altos escalões e a execução nos mais baixos escalões), funções e responsabilidades dentro da organização policial, por exemplo, entre o policial da administração (o “almofadinha”) e o policial “de rua” (o “tira”); a relação distante

com o público e a afirmação do *ethos* guerreiro, paulatinamente sedimentado na identidade profissional do policial como um importante requisito para que o policial possa, “com sucesso”, realizar a árdua missão de combate ao crime.

Discorrendo então sobre a linguagem policial, isto é, o modo de falar dos policiais, observa-se assim, uma forte relação entre a “subcultura” policial e a identidade policial na construção e transformação direta dessa linguagem profissional. O *policialês*, como é denominado essa linguagem específica do policial, trata-se de uma variação natural do próprio Português¹⁴, ou seja, da própria Língua Portuguesa do Brasil e essa linguagem policial é construída a partir da relação direta entre os próprios policiais e o meio social.

Nunes (2012) relata que o meio social é responsável por grande parte das variações e mudanças que ocorrem nas línguas, mesmo se tratando de uma linguagem especializada, como é o caso da linguagem utilizada pelos integrantes da Polícia Militar, uma vez que, são fortemente influenciados pela sociedade de um modo geral. Portanto, o meio cultural e o social influenciam na construção da linguagem policial e, por outro lado, essa variação é provinda da própria capacidade criadora do ser humano em relacionar as figuras de pensamento, construção e palavras. Isso acontece muito por meio da transformação de adjetivos em substantivos para qualificar ou designar algo ou alguém, isto é, a substantivação de uma qualidade. De acordo com Basílio (2007, p. 67):

A convenção de adjetivos para substantivos é comum. A razão para essa possibilidade de convenção é simples. O adjetivo tem a função de caracterizar, especificar ou qualificar seres; o substantivo tem uma função de designação. Ora, o tipo mais eficiente de designação é a que utiliza a caracterização.

De certo modo, é certo dizer que as falas dos policiais são distribuídas em diversas formas, cada qual simbolizando uma particularidade de serviço, isto é, apresentando significados próprios, específicos ou similares, isso, dependendo de cada cultura ou subcultura social onde a linguagem policial está sendo empregada. É certo expor ainda que dentro das instituições policiais, inclusive as militares, podem existir palavreados próprios para cada unidade que compõe essas instituições, isso devido às especificidades de cada função policial, ou seja, unidades de policiamento especializado, unidades convencionais e outros. Essa variação em linguagem pode depender também de outros fatores, dentre eles, a hierarquia militar, a classe social, a idade, o local da residência, a escolaridade dos policiais e outros.

¹⁴ Eco (1991) também faz referência como sendo linguagens naturais os léxicos técnicos especializados, dentre eles os termos políticos, jurídicos e outros, bem como também os léxicos não especializados, tais como os jargões e as gírias. *Vide* em (p. 402).

Outros fatores tais como: o aquartelamento dos policiais; os treinamentos e a interação social com um público diverso, dentre eles, criminosos, juristas, médicos e outros, também contribuem para a construção da identidade e do linguajar simbólico dos policiais. Por isso, muitas vezes, as expressões policiais possuem certa ligação com os termos jurídicos, com os termos a área da saúde, com as gírias comuns, grupais e outros.

Por conseguinte, dentro da constituição da linguagem policial, isto é, do *policialês*, é notada uma sólida base cultural e identitária desses profissionais, ou seja, por meio dessa linguagem, os policiais guardam todos os acervos acumulados no decorrer de suas vivências profissionais, bem como de suas experiências funcionais e institucionais. Nesse contexto, as autoras Aranha e Martins (1998, p. 30) expõem o seguinte:

A produção de cultura requer a *linguagem simbólica*, que faz o uso de *signos* como as palavras, os números, as notas musicais. Os símbolos são invenções por meio das quais o ser humano lida abstratamente com o mundo circundante. Depois de criados e aceitos por todo o grupo, como *convenção*, possibilitam o diálogo e o entendimento do discurso do outro.

Dentro desse argumento, podemos dizer que a linguagem é tida então como um fenômeno social diversificado, ou seja, possui vários estilos comunicacionais e com a utilização da linguagem o ser humano consegue determinar e expressar acontecimentos, fatos sociais, atos sociais, coisas, ocorrências e, entre outros. De acordo com Oliveira (2013, p. 127) “Portanto, a linguagem assume um papel importante na história humana: além da função de comunicação, ela é mediadora das relações sociais em qualquer espaço institucional”. A linguagem simbólica permite representar o mundo em que o homem está inserido, contribuindo assim para a afirmação das tradições locais e culturais. Dentre tais tradições, podemos citar o trabalho, a técnica, a ciência etc. Aranha e Martins (1998, p. 30) ainda discorrem que:

A linguagem simbólica possibilita o desenvolvimento da *técnica* e, portanto, do *trabalho*, como forma sempre renovada de intervenção na natureza. Ao reproduzir as técnicas já utilizadas pelos ancestrais e ao inventar outras novas, o ser humano trabalha, transformando não só a natureza como seu próprio ser.

A partir dessas afirmações, podemos observar que além de enriquecer a cultura, bem como fortalecer e preservar a própria identidade policial, a linguagem policial faz parte da própria constituição dessa identidade policial como profissional frente à sociedade em geral. Do mesmo modo, essa constituição profissional abarca outros atributos, dentre os quais podemos destacar: os traços profissionais; a formação desenvolvida nas respectivas academias de polícias; os valores institucionais e nacionais; as tradições históricas; as crenças; os modos

de pensar; os modos de agir e outros. Poncioni (2014) pronuncia que no universo da formação profissional, são observados entre outras coisas, a linguagem, os maneirismos, os modos de pensar sobre si, bem como sobre o eu profissional do policial na sociedade.

E, como mencionado anteriormente, cada grupo profissional, seja da área saúde, da política, da música, da justiça, enfim, seja de que área for, possui cada um a sua linguagem profissional específica e quanto mais forte é a presença da linguagem técnica dentro de um grupo profissional desses, mais consolidado esse grupo está, o contrário disso significa que o grupo profissional está pouco consolidado, ou seja, com baixa identidade social, bem como com a sua estrutura institucional e cultural enfraquecida.

Dentro da relação entre a identidade e a diferença na construção de linguagem, é válido dizer também que, pelo fato de não existir uma identidade fixa ou prontamente acabada, certamente, os atos de linguagem construídos por meio dessas identidades, poderão apresentar significações distintas das outras identidades, isto é, os sentidos de algumas expressões dependerão de forma direta das propriedades que caracterizam essas identidades como um todo.

Isso ocorre com as marcações de identidades por parte dos policiais, ou seja, algumas expressões da linguagem policial podem apresentar significações distintas, até mesmo dentro das próprias unidades de polícia. Silva (2009) relata que algumas vezes a linguagem pode vacilar ou oscilar, isto é, as linguagens não são determinadas de uma vez por todas, pelos sistemas discursivos e simbólicos que lhe dão as definições ou significações, devendo-se isso, a sua instabilidade estrutural. Por isso, muitas vezes as palavras se misturam por meio dos sinônimos, isto é, precisam de outros conceitos mais abrangentes.

É certo destacar ainda que a linguagem policial, também possui aspectos de comunicação verbal e não verbal, bem como possui aspectos formais e informais. E essa linguagem policial está presente em diversas corporações policiais do País, ou seja, nas polícias militares, nas polícias civis, nos corpos de bombeiros militares e nos demais órgãos de segurança pública.

Partindo então para o contexto de comunicação institucional, é válido destacar que dentro das instituições policiais, a estrutura comunicacional é dividida em três sistemas¹⁵, isto

¹⁵ Por achar necessário, exponho, originalmente, esses três sistemas comunicativos, para facilitar a compreensão de como é constituída a estrutura de comunicação dentro de um setor de serviço. E essa divisão em três sistemas, está presente em grande parte das instituições, empresas, departamentos e demais serviços (públicos ou privados).

é: a Comunicação Oficial (interna/externa); a Comunicação Social (direta/indireta) e a Comunicação Operacional¹⁶.

A Comunicação Oficial é uma comunicação institucional e altamente formal e é realizada pelas instituições policiais para expedir os entendimentos dos atos administrativos. Para isso, são usados os elementos comunicativos dos manuais de redação oficial das respectivas corporações policiais militares. Como alguns exemplos desses atos, podemos citar: *a instrução normativa; os despachos; a ordem de serviço; o aviso; a circular; o memorando; o ofício; o parecer; a certidão; os boletins* e outros.

Esses elementos comunicativos partem do uso padrão da norma culta da nossa Língua Portuguesa, bem como usam da clareza, da concisão, da formalidade e da uniformidade, atributos esses, decorrentes diretamente da Constituição da República, que dispõe o seguinte, em seu artigo 37: “A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”.

Existem as comunicações oficiais (internas), que são realizadas somente dentro dos âmbitos das corporações policiais e a comunicações oficiais (externas), que são aquelas dirigidas a outras instituições públicas ou privadas, a autoridades e aos demais cidadãos comuns interessados em alguma informação institucionalizada. Devido às especificidades da função policial, algumas comunicações internas podem possuir caráter sigiloso respeitando, porém, algumas peculiaridades da segurança pública e legislações vigentes.

A Comunicação Social (direta)¹⁷ é a aquela voltada à promoção de informações institucionais gerais, bem como a produção de meios para o acesso interativo entre a própria instituição policial e o público em geral. É organizada pelos respectivos centros ou seções de comunicação social (porta-vozes policiais)¹⁸ e pelas respectivas ouvidorias de polícias (ouvidores policiais).

¹⁶ A Comunicação Operacional é todo o diálogo técnico entre os profissionais de um determinado setor de serviço e a Comunicação Oficial ordena, regula, bem como coordena toda a estrutura administrativa e operativa do serviço, ou seja, é uma comunicação totalmente administrativa; já a Comunicação Social é voltada somente à comunicabilidade social (Relações Públicas e *Marketing*).

¹⁷ Também faz parte da Comunicação Social (direta) o serviço telefônico (190), bem como os demais aplicativos e sistemas virtuais, desenvolvidos pelas instituições policiais para facilitar o acesso aos serviços de emergência policial por parte da população.

¹⁸ Quando ocorre uma necessidade de se transmitir uma informação oficial (aviso, declaração, nota, parecer e outros.) de grande interesse ou relevância social, bem como institucional, há uma junção da Comunicação Social e Oficial (Sócio oficial). Geralmente, esse tipo de comunicação ocorre por meio de uma coletiva de imprensa, coordenada e dirigida pelos porta-vozes das corporações, e as declarações, bem como as respostas, são repassadas pelos respectivos comandantes entrevistados. Do mesmo modo, as entrevistas à imprensa em geral,

As ouvidorias de polícia também fazem parte da comunicação social, pelo fato de também serem mais um canal de comunicação e atendimento ao público como um todo e essas comunicações são realizadas por meio de diálogos padronizados, dentro da norma culta da Língua Portuguesa, incluindo também a Língua Brasileira de Sinais – Libras e, bem como algumas línguas estrangeiras para públicos específicos (turistas).

Os meios utilizados pelas seções de comunicação social das polícias são os que possuem cunho publicitário, relações públicas, promocionais, propagandístico e *marketing*. Nesses casos, se utilizam os meios de comunicação em massa, dentre eles, a mídia impressa (panfletos, *folders*, *tabloides*, revistas, *banners* etc.), a mídia digital (*sites* oficiais, redes sociais diversas na *internet*, televisão e outros dispositivos eletrônicos) e, por fim, a mídia sonora (rádios e demais equipamentos de som). As ouvidorias policiais são espaços designados para promover o acesso e a participação popular aos serviços policiais, por meio de reclamações, sugestões, elogios, informações diversas e também denúncias.

Já a Comunicação Social (indireta) são as entrevistas individuais ou coletivas a jornalistas diversos por parte de policiais não pertencentes aos departamentos ou seções de comunicação social, bem como as abordagens repentinas aos policiais nas ruas, por parte dos cidadãos comuns, para obtenção de informações variadas ou mesmo perpetrarem denúncias, ou seja, todo o contato por parte do policial com o cidadão comum é social, portanto, trata-se de uma comunicação social indireta.

A Comunicação Operacional¹⁹ é aquela voltada às ações (operações), ou seja, às funções de *atividade-fim* do policial. Além de ser realizada por meio do contato físico entre os policiais (proximidade), essa comunicação operacional, também é realizada a distância pelos próprios policiais, através de equipamentos diversos que emitem sinais simbólicos, bem como por meio de equipamentos de comunicação, tais como, rádios comunicadores, aparelhos telefônicos, celulares (aplicativos de mensagens instantâneas) e computadores diversos (sistemas de redes institucionais). E esses equipamentos podem ser fixos, móveis ou portáteis, ou seja, podem ser instalados nas unidades policiais, acoplados em viaturas ou serem carregados à mão pelos próprios policiais.

também são exemplos dessa comunicação. Para reforçar o entendimento, os pronunciamentos em rede nacional de televisão e rádio, bem como as coletivas de imprensa realizadas por parte do Presidente da República, são comunicações sócio oficiais, pois são coordenadas e dirigidas pelo pessoal da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República – Secom.

¹⁹ Os profissionais que utilizam da Comunicação Operacional (policiais, médicos e dentre outros), não se comunicam, operacionalmente, com os agentes externos (vítimas, pacientes e etc.), eles apenas socializam esses agentes (externos) nas respectivas operações (quando necessário), por meio de um diálogo mais comum, ou seja, sem o uso do linguajar técnico, portanto, as comunicações sociais e operacionais não se juntam, assim também como as comunicações oficiais e operacionais.

Foto 1 - Equipamentos e os sistemas de comunicação institucional e operacional da PMDF e SSP/DF



RÁDIO VEICULAR FIXO



RÁDIO PORTÁTIL

CENTRO DE MONITORAMENTO DE SEGURANÇA - SSP-DF



SALA DO RADIOOPERADOR (RO)
EM UNIDADE POLICIAL DE ÁREA

Fonte: Fotografias do autor

Elementos do *policiais* podem estar inseridos nesses três sistemas de comunicação policial. Tanto os elementos verbais quanto os elementos não verbais como, por exemplo, nas comunicações oficiais, além da parte escrita os documentos possuem também logomarcas das respectivas corporações e nas outras comunicações, ou seja, na social e na operacional, são realizadas também com o uso de elementos comunicativos verbais e não verbais. Os policiais que trabalham no policiamento ostensivo (nas ruas), sempre atuam de forma concomitante em dois sistemas de comunicação, isto é, na comunicação social (indireta) e na operacional,

entretanto, evitam a utilização dos linguajares técnicos e, principalmente, dos jargões quando a mensagem é voltada ao cidadão comum.

Conforme especificado acima, o *policialês* é composto tanto por elementos de comunicação verbal quanto por elementos de comunicação não verbal, assim, as comunicações policiais verbais são compostas pelos tecnoletos e pelos jargões, já as comunicações policiais não verbais são compostas pelos *taticoletos* (extensão não verbal dos tecnoletos) e pelos jargões não verbais (extensão não verbal dos jargões verbais). Enfim, essa linguagem policial está presente na PMDF, bem como nas outras instituições de polícia militar e em todos os demais órgãos de segurança pública do País.

2.3. AS COMUNICAÇÕES POLICIAIS VERBAIS

As comunicações policiais verbais são todas as linguagens constituídas por meio de práticas comunicativas voluntárias, ou seja, são as comunicações geradas pela oralidade (falar/ouvir) e pelo letramento (escrever/ler). Essas comunicações verbais são representadas pelos tecnoletos que são as linguagens constituídas por técnicas de comunicação e pelos jargões policiais verbais que não fazem parte das linguagens técnicas operacionais e, sim, do palavreado informal, coloquial e até mesmo vulgar entre os próprios policiais militares.

2.3.1. Os Tecnoletos Policiais

Os tecnoletos ou a conhecida linguagem técnica/científica são um tipo de léxico formal e interno de uma instituição ou função profissional, trata-se de uma linguagem de especialidade. Laface (1997) esclarece que os tecnoletos ou línguas de especialidade são formados por palavreados de grupos específicos ou diferenciados e são caracterizados como sendo linguagens técnicas, bem como científicas, pela importância que assumem no universo do conhecimento. Os tecnoletos policiais são linguagens verbais institucionais e operacionais, e são constituídas por técnicas de comunicação. Esses linguajares são verificados geralmente nas comunicações de serviço dentro do âmbito policial. Ainda sobre a definição do tecnoleto, Monteiro (2008, p. 51) profere o seguinte:

Trata-se da linguagem própria de um domínio profissional. Os traços mais marcantes dizem respeito aos léxicos, às vezes tão especializados que se tornam incompreensíveis para falantes de outros domínios, que até os ironizam como se fossem de línguas diferentes: o *economês*, o *pedagogês* etc.

É certo dizer que cada grupo profissional, tais como, médicos, engenheiros, juristas e outros, utilizam suas linguagens técnicas, pois elas ajudam nas comunicações internas, facilitando e encurtando as interpretações das mensagens emitidas entre tais profissionais. Nunes (2012) afirma que o termo técnico apresenta muito mais do que o correspondente semântico de certo objeto, ou seja, além de nomear determinado objeto, apresenta simultaneamente, o seu significado, a descrição e, bem como a aplicação de uso desse objeto. Destarte, com o uso dos tecnoletos, os serviços prestados à sociedade em geral, por esses profissionais, se tornam mais eficazes, prestativos e ágeis.

As linguagens técnicas são tidas como de suma importância para fixação e circulação do saber científico e técnico dentro de ambientes profissionais, bem como fora deles, pelos contatos diretos que esses setores fazem com outros campos diversos da sociedade. Carvalho e Souza (1977, p. 97) expressam que: “Embora o vocábulo técnico se prenda às necessidades específicas de grupos determinados: automobilistas, burocratas, juristas, linguistas, publicitários etc., as atividades exercidas por este grupo interessam, pelo menos indiretamente, a todos”.

A aceitação das linguagens técnicas por parte dos policiais faz parte do processo de formação dessa categoria, e não existem certas resistências ou condenações explícitas aos tecnoletos, por parte dos policiais novatos, mas é notada uma dificuldade na pronúncia e entendimento das palavras em relação aos policiais em formação, bem como em início de carreira, talvez pela proteção à língua materna, o que é comum a todos os falantes quando são confrontados com um novo vocabulário. Com certo tempo esses novos policiais vão praticando, relacionando as palavras e adquirindo o novo vocabulário técnico. Neste sentido afirmam Carvalho e Souza (1977, p.100):

Este processo protege mais o sentido representativo da linguagem, pois o vocábulo que não se encontra nos padrões da língua para a qual é transposto tem, em princípio, maior aura ou hermetização. Mas na medida em que eles penetram na linguagem usual, obedecendo então os paradigmas morfo-sintáticos e fonéticos da estrutura as línguas que os acolhem, eles também se divulgam ou, de outra maneira, sofrem a *desreferencialização*.

É válido ressaltar também que os tecnoletos não são parte de uma língua comum (originária) e, sim, de uma variação de uma mesma língua comum ou primária. Kondratov (1972, p. 53) pronuncia que: “Os códigos técnicos são ‘secundários’, no sentido de que se constroem baseando-se na língua comum ou em qualquer outro sistema de sinais. Nossa Língua comum é ‘primária’, pois não se apoia em nenhum código”.

Quando alguma palavra técnica é usada acidentalmente fora do campo profissional, o termo empregado não é compreendido por pessoas externas, assim, a mensagem emitida não atinge a sua finalidade, ou seja, a informação. Por outro lado, as informações também podem ser anuladas ou prejudicadas até mesmo pelos próprios profissionais quando não são empregadas de forma adequada. Porém, tal fenômeno linguístico contribui para o desenvolvimento do profissionalismo do grupo institucional que as empregam em seus serviços. Kondratov (1972, p. 54) profere o seguinte:

As regras gramaticais podem ser consideradas “prescrições de código.” Todavia, são desrespeitadas muitas vezes pelos que não sabem a língua. Nós compreendemos um estrangeiro, porém, que fala a nossa língua, embora fazendo erros de gramática. Entretanto, num código técnico, qualquer infração provocaria a não compreensão da mensagem.

Na PMDF, os tecnoletos²⁰ são compostos pelo: Alfabeto Fonético Internacional Militar; pelo Código Numérico Militar; pelo Código Internacional Q; pelas Expressões Convencionais Policiais; pelos Termos Policiais Militares; pelas Expressões Policiais Militares Nominativas e Ordenativas e pelos Códigos Restritos Policiais.²¹

2.3.1.1. O Alfabeto Fonético Internacional Militar

O Alfabeto Fonético Internacional Militar é conhecido também como alfabeto radiotelefônico ou de soletração, e os seus termos são praticamente os mesmos do alfabeto fonético empregado pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) que é o mais utilizado no mundo. Em relação à origem desse alfabeto, sabe-se que, antes da Segunda Guerra Mundial, não existia um alfabeto padrão ou único a todos os países, ou seja, cada país tinha o seu próprio alfabeto para uso militar. Por outro lado, cada serviço militar dos países aliados, tais como, o exército, a marinha e a aeronáutica também possuía seu alfabeto próprio²².

²⁰ Na PMDF há também os Códigos de Ocorrências Policiais, que são numerações e descrições das respectivas naturezas das distintas ocorrências e eventos policiais. Porém, esses códigos estão, praticamente, em desuso por grande parte dos policiais militares da referida Corporação. Alguns policiais conhecem somente parte desses códigos e outros os desconhecem em sua totalidade. Por outro lado, não há também, uma uniformização desses códigos com as outras instituições de segurança pública do DF (Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal - CBMDF, Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF e a própria Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF). Algumas dessas instituições têm os seus próprios códigos de ocorrências. Por esses motivos, preferi não fazer referência a esses códigos. O que se espera é que a SSP/DF, juntamente com os órgãos de segurança pública mencionados, criem, de forma definitiva, códigos unificados, favorecendo assim, a comunicação integrada nas ações.

²¹ As denominações: Termos Policiais Militares; Expressões Policiais Militares Nominativas e Ordenativas e os Códigos Restritos Policiais são originais deste trabalho.

²² Informações disponíveis no site <http://www.alfabetofonetico.com.br/home>.

De acordo com o Núcleo de Pesquisa e Estudos Turísticos da Universidade Tuiuti do Paraná – NPETUR (2009), em 1941, com a entrada dos Estados Unidos da América - EUA na Segunda Guerra Mundial, logo, foi reconhecida a necessidade de um alfabeto comum na comunicação dos países aliados. Os oficiais dos exércitos dos países coligados a princípio, não foram a favor de uma abertura ou unificação da comunicação, mas logo reconheceram que sem tal comunicação unificada, certamente, a frente de batalha seria prejudicado. Diante disso, os dirigentes de vários serviços se reuniram no MIT (Instituto de Tecnologia de *Massachusetts*) para reformulação de um novo alfabeto.

Ainda de acordo com o NPETUR, os diretores reuniram-se numa grande sala de reuniões contendo: quadros; lápis; papéis e dicionários para cada pessoa. Foi dada a informação de que seriam servidas apenas três refeições por dia e a porta do ambiente estaria fechada durante este período, não permitindo a entrada e a saída de pessoas até que a criação do novo alfabeto fosse concretizada.

Assim, depois de certo tempo, foi criado o Alfabeto Fonético JAN (*Joint Army/Navy*), mas este alfabeto não era perfeito, possuía alguns defeitos e, muitos dos países aliados tinham certas dificuldades na compreensão de algumas letras, mas tal alfabeto foi sem dúvida de grande valor na comunicação dos países na Segunda Guerra Mundial. Ao término dessa guerra, com o passar do tempo, devido aos ensinamentos adquiridos durante o conflito, buscou-se várias vezes uma reformulação de um alfabeto comum para a comunicação dos países, porém, nenhum obteve sucesso.

O NPETUR também pronuncia que logo em seguida, a ICAO (Organização Internacional da Aviação Civil), que também necessitava adotar um alfabeto unificado nas comunicações da emergente indústria aeronáutica, se prontificou a criar um novo alfabeto unificado. Assim, a ICAO criou um alfabeto que atendia às necessidades de todos, ou seja, unificado e de fácil entendimento. Depois disso, tal alfabeto foi adotado e reformulado pela ITU (União Internacional das Telecomunicações), organismo que elabora os regulamentos internacionais das radiocomunicações.

Atualmente, ainda de acordo com o NPETUR, tal alfabeto é utilizado por civis que trabalham, sobretudo, na área de segurança e por diversas forças militares do mundo e que, apesar desse alfabeto não ser primoroso, tem um funcionamento reconhecido, sendo imprescindível nas comunicações por voz e, atualmente, é utilizado por vários países nos serviços civil e militar. A sua exploração é universal e seu uso está consagrado em diversas Forças Armadas do mundo.

É notado que a sua utilização de forma correta permite uma compreensão de qualquer mensagem. O seu uso também tem como objetivo tornar clara as transmissões das mensagens por meio das redes de rádios operacionais, isso porque, algumas letras do Alfabeto Português possuem sons semelhantes, tais como: P e B; T e D e o M e N. Esse alfabeto é reconhecido pelo Ministério das Comunicações do Brasil e a PMDF, bem como as demais polícias brasileiras o utilizam em suas comunicações operacionais para esclarecer nomes de difícil pronúncia, endereços, placas de veículos etc. Veja o quadro abaixo.

Quadro 1 - Alfabeto Fonético Internacional Militar

Letra	Palavra (código)	Pronúncia	Letra	Palavra (código)	Pronúncia
A	Alfa	Al -fa	N	November	No- vem -ber
B	Bravo	Bra -vo	O	Óscar	Ós -car
C	Charlie	Char -lie	P	Papá	Pa- pá
D	Delta	Del -ta	Q	Québec	Que- béc
E	Écho	E -co	R	Romeo	Ro -meu
F	Foxtrot	Fox / Fox -trot	S	Sierra	Sier -ra
G	Golf	Golf	T	Tango	Tan -go
H	Hotel	Ho -tel	U	Uniform	Iu -ni-form
I	Índia	Ín -dia	V	Victor	Vic -tor
J	Juliet	Ju -liet	W	Whiskey	Uis -quei
K	Kilo	Qui -lo	X	Xray	Ékes -rei
L	Lima	Li -ma	Y	Yankee	Ian -qui
M	Mike	Mai -que	Z	Zulu	Zu- Iu

Obs. As partes em negrito das palavras significam a sílaba tônica, isto é, a sílaba que deve ser pronunciada com maior tonicidade.

Fonte: Manual de Campanha C 24-9 - exploração em radiotelefonia - EB, 2004; Apostila - Meios de Comunicação Institucional e Operacional do CFP III da PMDF, 2014.

2.3.1.2. O Código Numérico Militar

Atualmente, na PMDF, bem como nas demais polícias do Brasil, o código numérico é utilizado geralmente em comunicações via rede de rádios operacionais para ditar os números de endereços residenciais, placas de carros, documentos etc. De outra forma, em cursos de formação, aperfeiçoamento e treinamentos diversos, os policiais militares são rebatizados e identificados apenas com números classificatórios.

A linguagem numérica passa a ter então um caráter de adjetivação no meio policial, isto é, os policiais mais antigos ou os mais hábeis ganham os primeiros números, por outro

lado, os mais modernos ou os mais inábeis ganham os últimos números, como por exemplo, o *zero um* de uma turma, pode ser o mais experiente o mais apto ou o mais habilidoso de uma determinada turma de policiais.

Por outro lado, sabe-se que o numeral é a palavra que dá ideia de quantidade, ordem, multiplicidade, medida ou fração. O numeral cardinal indica quantidade, já o ordinal indica ordem. Ifrah (1989) relata sobre essa noção de número, ou seja, o cardinal que, segundo ele, é baseado exclusivamente no princípio da equiparação e o ordinal que exige, simultaneamente, o processo de agrupamento e o de sucessão.

Na fonia das polícias brasileiras usam-se os algarismos em numerais cardinais da seguinte forma: *0-zero ou nada; 1-um, uma ou uno; 2-dois ou duas; 3-três; 4-quatro; 5-cinco; 6-meia ou meia dúzia; 7-sete; 8-oito e 9-nove*. E podem ser ditos também em numerais ordinais, por exemplo: *0-negativo; 1-primeiro; 2-segundo; 3-terceiro; 4-quarto; 5-quinto; 6-sexto; 7-sétimo; 8-oitavo e 9-nono*.

Não se costuma misturar a linguagem ordinal com a linguagem cardinal. Porém, para uma melhor comunicação nas redes de rádios, os policiais costumam proferir primeiramente a sequência numérica em linguagem cardinal e, logo em seguida, em linguagem ordinal, como por exemplo, (12345), primeiramente, os policiais pronunciam “*um, dois, três, quatro e cinco*” e, logo depois, “*primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto*”.

Para evitar a ambiguidade entre os algarismos seis e três, usa-se, nas polícias brasileiras, o fracionário “*meia dúzia*” para o número seis. Usam-se também os multiplicativos para os números repetidos, como, por exemplo, em dois números (00) a pronúncia é feita da seguinte forma, “*negativo dobrado*” - em três números (000), “*negativo triplo*” - em quatro números (0000), “*negativo quádruplo*” e assim por diante. A variação do gênero de “*um*” para “*uma*” ou de “*primeiro*” para “*primeira*” é flexionada dependendo do contexto.

2.3.1.3. O Código Internacional Q

Tal código também é usado nas linguagens operacionais técnicas verbais da PMDF, bem como nas demais polícias brasileiras em suas redes de rádios operacionais e, essa codificação tem a função de simplificar a comunicação entre o emissor e o receptor, dando maior fluidez ao entendimento das informações que são repassadas entre tais operadores de radiocomunicação. Sua finalidade também é executar frases e palavras e ainda codificar transmissões prontamente específicas.

O código Q é adotado internacionalmente por diversas Forças Armadas no mundo e trata-se de um conjunto de três letras iniciadas com a letra “Q”. A função desse código é simplificar, bem como dar maior fluidez e, sobretudo, evitar certas confusões nos sinais de chamadas por voz, ou seja, contribuir para o entendimento entre os operadores de radiocomunicação.

Sobre a origem desse código, os conhecedores do assunto afirmam que ele foi criado e desenvolvido pelo governo britânico no início do Século XX, para ser utilizado pelos navios britânicos e estações costeiras em comunicações radiotelegráficas comerciais. Segundo o Ministério do Exército Brasileiro (1972), esse código foi reformulado e aprovado pela Convenção Internacional de Telecomunicações em 21 de dezembro de 1959, na cidade de Genebra na Suíça, da qual o Brasil foi um dos países signatários, entrando em vigor em 1º de maio de 1961.

Ainda de acordo com Ministério do Exército Brasileiro (1972), tal código é compreendido entre os grupos de QAA à QZZ e são distribuídos em quatro séries: QAA-QNZ que são reservados somente para uso aeronáutico; QOA-QQZ para uso marítimo; QRA-QUZ a todos os serviços de telecomunicações e o QVA-QZZ que não foram distribuídos.

A significação do Código Q pode ser ampliada ou complementada por meio de outros léxicos apropriados, como indicativos de chamada, nomes de lugares, números, algarismos, etc. A linguagem Q pode ser representada também no sentido de interrogação ou afirmação, dependendo do desenrolar da transmissão. Para isso, é necessário que a fala do policial se desenvolva de forma clara e bem expressiva, para que o receptor possa entender a significação correta.

Atualmente, esse código também é usado por radioamadores de várias partes do mundo na troca de mensagens em curta e em longa distância. Também fazem o uso desse sistema de comunicação os serviços de segurança privada, além de empresas de comunicação e demais profissionais que usam a radiocomunicação para a transmissão de informações.

No Brasil, é usado no meio civil e no meio militar e é válido ressaltar ainda que os sinais do código “Q” não têm caráter sigiloso. Outro fator importante é que em seu uso, esse código sempre será impronunciável, por exemplo, o *QAP*, não se pronuncia “cap” e sim, *Q-A-P*, isto é, pronunciado letra por letra. Vejam abaixo, exemplos dos Códigos Q mais utilizados pela referida Corporação e outras unidades policiais do País.

Quadro 2 - Código Internacional Q

Código	Pergunta	Resposta
QAP	Devo escutá-lo? / (<i>Está na escuta?</i>)	Escute-me! / (<i>Estou na escuta!</i>)
QRA	Qual o nome do operador ou estação?	O meu nome é... / O nome da minha estação é...
QRB	A que distância aproximada você está?	Estou aproximadamente a...
QRD	Aonde vai e de onde vem?	Vou a.../ Venho de...
QRE	Qual o tempo estimado de chegada (<i>Lugar</i>)?	Chego mais ou menos em... (<i>horas/minutos</i>)
QRF	Local a que regressa?	Regresso a/ao...
QRL	Está ocupado?	(Afirmativo / Negativo) Estou ocupado! Não interfira, por favor.
QRM	Está havendo interferência?	(Afirmativo / Negativo) Está havendo interferência.
QRQ	Devo ou pode transmitir mais depressa?	(Afirmativo / Negativo) Transmita mais depressa.
QRS	Devo ou pode transmitir mais devagar?	(Afirmativo / Negativo) Transmita mais devagar.
QRT	Devo ou pode cessar a transmissão / Desligar?	(Afirmativo / Negativo) Cesse ou desligue.
QRU	Tem algo para mim?	(Afirmativo / Negativo) Tenho algo pra você.
QRV	Você está preparado? (<i>A disposição</i>)	(Afirmativo / Negativo) Estou preparado! (<i>Prossiga!</i>)
QRX	Quando me chamará novamente?	Chamarei novamente às... / em... (<i>Aguarde-me!</i>)
QRZ	Quem está me chamando?	Está sendo chamado por... / pelo (a)...
QSA	Qual a Intensidade ou clareza do sinal?	A intensidade ou clareza do sinal é: 1 = Muito fraca; 2 = Fraca; 3 = Regular; 4 = Boa e 5 = Ótima.
QSJ	Qual o valor em taxa ou dinheiro?	O valor do dinheiro ou taxa é...
QSL	Entendido, compreendido, ou recebido?	Entendido, compreendido ou recebido!
QSM	Devo ou pode repetir a mensagem?(<i>RPT</i>)	(Afirmativo / Negativo) Repita ou repetirei a mensagem!
QSN	Você me escutou?	(Afirmativo / Negativo) O escutei.
QSO	Posso comunicar diretamente com o... (<i>Prefixos diversos em rede</i>) -	(Afirmativo / Negativo) Pode comunicar diretamente com o prefixo... (<i>estipulado</i>).
QSP	Devo ou pode retransmitir a mensagem? (<i>Servir de ponto entre duas estações que não se ouvem</i>)	Retransmita a mensagem / ou retransmitirei a mensagem.
QSY	Devo ou pode fazer troca de canal ou frequência? (<i>Canaleta</i>)	(Afirmativo / Negativo) Troque ou trocarei de frequência ou canal
QSZ	Devo ou pode transmitir pausadamente ou de forma repetida a mensagem	(Afirmativo / Negativo) Transmita pausadamente ou de forma repetida.
QTA	Devo ou pode cancelar ou anular a mensagem?	(Afirmativo / Negativo) Cancele ou anule a mensagem.

QTC	Tem mensagens?	(Afirmativo / Negativo) Tenho mensagens.
QTE	Qual é a orientação ou posição que estou de você?	Sua orientação ou posição é...
QTH	Qual o endereço ou localização?	O endereço ou a localização é...
QTI	Qual seu rumo, sentido?	Meu rumo ou sentido é...
QTJ	Qual é a sua velocidade?	A minha velocidade é de... (<i>quilômetros por hora</i>)
QTN	A que horas saiu do lugar? (<i>Ponto de origem</i>)	Saí (do lugar, base) às... horas / ou em... minutos.
QTO	Já saiu do posto ou já se deslocou? (<i>Ocorrência</i>)	(Afirmativo / Negativo) Já saí ou estou me deslocando.
QTR	Qual hora certa no momento?	A hora certa é...
QTS	Pode transmitir seu indicativo. Quem é o solicitante?	Meu indicativo é... / O solicitante é...
QTX	Pode manter-se atento ou ficar em atenção para um novo contato comigo?	(Afirmativo / Negativo) Vou me manter atento ou em atenção
QTY	Você está a caminho?	(Afirmativo / Negativo) Estou a caminho.
QTZ	Continua em busca ou em perseguição?	(Afirmativo / Negativo) Continuo em busca ou em perseguição.
QUA	Tem notícias de alguém ou alguma coisa?	(Afirmativo / Negativo) Tenho notícias de...
QUP	Devo ou pode ligar o <i>rotolight</i> , o <i>giroflex</i> ou os faróis de localização?	(Afirmativo / Negativo) Ligue o <i>rotolight</i> , o <i>giroflex</i> ou os faróis de localização / estou ligando-os.
QUR	Qual o estado das vítimas?	O estado das vítimas é...
Obs. O QAP é reservado ao uso aeronáutico, porém, se tornou um código Q conveniado à comunicação policial.		

Fonte: Manual de Campanha C 24-12 – Comunicações: sinais de serviço e indicativos operacionais - EB, 1972; Apostila - Meios de Comunicação Institucional e Operacional do CFP III da PMDF, 2014 e alguns complementos extraídos a partir das entrevistas.

2.3.1.4. As Expressões Convencionais Policiais

São expressões convencionais tidas como palavras clichês ou chaves, usadas geralmente nas comunicações em redes de rádios operacionais por diversas polícias brasileiras. Além de economizar o tempo e proporcionar maior rapidez nos trâmites das mensagens, essas expressões ajudam na padronização das comunicações operacionais.

O objetivo principal dessas expressões é reduzir certas frases, previamente, estabelecidas entre os policiais em redes de radiocomunicação, assim, dependendo do contexto, frases inteiras acabam sendo pronunciadas por apenas uma única palavra. Há casos em que existem uma redução ou abreviação, que também se pode chamar de uma variante

simplificada de palavras, portanto, as construções de frases com poucos enunciados devem partir do estoque de palavras fornecidas pelo próprio sistema de comunicação.

Quando criadas novas expressões por parte dos policiais, logo são inseridas na linguagem operacional, para facilitar as futuras comunicações. Os símbolos depois criados e aceitos pelo grupo, como numa convenção, por exemplo, passam a possibilitar o diálogo e o entendimento mútuo (ARANHA & MARTINS, 1998). Veja abaixo as expressões mais empregadas pela Corporação referida, bem como por outras instituições policiais do Brasil.

Quadro 3 - Expressões Convencionais Policiais

Expressões	Significações	Expressões	Significações
Afirmativo	Compreendido, entendido, de acordo, confirmado, exatamente, recebido etc.	Grato	Obrigado, agradecido
Aguarde	Espere novo contato na escuta	Informe-se	Responder uma pergunta, informar ou reforçar uma mensagem.
Apoio	Ajuda, suporte, contribuição ou reforço de outras guarnições.	Negativo	Negação, não autorizado, algo errado, não confirmado.
Brevidade	Seguir rapidamente a um local designado ou solicitado.	Nihil ou nil	Nenhum, nada, nenhuma, tá limpo, sem problemas.
Cautela	Atuar com precaução ou cuidado numa ocorrência.	Ok	Confirmado, sim, certo, correto.
Câmbio	Término de uma mensagem e convite à resposta.	Positivo	Afirmação, mensagem entendida, correta.
Ciente	Recebida a mensagem em inteiro teor.	Proceda	Seguir conforme procedimento normal.
Com alteração	Ocorrência de eventos ou fatos problemáticos.	Pronto	Ok, positivo, certo, preparado, finalizado.
Como recebe	Intensidade e clareza dos sinais.	Prossiga	Adiante com a mensagem.
Confirme	Confirmar mensagem recebida.	Prioridade	Pedir a preferência para transmissão de uma mensagem ou preferência a um atendimento.
Copiado	Dar o parecer que a informação foi entendida, transcrita e guardada.	Rpt	Repita a mensagem não compreendida, reitere-se!
Correção	Houve erro na transmissão e será corrigido.	Retificação	Corrigindo a mensagem passada, reiterando-se.
Correto	Procedimento certo.	Sem alteração	Sem novidade, inexistência de algum fato novo, sem ocorrências.

Cotejar	Repetição de mensagem de difícil entendimento.	Soletrando	Soletrar uma palavra utilizando letras do alfabeto fonético internacional militar
Desfaz e agradece	Relatar o desligamento ou a saída de uma conversa de rádio e agradecer.	Tks	Abreviação de <i>thanks</i> (inglês) que significa obrigado, grato, agradecido.
Em situação	Pronto, em prontidão, apto, preparado etc.	Ultima forma	Desconsidere-se, corrigindo, retificando-se, voltando atrás.
Obs. O <i>NIL</i> , o <i>OK</i> e o <i>RPT</i> pertencem à seção de abreviaturas e sinais do Código Internacional Q, porém, também são conveniadas às expressões convencionais de algumas polícias brasileiras. ²³			

Fonte: Manual de Campanha C 24-12 – Comunicações: sinais de serviço e indicativos operacionais - EB, 1972; Apostila - Meios de Comunicação Institucional e Operacional do CFP III da PMDF, 2014 e alguns complementos extraídos a partir das entrevistas.

2.3.1.5. Os Termos Policiais Militares

São palavreados institucionalizados ao serviço policial militar. Isto é, são nomes formalizados que estão diretamente ligados ao serviço policial; dentre alguns exemplos podemos citar as designações da hierarquia policial militar, os nomes de crimes e delitos, os nomes dos equipamentos e fardamentos etc. Existem os Termos Policiais, característicos das polícias que não são militares e os Termos Policiais Militares, característicos das polícias militares.

Alguns termos utilizados pelas polícias militares são provindos das próprias Forças Armadas do País (Exército, Marinha e Aeronáutica) e são empregados no contexto estrutural dessas forças militares e possuem um sentido preciso no emprego, tanto na linguagem corrente, quanto nas ordens e partes escritas. Por isso, são tidos como linguagens de especialidade do âmbito militar. As polícias que não são militares empregam, em grande parte, os termos policiais, já as militares possuem tanto os termos policiais, bem como os militares.

Dentro desse assunto, isto é, do termo policial é importante fazer menção às ciências do léxico, ou seja, a Lexicografia e a Terminologia. Embora existam outras ciências conexas, mencionamos somente essas duas por serem áreas abrangidas pela Linguística Aplicada. A Lexicografia está diretamente ligada à elaboração de dicionários de línguas gerais e a Terminologia está ligada ao estudo teórico dos termos técnicos e científicos. Krieger (2014, p. 328) declara exatamente isso:

²³ De acordo com a Seção II de Abreviaturas e Sinais Diversos - ITU.

Por sua vez, no âmbito das ciências do léxico, a lexicografia e a terminologia, entendidas como ramos da linguística aplicada, diferenciam-se por seus respectivos objetos de investigação e de aplicações. A primeira ocupa-se do léxico geral da língua na perspectiva de sua dicionarização; enquanto a segunda volta-se ao universo dos termos técnico-científicos, correspondente ao léxico especializado.

Observa-se assim, que o estudo dos termos policiais diversos é uma atividade altamente científica e dentro dessa mesma atividade se torna necessário, também, elaborar a dicionarização desses mesmos termos, pois só assim, o estudo lexical dos termos se torna mais completo. É importante distinguir termos policiais de jargões policiais, ou seja, os termos policiais são palavreados institucionais, formais e convencionais, já os jargões são meros palavreados informais e vulgares. Outra diferença é que, como fazem parte da estrutura militar, esses termos possuem um tempo de vida bem maior, enquanto que os jargões, em sua grande maioria, possuem um tempo de vida bem menor nas corporações.

Os termos policiais militares possuem atributos formalizados e institucionais dentro de uma unidade militar e são vistos em diversos contextos do ambiente policial militar. Podemos definir então os termos policiais militares como sendo linguagens institucionais, formais e convencionais, possuindo sentidos precisos de cunho histórico e ideológico a todo âmbito policial militar.

Geralmente, os termos policiais militares são representados por siglas ou abreviaturas. De acordo com Mesquita e Martos (1991), a abreviatura é um recurso convencional da linguagem escrita, utilizado para representar uma palavra ou expressão de uma forma reduzida, podemos citar alguns exemplos: *Sd – Soldado; Ten - Tenente; Cap - Capitão* etc.

Segundo os mesmos autores (1991), a sigla é o nome que se dá ao conjunto de letras iniciais de uma determinada palavra, isto é, são palavras formadas a partir das letras iniciais que compõem uma determinada palavra, podemos citar alguns exemplos: *TAF - teste de aptidão física; TFM - teste físico militar* etc. Contudo, quando as siglas, bem como as abreviaturas, passam a ser usadas de forma definitiva ao invés dos próprios termos, essas variações reduzidas se caracterizam então como jargões policiais, como é o caso dos exemplos *T.C* e *B.O*, ou seja, *Termo Circunstanciado* e o *Boletim de Ocorrência*.

Os termos da área jurídica, da saúde, da polícia científica, bem como de outras instituições que também compõem a estrutura da segurança pública, estão presentes nas funções e atividades dos policiais, com isso, podem fazer parte dos termos policiais, porém, de uma forma indireta. Dentre exemplos desses referidos termos podemos citar as designações de primeiros socorros, de leis brasileiras, nomes científicos de entorpecentes diversos etc.

Alguns termos policiais militares têm sido agregados em *brados* e *lemas* das próprias unidades policiais militares do País, o que não é diferente na PMDF e alguns são vistos também em canções e hinos militares, bem como nos gritos de guerras e gritos de armas, que são palavras ou frases curtas empregadas pelos comandantes no intuito de juntar os militares incentivando ao combate ou a uma determinada missão.

Esses gritos também são usados para anunciar o fim de uma formatura ou de um serviço militar. Por outro lado, muitos termos policiais militares são incorporados aos escudos, bandeiras e brasões das próprias instituições policiais militares. Uma expressão bastante conhecida no meio policial militar é: “*Missão dada é missão cumprida*”! Veja em Apêndice D - Glossário de Termos Policiais Militares.

2.3.1.6. As Expressões Policiais Militares Nominativas e Ordenativas

As expressões policiais militares nominativas são criadas pelas corporações de polícia militar para nomear as diversas operações policiais. Geralmente, essas expressões são mencionadas pelas próprias polícias para que a sociedade, de um modo geral, possa compreender o contexto de algumas ações policiais.

Enquanto os termos policiais possuem certa exterioridade comunicativa mais interna (institucional), as expressões nominativas policiais apresentam um cunho mais externo, ou seja, voltada à comunicação com a sociedade em geral. Dentre alguns exemplos dessas expressões, temos: “*operação álcool zero; operação tartaruga; operação saturação; operação pente fino e outros*”.

Observa-se então a utilização de metáforas nessas designações policiais, como por exemplo, o nome da *operação tartaruga*, isto é, por ser a tartaruga um animal que tem o andar muito lento, as polícias militares, por serem impedidas pela Constituição da República de entrarem em greve, muitas vezes acabam entrando nessa operação denominada de “tartaruga”, que nada mais é do que a prestação de um serviço mais demorado à sociedade, com viaturas andando no limite da velocidade das rodovias e estradas, o que de fato, acaba por prejudicar os serviços de emergência policial.

A metáfora é uma figura de palavra que relaciona dois seres através de uma qualidade ou característica comum atribuída a ambos. E tendo por base a perspectiva de Lakoff e Johnson (1980) sobre a metáfora, podemos dizer que se trata de um conceito base que estabelece certa representação da linguagem, isto é, mantendo uma interconexão entre as características existentes, bem como criando algumas associações. Por meio da metáfora se

pode chamar mais a atenção do ouvinte sobre o que é falado, ou seja, fazendo com que o leitor possa enxergar a imagem e o conteúdo de forma mais compreensiva e abrangente.

Nas unidades policiais, essas nomeações também podem ser dadas para classificar os tipos de delitos praticados por certos criminosos, e essas especificações são apresentadas para facilitar o reconhecimento, por parte da sociedade, a determinados crimes praticados por certos criminosos e, assim, evitar as vitimizações. Veja algumas designações policiais mais conhecidas a crimes de estelionatos praticados no País: “*golpe do cartão; golpe do cheque perdido; golpe do bilhete premiado; golpe do paco; golpe do falso sequestro; golpe do boa noite cinderela; golpe do empréstimo pela internet; golpe da saidinha de banco etc*”.

Já as expressões policiais militares ordenativas são os termos tradicionais do militarismo, isto é, são os palavreados que emitem vozes de comando à tropa. Geralmente, essas vozes de comando são usadas em ordem unida²⁴. Essas ordens comunicativas somente fazem sentido no ambiente policial militar, ou seja, ao contrário das expressões nominativas, as expressões ordenativas são comunicações extremamente internas.

Cada expressão falada representa uma ordem de comando à tropa ou ao policial militar subordinado. Dentre alguns exemplos dessas expressões, podemos citar: o *sentido! O ordinário marche! O alto!* E outros. Veja em Apêndice C - Glossário de Expressões Policiais Militares Ordenativas.

2.3.1.7. Os Códigos Restritos Policiais

São códigos usados nas comunicações via rádio em escoltas oficiais de autoridades públicas, eventos de segurança máxima e em outras operações especiais. Fazem parte dos tecnoletos das instituições policiais do País. Esses códigos fazem parte de uma comunicação operacional altamente sigilosa, impedindo assim, quaisquer vazamentos de informações restritas. Usam-se essas linguagens veladas, principalmente, na segurança de estabelecimentos governamentais, guarnições militares e em escoltas de autoridades como chefes de estados, bem como, no transporte de criminosos de altíssima periculosidade.

Tudo é codificado ou rebatizado com códigos identificadores sigilosos. E muitos desses códigos são empregados como senhas e contrassenhas nessas ações policiais. Os policiais conhecidos como os guarda-costas, bem como as viaturas dessas escoltas ganham codificações específicas para a identificação confidencial e sigilosa, ou seja, usam-se outros codinomes ao invés dos próprios nomes de guerra dos policiais.

²⁴ Ver *ordem unida* em Apêndice D - Glossário de Termos Policiais Militares.

Tais códigos são criados por meio de uma convenção restrita somente aos policiais pertencentes à escolta. Os itinerários, as vias de deslocamento, bem como as instalações, os pontos de passagens, os pontos de hospedagem, os eventos públicos, os pontos de embarque e desembarque como, por exemplo, os aeroportos também são codificados com novos nomes identificadores com fins criptológicos.

Por esses vocábulos apresentarem sentidos restritos, enquanto símbolos de comunicação, podemos dizer, segundo Kondratov (1972), que tais códigos fazem parte da comunicação realizada pelos sinais de comunicação convencionais, isto é, códigos criados por grupos específicos e aprovados por convenções restritas.

Os policiais que fazem esse trabalho passam por um treinamento minucioso para absorverem os códigos restritos e também por treinamentos de defesa pessoal urbana, direção tática e defensiva, manobras evasivas e outros. Quando há suspeita de vazamento de alguns desses códigos restritos, os gestores de comunicação reformulam novos códigos para uso restrito.

No DF, os policiais militares pertencentes à segurança governamental utilizam esses códigos reservados na segurança do governador, do vice-governador e dos respectivos familiares dessas autoridades. E essas codificações não são fixas, ou seja, são reformuladas em tempos determinados. Por outro lado também, o canal de rádio é restrito somente à segurança oficial. Enfim, os gestores responsáveis pela comunicação operacional costumam criar esses códigos a partir de nomes de cidades, estados, países, planetas, carros, termos mitológicos, livros da bíblia etc.

2.3.2. Os Jargões Policiais verbais

Os linguajares coloquiais, bem como vulgares, também estão presentes nas comunicações verbais das polícias brasileiras, contudo, não fazem parte, diretamente, das linguagens operacionais técnicas, são apenas, linguagens particulares informais faladas entre os próprios policiais no cotidiano de serviço. Primeiramente, é certo ressaltar que os jargões são vocabulários utilizados somente dentro de um âmbito profissional.

Por se tratar de expressões não cultas, os jargões são tidos também como vulgares e, muitas vezes, são confundidas com as gírias. Cabello (2002) aponta a distinção entre jargões e

as gírias, ou seja, segundo ela, as gírias são relacionadas a grupos sociais diversos e os jargões a grupos profissionais²⁵.

Cabello (2002) também aponta a distinção entre o jargão e o vocabulário técnico, ou seja, o tecnoleto, segundo a autora, possui sentido real e é utilizado somente pela linguagem científica possuindo, assim, um caráter extremamente objetivo e referencial. Por outro lado, os jargões são constituídos, na maioria das vezes, por comunicações cifradas de certos grupos profissionais.

O surgimento dos jargões tem ligação direta com o fenômeno de expressividade que a língua possui, isto é, a capacidade de manifestar certas emoções, bem como transmitir sugestões em determinados recursos e estilos, e essas expressividades são realizadas pelas figuras de linguagem diversas. Assim sendo, esses recursos de expressão contribuem para a variação de linguagem, ou seja, jargões, gírias e outros. Em relação à variação linguística, Ilari afirma (2005, p.195):

Entende-se por “variação linguística” pelo menos três fenômenos distintos: (1) o fato de que em uma sociedade complexa como a brasileira convivem variedades linguísticas diferentes, utilizadas por grupos sociais que são expostos em graus diferentes à educação formal; (2) o fato de que pessoas de um mesmo grupo linguístico usam, para expressar-se, palavras e expressões diferentes de acordo com o caráter mais ou menos informal da situação da fala; (3) o fato de que o português do Brasil, como toda língua de cultura, inclui falares que são usados por alguns grupos específicos: os jovens, os malandros, os drogados, os economistas etc.

Percebe-se que a concepção dos jargões se relaciona também devido à vivência de certos grupos fora do convívio social comum, nesses casos, os perfis e as atitudes das pessoas isoladas mudam. Por se acharem em outra realidade, com características diferentes do resto da sociedade, assim, há uma nova adequação ao novo ambiente e, logo, nascem com o tempo, novos gestos, novas palavras, novas expressões etc.

Segundo Carvalho e Souza (1977, p. 48), “A influência do espaço geográfico, mesmo num exame superficial, se faz presente no acento, na entonação, na estruturação e no tipo de vocabulário, como verdadeiros índices de caracterização de uma comunidade linguística”. Em toda prática profissional, surgem novos léxicos. A própria vivência ou experiência do serviço funcional contribui para a formação dessas novas palavras, o que não é diferente nas diversas unidades policiais do País.

²⁵ “O conceito de jargão pode ser o de gíria, em seu sentido restrito, isto é, de linguagem marginal, fechada, instrumento de defesa e identificação de um grupo profissional, incompreensível aos não iniciados no grupo. Neste aspecto apresenta, como a gíria, caráter fechado. Reflete um certo pedantismo por ostentar determinada posição social”. (CABELLO, 2002, p. 177).

Por outro lado, podemos dizer que a linguagem e a cultura sempre são renovadas por vários motivos e, partindo desse pressuposto, se sabe que existe uma diferença enorme nos âmbitos socioculturais do Brasil e isso acaba influenciando a sociabilidade comunicativa de diversos brasileiros.

A fala em nosso País é bastante diversificada, pois, o nosso espaço territorial é extenso e as diferenças entre os dialetos e os sotaques são vivenciados por todos. Embora o convívio social entre diversos falantes se proceda em algum lugar do Brasil, a sociabilidade faz com que tais pessoas se misturem, sendo assim, as variações de nossa língua são apresentadas e, isso, contribui na variação e influências de falas, nascem então, novas gírias, jargões ou sotaques.

Isso ocorre muito nas instituições onde o aquartelamento é presente, como nas Forças Armadas e nas diversas unidades de polícia militar do País, devido às transferências recorrentes desses profissionais de regiões ou departamentos funcionais. É válido observar que a estrutura organizacional da maioria das polícias do Brasil é baseada no militarismo, portanto, são seguidas algumas paridades das Forças Armadas nas formações dos respectivos policiais militares.

Assim, o novo ambiente frequentado pelo policial faz com que a sua fala natural venha a sofrer certa variação, devido à forte convivência com outros modos de linguagens, sejam eles profissionais, regionais e outras variações. Segundo Monteiro (2008, p. 68): “Dos possíveis fatores externos, os que mais têm sido discutidos são o estilo de fala, o sexo, a idade, a escolaridade, a profissão, a classe social, a região ou zona de residência e a origem do falante”. A variedade corresponde à quantidade, quando se têm vários, ou diversas formas de falas. Sobre esse contexto afirma Monteiro (2008, p. 68):

É importante ressaltar que, numa situação comunicativa, o estilo pode fornecer mensagens indicativas da escolaridade, origem e classe social dos falantes, bem como servir a certos propósitos pragmáticos, como provocar intimidade ou distanciamento entre os interlocutores.

Outro fator importante na consolidação de novos jargões policiais são as antigas profissões exercidas pelos próprios policiais, uma vez que essas antigas profissões também possuem seus léxicos de ocupações que, por sua vez, acabam contemporizados à nova função policial. Por outro lado, podemos destacar ainda a incidência de choques culturais entre policiais oriundos de diversos Estados do Brasil numa mesma instituição policial, sendo que tal fato contribui fortemente para novas interações e tendências de linguagens. Conforme Cunha, Costa e Martelotta (2012, p. 19):

A linguagem é um dos ingredientes fundamentais para a vida em sociedade. Desse modo, ela está relacionada à maneira como interagimos com nossos semelhantes, refletindo tendências de comportamento delimitadas socialmente. Cada grupo social tem um comportamento que lhe é peculiar e isso vai se manifestar também na maneira de falar de seus representantes: os cariocas não falam como os gaúchos ou como os mineiros e, do mesmo modo, indivíduos pertencentes a um grupo social menos favorecido têm características de fala distintas dos indivíduos de classe favorecidas.

Esse fenômeno linguístico também ocorreu na PMDF, ou seja, a referida instituição foi instalada no Distrito Federal em 1966, com profissionais vindos da PM do Estado do Rio de Janeiro, de oficiais do EB e outros profissionais remanejados de outras instituições de segurança pública em virtude da reorganização do DF, bem como da reestruturação da própria PMDF na nova Capital da República²⁶. Esse fato, de certa forma, acabou contribuindo assim, para novas interações culturais e tendências de linguagens policiais.

Observa-se que tais profissionais compuseram os quadros da PMDF e, logo, serviram nas unidades e guarnições e, também, em diversos departamentos. Com isso, ocorreu uma composição de variações de linguagem e culturas dentre os membros dessa Corporação militar, devido a essa “junção cultural”. Atualmente, há diversos jargões utilizados pelos policiais da PMDF e tais expressões fazem parte dessa construção natural da cultura profissional policial militar.

O uso do jargão dificulta a compreensão das mensagens e só deve ser utilizado em comunicações com seus pares (policiais). Muitas vezes, os jargões pronunciados podem enganar até mesmo esses próprios interlocutores. Os jargões são compostos também por palavras abreviadas, como por exemplo, a graduação militar de subtenente por “*sub* ou *subão*” e por meio de siglas de uso corrente, como por exemplo, *T.C* ao invés de *Termo Circunstanciado*. Em relação ao contexto de redução e abreviação, Basílio (2007, p. 42) relata o seguinte:

Nos casos de redução ou abreviação, também temos uma formação que resulta da supressão de uma parte da palavra derivante. Nesses casos, a parte a ser suprimida é, muitas vezes, imprevisível; e a palavra formada é sinônima da derivante, apenas sendo usada, na maioria das vezes, num estilo mais coloquial.

A existência de várias unidades especializadas em policiamento dentro das próprias instituições policiais do Brasil e até mesmo na própria PMDF também contribui para a criação de jargões diferenciados nessas próprias unidades de policiamento. E devido à troca de policiais de uma unidade à outra, tais jargões diferenciados são repassados para os demais policiais.

²⁶ Informações disponíveis no site: www.pmdf.df.gov.br

Muitos jargões nascem também por meio da relação existente entre os próprios órgãos que compõem a segurança pública, dentre os quais podemos mencionar: a Polícia Militar; a Polícia Civil; o Bombeiro Militar; o Departamento de Trânsito; a Polícia Federal - PF; os agentes prisionais, dentre outros. Os cursos técnicos nacionais, internacionais, bem como certos intercâmbios com outros policiais também contribuem para cooptação de novos jargões. Por outro lado, alguns policiais, devido à prática esportiva, passam a adaptar e utilizar também alguns jargões dessas áreas dentro das próprias instituições.

Há também uma assimilação de outros termos, ou verbetes, por parte desses policiais pela ligação do serviço de forma direta com outros profissionais da classe técnica científica, como por exemplo, os médicos, os enfermeiros, os profissionais da área criminalística, da medicina legal, da identificação, da perícia, do mesmo modo, com os legistas, com os datiloscopistas e outros, bem como ainda, da relação direta com os profissionais da área jurídica, ou seja, advogados, promotores, juízes etc. Por outro lado, também, sempre haverá renovações dos jargões policiais, em função da saída de policiais para a reserva e a entrada de novos policiais na ativa. Veja em Apêndice E – Glossário de Jargões Policiais verbais.

2.4. AS COMUNICAÇÕES POLICIAIS NÃO VERBAIS

Fazem parte das comunicações não verbais das polícias brasileiras, todas as demais linguagens diretas transmitidas por códigos de gestos pessoais, bem como por meio de códigos de sinais ou símbolos, constituídos a partir da utilização de certos equipamentos ou objetos, como por exemplo, itens que transmitem sons, imagens, cores etc. Dentro das corporações de policiamento, essas comunicações não verbais, realizadas por meio de gestos pessoais, sinais e símbolos convencionados, são compostos pelos *taticoletos*²⁷ que são linguagens não verbais operacionais constituídas por táticas de comunicação. Já os jargões não verbais não fazem parte dos *taticoletos* (linguagens operacionais) e, sim, das linguagens

²⁷ *Taticoletos* - designação (original) dada por mim às comunicações convencionadas não verbais, formais e operacionais das instituições policiais, isto é, são comunicações profissionais, constituídas por linguagens táticas, já os tecnoletos são comunicações convencionadas, verbais, formais e operacionais, constituídas por linguagens técnicas. Os *taticoletos* são específicos de atividades e operações militares e policiais; apesar de também possuírem técnicas operacionais, os militares e os policiais agem taticamente em suas ações, ou seja, por tática. Outros profissionais que também usam os *taticoletos*, são os jogadores profissionais de futebol, basquetebol, voleibol e outros, pois atuam dentro de táticas de jogos, assim, esses atletas podem criar certas linguagens táticas (sinais diversos), para serem usadas em seus respectivos jogos, profissionais. Para ficar mais claro, a técnica é a habilidade do jogador e a tática é o esquema, a estratégia de jogo. Outros profissionais, tais como, médicos, economistas, músicos e outros, não usam os *taticoletos* e, sim, os tecnoletos não verbais, pois não atuam por meio de táticas e, sim, por meio de técnicas, em suas operações.

gestuais informais utilizadas pelos próprios policiais em seus diálogos cotidianos e, alguns desses gestos são vulgares.

2.4.1. Os *Taticoletos* Policiais e as Linguagens paraverbais

Os *taticoletos* são linguagens táticas, voluntárias e convencionadas, pois partem de sinalizações operacionais de atividades policiais. São comunicações diretas, porém, do campo não verbal e são utilizadas em diversas ações policiais. Trata-se de um componente extensivo da linguagem verbal técnica (tecnoleto). Todas as comunicações não verbais são sentidos atribuídos a certos significados, ou seja, são expressões e sinais específicos, prontamente convencionados. Nas unidades policiais, essas linguagens não verbais (*taticoletos*) são constituídas por códigos gestuais, sonoros, símbolos e demais sinais convencionados.

Já as linguagens paraverbais são as comunicações involuntárias, isto é, são leituras indiretas, pois não partem de uma ação ou de uma vontade de se comunicar por parte dos agentes envolvidos. São comunicações naturais providas tanto por parte de uma pessoa, sem que ela perceba ou evite repassar uma leitura, quanto por parte de um ambiente social, devido a suas próprias características físicas em *design* (falta de iluminação, entulho, mato alto, construções inacabadas, lugares ermos etc.). Essas linguagens paraverbais estão presentes no dia a dia do serviço policial, por meio de fatos e eventos sociais diversos.

Além da própria visão pessoal do policial, as linguagens não verbais e paraverbais podem ser obtidas por meio de certos equipamentos tecnológicos avançados utilizados pelas diversas unidades policiais, tais como, computadores de bordo instalados nas viaturas, nos helicópteros, drones (veículos aéreos não tripulados e controlados remotamente), também por meio de sistemas de câmeras instalados nas unidades de comando policial, bem como por meio de microcâmeras instalados nos próprios uniformes dos policiais e outros. Essas linguagens sociais podem ser compostas por crimes ou indícios de crimes e podem também ocorrer antes, durante ou depois dos fatos delituosos.

Aranha e Martins (2000) reforçam que é imprescindível estarmos atentos a todos os acontecimentos à nossa volta, ou seja, saber observar e distinguir todas as informações dos mais variados tipos, seja por meio do olfato, da visão, do paladar, da audição, do tato e da cinestesia que é a capacidade de sentir o espaço por meio de nossos movimentos. Sobre esse tema, Davis (1979, p. 128) assim também pronuncia:

O verbal e o visível – o que o homem diz e como ele mexe seu corpo – são apenas duas das formas mais óbvias de comunicação. O ser humano também se comunica

pelo tato, olfato e, em algumas ocasiões, até pelo paladar. Estes sentidos podem ser parte importante da mensagem global, embora muito pouco se saiba a respeito deles.

Sobre as linguagens operacionais não verbais (*taticoletos*) empregadas pelos grupamentos policiais diversos, é notado que os policiais devem possuir a capacidade de interpretar os significados desses *taticoletos* usados nas comunicações (atos comunicativos), bem como saber interpretar todas as demais linguagens naturais não verbais e paraverbais ocorridas na habitualidade (fatos comunicativos). Portanto, a estrutura biológica da percepção, por parte dos policiais, deve estar sempre aguçada.

Em relação então ao contexto da percepção humana, sabe-se que o ser humano é um ser altamente visual, Santaella (2012) diz que a percepção do mundo gera aprendizado e essa percepção se deve aos estímulos dos sentidos humanos, onde se tem 75% da percepção visual, 20% da percepção auditiva e 5% divididos para os outros sentidos, dentre eles, o tato, o olfato e o paladar.

Ainda dentro desse argumento, Davis (1979, p. 140) relata o seguinte: “O tato, o paladar e o olfato são sentidos que requerem proximidade. A audição e a visão, por outro lado, podem ser considerados sentidos que permitem a experiência à distância”. Por conseguinte, se nota que o policial que possui uma estrutura perceptiva aguçada, tem a melhor capacidade de pensar, criar pressupostos, julgar, gerar hipóteses, planejar e agir, a partir do contato visual que ele tem com os fenômenos sociais, ou seja, uma percepção de risco ajustada. Essa percepção ajustada é conhecida no meio policial como o *terceiro olho*, ou *tirocínio policial*²⁸.

Observa-se então que, tanto as linguagens táticas, quanto as linguagens sociais não verbais e paraverbais, isto é, as comunicações eventuais diversas, partem primeiramente de uma convenção prévia, depois disso, passam a possuir certas significações precisas a todo o âmbito geral envolvido, ou seja, passam a representar ou referenciar signos sociais variados, tais como, ideias, coisas, objetos e outros. Dentro desse assunto, é válido apresentar os dizeres de Peirce (1972, p. 94):

Um signo, ou *representamem*, é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido. Ao signo, assim criado, denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Coloca-se no lugar desse objeto, não sob todos os aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que tenho, por vezes, denominado o *fundamento* do representamem.

²⁸ Ver *tirocínio policial* em Apêndice E – Glossário de Jargões Policiais verbais.

Ainda a respeito dos signos, Peirce (1972) expõe três tricotomias divisíveis, dentre as quais distinguimos: a primeira se baseia na conexão do signo consigo mesmo, ou seja, a mera característica ou qualidade, existente concreto ou lei geral; a segunda se fundamenta na dependência da relação do signo para com seu objeto consistir em o signo ter algum caráter por si mesmo ou apresentar outra relação existencial para com outro objeto ou um interpretante e, por fim, a terceira que se fundamenta na dependência de seu interpretante representá-lo como signo presumível, de fato ou de razão.

Segundo esse mesmo autor, de acordo com a primeira divisão, um signo pode ser denominado de: *Quali-signo*; *Sin-signo* e *Legi-signo* e, por outro lado, de acordo com a segunda divisão, um signo também pode ser denominado de: *Ícone*; *Indicador* ou *Índice* e *Símbolo* e, por fim, de acordo com a terceira divisão, o signo pode ser denominado de: *Rema*; *Dicisigno* (preposição ou quase proposição) e *Argumento*. Porém, para este trabalho nos interessa somente a segunda divisão dos signos, isto é, a dos *Ícones*; dos *Indicadores* ou *Índices* e dos *Símbolos*.

Assim sendo, de acordo com a segunda tricotomia, apresento, conforme Peirce (1972), as seguintes diferenciações dos signos. Então, segundo a visão do referenciado autor, o *ícone* ou o signo icônico se refere ao objeto que denota simplesmente por força de certos caracteres ou similaridades próprias deste objeto, independentemente de ser o objeto conforme o especificado na linguagem icônica ou não. Com outras palavras, o ícone é o desenho ou a imagem visual de um objeto, ou uma ideia desse objeto.

A logomarca da ouvidoria de polícia (orelha) estampado em algum recinto ou viatura é um exemplo de iconicidade. Também possuem ícones, todas as ferramentas (aplicativos virtuais instalados nos celulares, computadores e *tablets*) criadas pelas forças policiais para o auxílio aos próprios agentes de segurança pública no combate a violência em geral, bem como para facilitar o acesso por parte dos cidadãos ao serviço de segurança pública.

Um *indicador* ou o *índice* é um signo que se refere ao objeto que denota em razão de ver-se realmente abrangido ou afetado por esse objeto, ou seja, qualquer sinal que nos força a tomar certas decisões ou mesmo a perceber algo ou alguma coisa é um indicador. Um exemplo de um indicador é a fita zebrada que as polícias utilizam para circundar ou delimitar um local de crime.

Já um *símbolo* é um signo que se refere ao objeto que denota por força de uma lei, ou convenção, isto é, uma associação de ideias gerais que levam à interpretação literal, bem como interna deste objeto por meio de suas particularidades próprias. O mesmo autor ainda

reforça que todas as palavras, sentenças, livros, um emblema, e outros sinais convencionados são símbolos.

É válido ressaltar ainda a diferença que a Semiótica impõe entre os sinais e os símbolos, ou seja, no aspecto geral, essas palavras não apresentam uma distinção clara e evidente, porém, de acordo com a referida Ciência, existe sim, uma diferenciação entre um símbolo e um sinal. Então, dentro desse contexto da diferença entre esses dois elementos, Kondratov (1972, p. 10) esclarece o seguinte:

Os mais diversos fenômenos do mundo que nos cerca transmitem-nos alguma informação, cuja base material é um sinal. Os impulsos elétricos, os caracteres impressos, as fotografias publicadas nos jornais, os impulsos biológicos do cérebro, são sinais. Quanto aos símbolos, constituem sinais convencionados. A fumaça é um sinal que revela a existência do fogo, mesmo que este seja invisível. Entretanto, se combinamos com alguém que a fumaça venha a significar “está tudo bem” ou “atenção, perigo” ou “eu estou ali”, o sinal assume um sentido convencionado e se transforma em um símbolo.

Ainda sobre os sinais e símbolos, Kondratov (1972) também relata que a Semiótica distingue três tipos de sinais, ou seja, os “sinais-índícios ou sinais naturais”, os quais não são provindos de convenções prévias quanto a seus sentidos eventuais, porém, são provindos, simplesmente, de eventos naturais, tais como, o cheiro ou odores, a fumaça de um fogo natural ou acidental, os ruídos involuntários ou naturais etc. Outro exemplo que podemos expor é de um relâmpago ou um barulho de trovão, concluímos que irá chover, sendo assim, trata-se de um indício, ou seja, de um sinal-índício.

Já os “sinais-cópias” ou “sinais-imagens” podem ser convencionados ou não, portanto, são sinais que possuem certa correspondência entre o seu significado (seu “conteúdo”) e o seu aspecto exterior (a sua “manifestação”); exemplos desses sinais são os rastros eventuais (homem/animal), as marcações diversas, as fotografias, os moldes, os carimbos etc. Por fim, há os “sinais de comunicação” que são os convencionais, tais sinais são articulados por meio de símbolos convencionados diversos e, são os mais empregados no âmbito da comunicação não verbal. Exemplo dos sinais de comunicação são os semáforos, os gestos manuais, os sons artificiais, os focos de luzes e os demais símbolos combinados.

Destarte, cabe expor que as comunicações verbais e não verbais das polícias brasileiras podem ser constituídas por meio de ícones, indicadores, índices ou símbolos, que são os sinais convencionados. As linguagens não verbais ou paraverbais naturais ou eventuais dependerão da capacidade do policial saber interpretar tais fatos comunicativos; já em relação aos *taticoletos* dependerão da necessidade comunicativa operacional para serem empregados

como meios de linguagens em serviços específicos de policiamento, bem como da capacidade do policial em saber interpretar essas linguagens táticas empregadas.

Enfim, dentro ainda do contexto da comunicação não verbal e paraverbal, podemos dizer que é importante observar que por meio de fatos visuais, os quais denominamos de códigos visuais, ocorram fenômenos de comunicação. Dentro dos *taticoletos* policiais da PMDF, bem como de outras corporações policiais do País, temos: os Códigos Táticos Visuais; os Códigos Táticos Auditivos; os Códigos Táticos Audiovisuais; os Códigos Táticos Táteis e os Códigos Táticos Olfativos²⁹.

2.4.1.1. Os Códigos Táticos Visuais

Essa comunicação tática visual visa atingir somente o sentido da visão do policial, onde os sinais e os símbolos convencionados são realizados para que os policiais possam ver e interpretar o que é ordenado. Para tanto, é preciso que o policial adestre sempre a sua acuidade visual. Os sinais convencionados são realizados por meio de signos expressivos ou significativos, isto é, representam alguma coisa previamente compactuada entre os pares que utilizam desses artifícios não verbais em suas comunicações diversas e, na maioria das vezes, os signos denotam também certos objetos perceptíveis.

Essas comunicações táticas visuais são realizadas por meio de códigos gestuais, por meio dos códigos de luz e cores e por meio dos códigos de sinalização que são todos os sinais convencionados realizados pelos policiais, através de certos dispositivos auxiliares (objetos ou ferramentas) que podem ser de uso permanente ou temporário.

As comunicações táticas visuais realizadas por meio dos códigos gestuais (*taticoletos*) são muito utilizadas em ordem unida, em deslocamentos táticos de viaturas, motos e outros veículos policiais. São usadas também em operações táticas por parte dos policiais do Grupamento de Choque, do grupamento de Operações Especiais e outros grupos especializados.

De certa forma, essas linguagens são muito eficazes em operações de gerenciamento de crises, bem como em contenção de transtornos urbanos, tais como: distúrbio civil; perturbação da ordem pública; aglomeração; multidão; manifestação; turba; tumulto etc. A respeito dessa comunicação por gesticulação, Davis (1979, p. 83) expõe que:

Grande parte da gesticulação comum vincula-se, na verdade, ao discurso, como uma forma de ilustrar ou sublinhar o que se diz. Há gestos que assinalam coisas, outros

²⁹ Essas denominações (originais) dos códigos policiais foram dadas por mim, para especificar os elementos comunicativos não verbais pertencentes aos *taticoletos* policiais.

que sugere distância (“Ele chegou pertinho *assim...*”) ou direção: “Temos de ir mais *pra frente.*” Alguns deles representam um movimento corporal (brandir o punho ou fazer arabescos com a mão) e outros desenham o tamanho ou a forma no ar.

Nas grandes manifestações públicas os comandantes dos pelotões de choque podem usar, dependendo do contexto, o comando à tropa, através de acenos ou gestos braçais informando assim, as formações dos respectivos pelotões, se é em linha, cunha, ou losango, bem como se é ofensiva, defensiva ou em outras formações táticas, ou seja, informando qual a formação para melhor dispersar ou conter a multidão de acordo com a visão deles. Entretanto, dependendo da situação encontrada, os comandantes das ações táticas podem se posicionar atrás da linha de frente para ordenação às tropas, entretanto, usando o comando de voz, e não a linguagem tática não verbal.

Foto 2 – Agrupamento preliminar informal para entrada em serviço do 1º Batalhão de Policiamento de Choque - 1º BPChoque da PMDF



Fonte: Fotografia do autor

Essas linguagens de códigos gestuais são econômicas e, muitas vezes, dependendo do contexto, mais rápidas na emissão de informações do que as próprias mensagens faladas. Davis (1979) relata ainda que em certos momentos, quando as mensagens verbais não se tornam claras, as comunicações realizadas por meio de gestos manuais ajudam no esclarecimento dessas mensagens, facilitando assim, o processo da comunicabilidade. Ainda segundo esse mesmo autor, através de nossa história, alguns gestos passaram até mesmo a substituir de forma efetiva algumas palavras.

Essas comunicações táticas visuais, realizadas pela gestualidade, também são utilizadas em operações de resgate a reféns em ambientes fechados. O policial que está em linha de frente pode utilizar essa linguagem de gestos para indicar que irá visualizar o interior do local onde há o sequestro, bem como para informar as condições gerais sobre o ambiente e a descrição da situação em crise (quantidade de perpetradores, vítimas e reféns) e o momento exato da incursão para o resgate das vítimas.

Também se usa esse tipo de comunicação em invasões a rebeliões em unidades prisionais ou até mesmo, em incursos a qualquer ambiente onde há a prática de crimes; nesse caso, há uma emissão de comando de sinalização gestual por parte do comandante para todo o grupo. Desse modo, por meio desses gestos táticos, os então grupamentos especiais podem receber alguns comandos para o *assalto tático*, dentre alguns destacamos: *o avançar; o abortar; a manutenção da posição; o recuar; o acesso aberto ou bloqueado; a incursão à direita ou à esquerda; os deslocamentos diversos e outros.*

Também faz parte dessa comunicação tática visual gestual, as sinalizações de pátio para as aeronaves (aviões e helicópteros) realizadas pelo policial de apoio em solo (sinalizador), conhecido também pelos nomes de balizador ou sinaleiro. Tais linguagens táticas são realizadas por gestos de comandos manuais e, bem como por meio de certos equipamentos básicos refletivos, dentre eles, o colete, as raquetes, as luvas e as lanternas. Entretanto, dependendo da especificidade desses dispositivos, uns podem fazer parte dos códigos luminosos, quando emitem luzes artificiais, e outros, dos códigos de sinalização, quando emitem apenas os reflexos.

Ainda sobre os códigos gestuais, a *continência, o apresentar arma, a posição de sentido, e os movimentos com a espada diversos*³⁰, também fazem parte dessa linguagem tática visual não verbal das polícias militares do País. Quando o policial militar faz o uso dessas comunicações dentro de suas imputações, ele demonstra o respeito, a disciplina, e a consideração aos superiores hierárquicos, aos Símbolos Nacionais, à Bandeira, à Pátria, e as demais autoridades públicas que estejam investidas por Lei.

Com o uso dessa linguagem, o policial militar também demonstra a dignidade e urbanidade aos seus pares e aos seus subordinados. Essas comunicações são vistas, comumente, nos cerimoniais militares, em honras militares, em revistas às tropas e outros eventos policiais militares.

³⁰ Ver em apêndice C- Glossário de Expressões Policiais Militares Ordenativas.

Foto 3 – Formatura policial militar em início de expediente - PMDF



Fonte: Fotografias do autor

Por fim, podemos ainda destacar os gestos manuais dos policiais e dos demais agentes que trabalham na fiscalização de trânsito, onde tais acenos são utilizados principalmente em sinalizações de vias diversas e, dentre algumas dessas sinalizações podemos citar: *a ordem de parada; diminuição de velocidade; de seguir em frente e outros*³¹. É viável ressaltar ainda que as comunicações realizadas por gestos táticos representam, sempre, comandos e ordens institucionalizados das forças policiais.

Já as comunicações táticas visuais, compostas por meio de códigos de luz e cores são todos os demais sinais realizados pelos policiais através de dispositivos que emitem luminosidades neutras ou em cores específicas. A sinalização semafórica é um exemplo dessa comunicação visual, onde a cor amarela indica atenção (iminência de parada), o verde indica permissão para passar e o vermelho indica parada obrigatória.

Fazem parte desses códigos táticos de luz e cores, todas as linguagens obtidas por meio de certos aparelhamentos táticos embutidos, tais como, o *rotolight*, o *giroflex*, as barras sinalizadoras que são os faróis externos de localização, as luzes de alerta, os *flashes* estroboscópicos, os refletores, os holofotes e outros dispositivos visuais instalados nas diversas viaturas policiais (veículos), bem como nos helicópteros dessas próprias corporações de polícias.

³¹ Esses códigos gestuais realizados pelos policiais e pelos agentes de trânsito são os mesmos estipulados pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB – Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Foto 4 – Viaturas da PMDF em serviço de patrulhamento



Fonte: 1ª foto - crédito ao autor e à 3º Sgt Andréa Nunes / 2ª e 3ª fotos - crédito à 3º Sgt Andréa Nunes – PMDF

Esses dispositivos têm a função de anunciar a emergência numa via de trânsito, indicar a preferência, comunicar uma ordem de parada ou advertência e ainda, anunciar a presença de uma guarnição policial num determinado local ou mesmo abalizar, por meio da luz refletida um local específico à operação policial iminente. Geralmente, os policiais que trabalham no policiamento de trânsito utilizam outros dispositivos de luz e cores, tais como, painéis com setas luminosas, lanternas, coletes, bastões e outros para ordenar as vias.

Os códigos de luz e cores podem ser utilizados em conjunto, ou seja, por meio de dispositivos que emitem luz e cores ao mesmo tempo, ou de forma separada, isto é, por meio de dispositivos de cores sem a luminosidade. Exemplo disso é o método *START (Simple Triage and Rapid Treatment)*, ou seja, a simples triagem e rápido tratamento, desenvolvido nos EUA para ser aplicado em situações de emergências com múltiplas vítimas (ALEXANDRE; MACHADO & MELO, 2014).

Esse método é utilizado no Brasil em operações de resgate pelos Corpos de Bombeiros Militares e por outros serviços médicos hospitalares como o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência). É usado em situações de grandes vultos ou tragédias, onde a capacidade de atendimento se torna inferior à demanda.

Em muitos casos, as forças policiais auxiliam nesse tipo de ocorrência. Tal método permite a realização de uma rápida triagem e a priorização no atendimento às vítimas. Geralmente, os grupamentos de resgates utilizam lonas plásticas coloridas ou outros artefatos

para fazer a triagem das vítimas. Segundo os autores Alexandre, Machado e Melo (2014) as cores são codificadas da seguinte forma: *cor vermelha - prioridade máxima; a cor amarela - prioridade secundária; a cor verde - prioridade baixa e, por fim, a cor preta - sem prioridade (morte clínica).*

Do mesmo modo, as granadas de sinalização em cores, utilizadas pelos grupamentos policiais especializados para realizar as comunicações táticas entre os próprios policiais numa determinada missão, bem como também as granadas de sinalização similares, utilizadas por grupamentos de regaste diversos, também fazem parte dessa comunicação tática.

Por fim, as comunicações táticas visuais, realizadas por meio de códigos de sinalização, isto é, os sinais estampados nos autos policiais (viaturas), ou seja, os símbolos³² da corporação, que são os emblemas, escudos e brasões, por outro lado também, os símbolos nos uniformes dos policiais, compostos pelas insígnias que são os distintivos e divisas que identificam os postos e graduações da hierarquia dos policiais militares, bem como os brevês de cursos operacionais, os brasões, os escudos e outros, fazem parte dos códigos de sinalização policial.

Quando o policial militar faz o uso desses elementos (insígnias), ele simboliza a todos o grau de instrução compatível e adquirido, bem como a autoridade auferida através de um juramento ao compromisso de honra, objetivando suas obrigações e deveres de policial militar perante a sociedade, ou seja, esses elementos dizem a competência (legalidade – Lei e propriedade – investidura por parte dessa Lei) do policial.

Esses artifícios não verbais são ornamentos honoríficos que são apresentados para a indicação do serviço de segurança pública prestado pelo Estado à sociedade em geral. Algumas instituições de polícia do País utilizam em seus gorros (tipo de boné militar), em alguns uniformes, bem como em viaturas, um listel estampado xadrez azul-marinho e branco, o que significa a ação ostensiva prestada pela polícia à sociedade a qualquer momento, isto é, diuturnamente.

Ainda fazem parte dessa comunicação tática de sinalização todos os demais acessórios de um modo geral, bem como quaisquer tipos de sinais marcadores utilizados pelas diversas unidades policiais do País e, dentre alguns exemplos podemos citar os adesivos identificadores fixados em recintos policiais e, por outro lado, os diversos sinais ou signos fixados nas vias ou estradas como os dispositivos refletores, os cones, os cilindros, os balizadores móveis, os cavaletes, os tambores, as fitas sinalizadoras ou zebreadas, as faixas, os

³² Ver em Anexo A – Símbolos da PMDF

marcadores, os gradis, enfim, qualquer aparelho de sinalização ou alerta para pedestres, motoristas e outros.

Foto 5 - Dispositivos de sinalização de trânsito da PMDF



Fonte: Fotografias do autor

Enfim, o uso das bandeiras (Nacional, Estatal e Institucional) em frente aos estabelecimentos de polícia também faz parte dessa comunicação não verbal de sinalização, isto é, quando a Bandeira Nacional é hasteada em frente a uma unidade de polícia ou usada num desfile policial militar, numa solenidade ou em um cerimonial, fica subtendido o patriotismo da corporação, a fidelidade à Pátria, o civismo e o culto às tradições históricas e aos Símbolos Nacionais.

Do mesmo modo também, dentro das instituições militares, bem como policiais militares, as três bandeiras hasteadas em frente a essas respectivas instituições, no período compreendido entre as oito horas da manhã até às 18 horas da noite, indica um dia de expediente ou serviço normal na unidade, bem como a presença do comandante da unidade militar. De outro modo, quando retiradas, pode indicar o fim de um expediente de serviço, a ausência do respectivo comandante dessas unidades ou ausência de expediente em dias específicos (feriados).

Foto 6 – Bandeiras hasteadas - Quartel do Comando Geral – QCG da PMDF



Fonte: Fotografia do autor

2.4.1.2. Os Códigos Táticos Auditivos

É outro tipo de comunicação tática não verbal e trata-se de uma comunicação realizada por meio de códigos sonoros. Nas polícias militares essa comunicação é cometida através de cornetas, ou clarins, nos comandos de atividades ou serviços, bem como nas formaturas em unidades de polícia militar.

Geralmente, dentro das unidades de polícia, esses toques são realizados também para anunciar o início e o fim de um expediente policial. Entretanto, algumas sirenes eletrônicas, nas unidades policiais, são usadas para anunciar reuniões urgentes ou ocorrências policiais, o que é muito comum em guarnições de bombeiro militar.

A comunicação sonora realizada por cornetas, bem como por clarins ativa o sentido auditivo dos policiais militares e é muito utilizada em ordem unida para os comandos à tropa. Nas respectivas solenidades policiais (formaturas), os toques realizados por esses instrumentos de sopro exprimem em quais posições o grupamento policial militar deverá ficar, ou seja, em *sentido, em atenção, descansar, cobrir, apresentar arma, descansar arma, à vontade, esquerda ou direita volver, meia volta volver, alto, ordinário marche* etc.

Foto 7 - Corneteiro (policial militar) em formatura policial militar - PMDF



Fonte: Fotografia do autor

Todas as ordens de ação são regidas por toques que contém cada qual o seu comando sonoro expresso por uma sequência melódica executada por instrumentos de sopros. Cada nota musical tem uma função sintagmática, isto é, as notas só têm sentido se tocadas umas em função das outras na sequência em comunicação à tropa que está em forma, direcionando assim, quais as posições que irão suceder nos momentos certos.

Importa dizer que, se uma nota for suprimida da sequência ou tocada de forma insegura ou mais valorizada que as outras, o comando será impreciso e não acarretará a transmissão da informação que se pretende repassar à tropa a fim de que essa assuma uma posição de ordem unida. Pronunciando sobre os *códigos com articulações móveis*, Prieto (1966 *apud* ECO, 1991, p.130) assim expõe:

A música tonal: as notas da escala são figuras que se articulam em signos dotados de significado (sintático e não semântico) como os intervalos e os acordes; estes se articulam ulteriormente em sintagmas musicais; mas, dada uma sequência melódica, reconhecível qualquer que seja o instrumento (e, por conseguinte, o timbre) com que é tocada, se eu mudar – de modo ostensivo – o timbre de cada nota da melodia, não mais ouvirei a melodia, mas sim uma sequência de timbres; portanto, a nota deixa de ser traço pertinente para tornar-se variante facultativa, ao mesmo tempo que o timbre se torna pertinente. Em outras circunstâncias, o timbre pode tornar-se, ao invés de figura, signo carregado de conotações culturais (do tipo: comamusa = pastoralismo).

Esses toques tem que ser decorados, bem como interpretados pelos militares, no intuito de ser realizar uma comunicação tipicamente concreta e unificada, que é conhecida como ordem unida. Isso, de tal forma, tem uma relevância regimental e histórica, que Paulo, o escritor bíblico, na primeira carta endereçada aos Coríntios, em Primeira Epístola de Paulo

aos Coríntios, Capítulo 14, Versículos 7-8, afirma que, se instrumentos inanimados como flauta ou cítara, não produzirem sons bem distintos, não se reconhecerá o que se toca. Vai um pouco além, dizendo que se a trombeta der um som incerto não haverá uma preparação para a batalha.

Há também, como parte dessa comunicação, os toques das bandas de música das diversas instituições militares de policiamento do País, isto é, quando na efetivação de canções militares em formaturas com marcações fortes dos instrumentos de sopros principalmente, de instrumentos de percussão, como o bumbo ou o surdo, utilizados para que os policiais militares marchem na mesma cadência ritmada da canção.

Nota-se também como meio utilizado de marcação de passos para ordenação de uma melhor cadência por parte dos policiais militares, as salvas de palmas utilizadas nas corridas desses policiais militares em seus respectivos treinamentos físicos. De outro modo, pode-se considerar como comunicação tática sonora, a salva de gala, que são tiros de armas realizados em honras militares, e também em marchas fúnebres.

Foto 8 - Banda de Música da PMDF em formatura policial militar



Fonte: Fotografia do autor

Pode-se também mencionar sobre a comunicação tática de sinalização sonora, os sinais sonoros de apitos que os policiais militares, bem como os demais agentes de trânsito utilizam na sinalização aos motoristas de automóveis nas pistas e demais rodovias. Esses sinais sonoros são realizados da seguinte forma: *um silvo breve – siga! Dois silvos breves –*

*pare! E um silvo longo – diminua a marcha!*³³ Do mesmo modo, as sirenes eletromecânicas ou eletrônicas das viaturas também fazem parte dessa comunicação tática sonora não verbal.

Os sinais sonoros de localização das viaturas conhecido como dispositivos de sinalização acústica (sirenes) são utilizados para dispersar multidões, anunciar emergência numa via de trânsito, dizer a preferência, comunicar uma ordem de parada ou atenção, bem como anunciar a presença de uma guarnição policial num determinado local, gerando assim, a sensação de segurança por parte da sociedade e evitando ainda, potenciais crimes.

2.4.1.3. Os Códigos Táticos Audiovisuais

As sinalizações audiovisuais são todos os recursos que veiculam uma informação, comunicação ou mensagem, por meio da utilização de som e imagem em conjunto. Rosário (2009, p. 46) refere a esse contexto, exatamente assim: “O processo de interpretação do audiovisual começa pelos sentidos da visão e da audição. No primeiro deles, estão as transformações óticas, químicas e nervosas que encaminham para a decodificação da informação luminosa”. Ainda segundo a mesma autora, o som emitido traz certa relevância à imagem. O semáforo com sistema de alerta sonoro é um exemplo claro desse tipo de linguagem.

Quando o policial militar utiliza os meios sonoros e visuais em conjunto, por exemplo, uma viatura em patrulhamento com a sirene e o *rotolight/giroflex* ligados, ele faz uso dessa comunicação audiovisual. Outro exemplo são as granadas não letais de *luz e som* utilizadas pelos grupamentos especiais em operações específicas, tais como incursões em recintos ou ambientes diversos no intuito de resgatar alguma vítima ou deter algum criminoso.

Enfim, todos os dispositivos ou equipamentos policiais que emitem sons e imagens ao mesmo tempo fazem parte dessa comunicação tática. A comunicação audiovisual é a mais utilizada pelas polícias brasileiras, devido ser umas das comunicações não verbais mais eficientes, pois abarcam dois sentidos do ser humano ao mesmo tempo, a audição e a visão.

2.4.1.4. Os Códigos Táticos Táteis

Trata-se de uma comunicação tática realizada pelo contato físico ou toque corporal (ordens ou comandos por toques – mão x corpo). Essa prática ativa a sensibilidade do policial

³³ Esses códigos de sinais sonoros realizados pelos policiais e pelos agentes de trânsito são os mesmos estipulados pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB – Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

e é utilizada por grupamentos de polícia especializados, em missões específicas. Esse tipo de comunicação pode ser visto em invasões a cativeiros por parte dos times táticos especializados no resgate a vítimas, em intervenções a certos recintos, tais como, casa, prédios, becos, presídios e outros. Os comandos por toques são realizados também para sinalizar o avanço das tropas especiais a grupos de manifestantes em ambientes públicos.

Dentre alguns comandos realizados por esses toques táticos (toques de mãos nas costas ou nos ombros) podemos destacar: *o avançar; o abortar; o mantenha a posição; o recuar; as incursões em deslocamento à direita ou à esquerda; o acesso disponível (aberto) ou indisponível (fechado) e outros*. Por fazer parte da percepção mínima do ser humano, essa leitura tátil (contato de mão) necessita de certa proximidade ao elemento passivo de leitura.

Foto 9 - Grupo de Intervenção 13 de Maio (GI-13) do Batalhão de Operações Especiais – BOpE da PMDF



Fonte: Fotografias do autor

As revistas pessoais também fazem parte dessa leitura não verbal, ou seja, a revista ou a vistoria do policial em algum suspeito é realizada por essa leitura tátil no corpo do abordado, verificando o porte de algum objeto ilícito, nesse caso, o policial traz o suspeito para o seu campo de leitura tática e repassa automaticamente essa leitura aos demais policiais na operação. Pode-se dizer que há inúmeras leituras táteis que os policiais usam nas averiguações, como, por exemplo, as inspeções em fundos falsos de automóveis, bem como em ambientes diversos. Davis (1979, p. 135) assim diz:

Sem dúvida o ato de se tocar significa um tipo especial de proximidade, pois quando uma pessoa toca a outra, a experiência, inevitavelmente, é recíproca. A pele contra pele, diretamente ou mesmo através de camadas de roupa, provoca, de imediato, o conhecimento de ambas as partes. Esse alerta torna-se mais agudo quando tal contato costuma ser raro.

Davis (1979) relata ainda que o tato é o mais primitivo dos sentidos do ser humano, bem como o primeiro ato de leitura que o homem desenvolve, isto é, enquanto bebê, quando explora o mundo pelo tato. É por meio do sentido tátil que experimentamos algumas sensações, tais como, frio, calor, a pressão, a dor, o peso, a aspereza, a rigidez, a liquefação, a solidificação e, dentre outros.

2.4.1.5. Os Códigos Táticos Olfativos

Por também fazer parte da percepção mínima do ser humano, nas corporações policiais do País, a comunicação olfativa não verbal é realizada pelos policiais com a utilização de cães de faro, apesar de também ser realizada pelos próprios policiais, isto é, quando usam os seus próprios sentidos olfativos para identificarem, por meio do cheiro, vestígios de drogas em pessoas ou em objetos.

Os policiais que trabalham nessa função são conhecidos como operadores de cães de polícia e as unidades policiais que trabalham com os cães são denominadas de K-9³⁴. Para atuarem com os cães, esses policiais fazem o curso de Cinotecnia³⁵ para adquirirem o conhecimento técnico, operacional e respectivos protocolos funcionais para esse papel, isto é, para a instrumentalização do animal. Comumente, as raças de cães mais utilizadas pelas polícias são o pastor alemão o *rottweiler* e o labrador.

As corporações de polícia do País utilizam os cães (de faro) adestrados e treinados, especificamente para rastrear drogas, explosivos e outros objetos ilícitos diversos, tais como, armas ilegais, projéteis (munições) etc., e essas operações são realizadas em aeroportos, rodoviárias, estações, rodovias, estabelecimentos públicos ou privados, em residências, em automóveis e outros. São utilizados também em varreduras em matagais ou em qualquer ambiente para a captura e imobilização de criminosos suspeitos em situação de fuga (cães de captura).

³⁴ Em referência ao filme norte americano, de 1989, de ação e comédia, “K-9 – Um policial bom pra cachorro”, com direção de Rod Daniel e com a participação do ator James Belushi, no papel do policial Michael Dooley, dono de um cão policial da raça pastor alemão de nome Jerry Lee, e da atriz Mel Harris, no papel da personagem Tracy. As Unidades de Polícia Norte Americana que utilizam os cães policiais em suas atividades são comumente designadas de k-9.

³⁵ Ciência voltada ao estudo da anatomia, comportamento, psicologia, fisiologia, manejo e o bem-estar dos cães.

Foto 10 - Operação policial do Batalhão de Policiamento com Cães – BPCães da PMDF



Fonte: Acervo pessoal do 2º Sgt Valmir - PMDF

Esses cães policiais são empregados também em patrulhamentos normais, dependendo da eventualidade. Os Corpos de Bombeiros Militares (unidades coirmãs das polícias militares) utilizam os cães de faro para a realização de buscas por vítimas de soterramento, bem como por pessoas perdidas em matagais e outros. Davis (1979, p. 129) relata que:

O sentido do olfato tem uma importância imensa para a maioria dos animais. Ele acusa a presença de inimigos, excita os bichos na presença do sexo oposto, funciona como limite territorial, permite-lhes seguir o rebanho quando se perdem e identifica o estado emocional de outras espécies. O olfato também funciona com eficiência no mar: diz-se que serve de guia para o salmão quando da desova. Mas o homem não tem o sentido do olfato tão acurado quanto os outros animais.

Em relação à comunicação pelo olfato, se sabe que essa leitura de linguagem se realiza por meio de odores ou cheiros e, dentro desse contexto, Davis (1979) expõe que essa palavra “odores” é classificada tecnicamente de (MQE – Mensageiros Químicos Exteriores), incluindo as demais substâncias que não detectamos pelo cheiro, mas que também entram em nosso corpo pelas vias aéreas, como por exemplo, os aminoácidos e hormônios esteroides.

Segundo esse mesmo autor (1979), essa categorização técnica foi desenvolvida pelo Dr. Harry Wiener, Médico dos Laboratórios Pfizer de Nova Iorque – EUA. Os MQE também são chamados de *feromonas*, que são fundamentais para os animais. Em relação à capacidade olfativa dos animais, mais precisamente a dos cachorros, Davis (1979, p. 131) conta ainda que:

Parece não haver dúvidas de que o homem exala MQE, mas geralmente se acredita que apenas os cães e outros animais de olfato agudo podem percebê-los. Como se sabe, os cachorros podem detectar o medo, a raiva ou a amizade e podem seguir a pista de alguém se, cheirarem um objeto que essa pessoa tenha tocado. Isso indica que cada indivíduo tem uma espécie de assinatura olfativa. (É interessante notar que os cachorros podem distinguir gêmeos idênticos só com muita dificuldade.) Não há dúvida, também, que o homem segrega hormônios. Cães policiais que cheiraram progesterona foram capazes de identificar varas que estiveram na mão de mulheres grávidas ou de mulheres atravessando a segunda metade do ciclo menstrual, ocasião em que o nível de progesterona aumenta.

Devido à elevada sensibilidade olfativa, os cães exercem várias outras funções nas unidades de polícias do País. O auxílio que esses animais prestam aos trabalhos das polícias é extraordinário, por isso, são conhecidos como cães policiais. É observado que quando o cão encontra algo que é buscado pelos policiais, ele pode realizar a comunicação com os policiais de várias formas, sentando ao lado do objeto, através de latidos, rapinagens, ou assanhamentos, demonstrando assim, a localização exata do que se procura; logo depois é recompensado pelo policial adestrador por meio de um brinquedo preferido do animal ou por afagos.

2.4.2. Os Jargões Policiais não verbais

Trata-se de certas comunicações informais, porém, articuladas por meio de gestos ou acenos braçais simbólicos realizados pelos policiais militares. Os jargões não verbais são extensões dos jargões verbais³⁶ e como exemplo, podemos referir o gesto onde o policial permanece com o polegar em pé, com o dedo indicador apontado para frente, e os três dedos, médio, anelar e mínimo dobrados, rotacionando o pulso várias vezes, relatando assim, que está “*cagando e andando*” para alguma situação, ou seja, não se importando com algo.

Noutro exemplo dessas linguagens informais por parte dos policiais militares, podemos referir o policial com punho da mão esquerda fechada e com a palma da mão direita, batendo nas costas do punho da mão esquerda, relatando assim, que está “*dando gelo*” para alguma outra situação³⁷. Porém, é importante dizer que os gestos militares convencionados pelas corporações, são códigos táticos visuais, isto é, não tratam de jargões não verbais. Veja as reproduções abaixo:

³⁶ A distinção entre os dois tipos de jargões (verbais e não verbais) são originais desta dissertação.

³⁷ *Cagando e andando*, bem como *dando gelo* são jargões policiais. Ver em Apêndice E - Glossário de Jargões Policiais verbais.

Reproduções 1 – Jargões Policiais não verbais



Fonte: Crédito ao Osmi Vieira e ao André Couto (o autor)

Existem outros gestos coloquiais realizados pelos policiais em diversas corporações do País, inclusive nas Forças Armadas. Davis (1979) relata que as gesticulações são despercebidas por muitas pessoas e, muitos ainda, ignoram essas mensagens gestuais, isto é, não atribuem sentidos a esse tipo de fala, mas dependendo do contexto social onde essa linguagem é realizada, há um sentido atribuído. Diferentemente da comunicação tática gestual, os jargões policiais não verbais não representam comandos ou ordens institucionais e, sim, palavreados corriqueiros entre os policiais, no entanto, são altamente informais.

2.5. ASPECTOS GERAIS DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS E LINGUAGENS

Para falar sobre o processo de ensino e aprendizagem de línguas e linguagens é preciso, primeiramente, especificar o que é exatamente esse contexto, ou seja, pensar sobre a natureza que envolve todo esse processo, isto é, pensar sobre o papel dos agentes envolvidos (professores, aprendentes e os terceiros relevantes que são as pessoas que também cooperam com esse processo do ensino de línguas e linguagens, dentre eles, diretores, coordenadores, monitores, servidores administrativos, autores de materiais didáticos etc.) e, por fim, sobre as abordagens desenvolvidas em todo esse contexto de ensino. Desse modo, saber que ao ensinar uma nova língua ou uma linguagem é preciso levar em conta também as condições culturais e

sociais, isto é, tornar esse processo de ensino e aprendizagem o mais natural possível por meio de uma abordagem comunicativa, ocasionando assim, a aquisição.

Aprender línguas ou linguagens dentro de ambientes educacionais distintos, leva aos aprendizes o acesso às culturas de forma mais adequada. Portanto, é de grande valor garantir conteúdos ou disciplinas, que contenham o ensino de línguas/linguagens-alvos (distintas) nos currículos escolares. Além de oportunizar o acesso a outras culturas e subculturas diversas, o ensino de línguas e linguagens permite também, o reconhecimento, bem como o desenvolvimento da nossa própria cultura.

Não por acaso, conforme Almeida Filho (2013), a área de estudo e pesquisa sobre o processo de ensino e aprendizagem de línguas, tem sido, pelos Programas de Pós-graduação em Linguística Aplicada - LA, das grandes universidades do País, uma das mais resguardadas e apreciadas, devido à grande relevância que esse contexto tem representado no processo de ensino e aprendizagem, bem como ao desenvolvimento de nossa própria cultura. Assim, inclui também as linguagens como parte essencial dessas relevantes pesquisas científicas.

Ainda segundo o mesmo autor (2013), o grande esforço científico, por parte dos pesquisadores da área em LA irá, em médio prazo, desconstruir, através de importantes produções teóricas de natureza aplicada, as visões estruturalistas inadequadas, ainda persistentes, em alguns centros educacionais a respeito do ensino e aprendizagem de línguas. Desse modo, é válido destacar que não são somente pesquisas para ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, ou seja, provindas de outras culturas, como por exemplo, a Língua Inglesa, a Espanhola, a Japonesa e outras, todavia também, pesquisas para o ensino e aprendizagem de linguagens variadas de nossa própria Língua materna, ou seja, linguagens de subculturas (profissionais), dentre elas, *o policialês, o medicinês, o economês, o musicuês, o juridiquês etc.*

Observa-se aí, a importância que o processo de ensino e aprendizagem de línguas e linguagens apresenta aos ambientes educacionais. Almeida Filho (2013) vai mais além quando relata que aprender uma nova língua numa determinada escola é uma experiência educacional que se realiza para e pelo aprendiz. Ainda segundo o autor, esse processo reflete diretamente na ética, na cultura e nos valores específicos de cada grupo social estudado.

Portanto, o ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira numa determinada escola, bem como de uma linguagem específica, como por exemplo, o *policialês*, instruída numa academia de polícia, precisa causar aos aprendentes, experiências sociais de uma forma mais natural possível e não somente de forma artificial. Almeida Filho (2013) reforça esse entendimento quando relata que a aprendizagem formal, num ambiente escolar, de uma

determinada língua precisa ser dar em duas modalidades, a saber, uma que busca o aprender consciente, monitorado de regras e formalizações e a outra que almeja a aquisição subconsciente, isto é, envolvendo o aprendiz em situações reais de construir significados interativos com os novos falantes/usuários da língua estudada.

A partir desse entendimento se observa que não basta ensinar ao aprendente, somente conteúdos dentro de estruturas formais; é preciso também ofertar conteúdos por meio de estruturas mais informais (naturais), como por exemplo, simulações experienciais e vivenciais na nova cultura. Dentro desse entendimento, Almeida Filho (2013) assegura ainda que para ensinar uma determinada língua não é satisfatório e nem suficiente, realizar alterações ou reformulações apenas nos materiais didáticos, mobiliários, técnicas, métodos e nem mesmo nos atraentes recursos audiovisuais, é crucial antes disso, conter novas compreensões vivenciadas a partir de duas abordagens, a saber: a de aprender por parte do aluno e a de ensinar por parte do professor.

Sobre o conceito de abordagem, é válido expor, previamente, as palavras de Almeida Filho (2013, p. 30): “O conceito de abordagem é também compreendido como uma filosofia, um enfoque, uma aproximação, um tratamento, uma lida. O objeto direto de abordar é justamente o processo ou a construção do aprender e do ensinar uma nova língua”. O mesmo autor ainda diz que uma abordagem potencializa a aptidão do professor em suas funções, ou seja, o professor torna-se capaz de se orientar, de decidir e de agir. Assim, é notório que quando um professor de línguas ou linguagens possui uma abordagem de ensinar, ele se ocupa, verdadeiramente, ao processo de ensino e aprendizagem, ele dá a direção, bem como encaminha o aprendente a se envolver no ensino e aprendizagem de novas línguas ou de novas linguagens.

Faz-se necessário ainda, aprofundar um pouco mais nas duas abordagens, isto é, a do professor e a do aprendiz. Assim sendo, de acordo com Almeida Filho (2013) a abordagem de ensinar se compõe de um conjunto de disposições de que o professor dispõe para orientar suas decisões e ações durante todo o processo de ensino de línguas. Já a abordagem de aprender por parte dos alunos se caracteriza pelas maneiras que os mesmos têm de estudar, bem como de instruir-se para uso real da língua ensinada. Ainda no reforço desse argumento, Almeida Filho (2013, p. 22) assim profere:

Para aprender os alunos recorrem às maneiras de aprender típicas da sua região, etnia, classe social e até do grupo familiar restrito em alguns casos. Essas culturas (abordagens) de aprender evoluem no tempo em forma de tradições. Uma tradição informa normalmente de maneira naturalizada, subconsciente e implícita, as maneiras pelas quais uma nova língua deve ser aprendida.

Num ambiente escolar, além das abordagens dos professores e dos alunos, existe também a abordagem da instituição, bem como as abordagens dos autores dos materiais didáticos. Assim, dentro das relações entre essas abordagens existem, segundo Almeida Filho (2013), a influência dos filtros afetivos tanto por parte dos alunos quanto por parte dos próprios professores, isto é, as atitudes, as motivações, os bloqueios, as tolerâncias, as ansiedades e etc., ou seja, cada um desses agentes envolvidos recorrem as suas próprias culturas, isto é, a de aprender, por parte dos alunos, e a de ensinar por parte dos professores.

Ainda sobre o contexto de abordagem para o ensino de línguas (incluindo também as linguagens), se faz necessário relacioná-lo com os conceitos de método e técnica. Assim, a partir de Almeida Filho (1997), entendemos então a relação entre esses três conceitos. Logo, a abordagem, como mencionado anteriormente, é uma filosofia de ensinar por meio de certos princípios sólidos, uma direção que abrange um conjunto de pressupostos correlacionados à natureza da língua ou da linguagem, bem como a natureza do ensino e aprendizagem.

O método é o procedimento, o plano, o esquema de aula, ou seja, é a apresentação ordenada do material, bem como de oportunidades criadas para que os alunos possam ter experiências na nova língua/linguagem; por fim, a técnica parte da habilidade do professor, isto é, são artifícios usados por ele em sala de aula para um fim específico, trata-se da desenvoltura do professor. Essa conceituação citada por Almeida Filho tem por base o modelo clássico proposto por Anthony (1963). Percebe-se que há uma hierarquia envolvendo esses conceitos, ou seja, Anthony e Almeida Filho os definem, bem como os mantêm de forma escalonada, primeiro a abordagem, segundo o método e terceiro a técnica.

Almeida Filho (2013) também assevera que tanto para ensinar quanto para aprender uma determinada língua (nova ou diversa), os agentes que trabalham nesse processo de ensino e aprendizagem precisam possuir o conceito explícito do que é língua, do que é essa nova língua ensinada, bem como o conceito do que é ensinar e aprender essa determinada língua. Ainda segundo o mesmo autor, além de possuir essas abordagens, os professores precisam também desenvolver, bem como aperfeiçoar as competências essenciais para que o ensino e a aprendizagem possam ocorrer, sendo assim, por meio dessas abordagens, os professores terão a capacidade de agir na instrução e na aquisição dessa nova língua.

Dentro das competências essenciais para o ensino e aprendizagem de línguas, Almeida Filho (2014) sustenta também que os professores devem possuir cinco competências para esse trabalho de ensino, sendo elas: a Competência Linguístico-Comunicativa; a Competência Implícita; a Competência Teórica; a Competência Aplicada e, por fim, a

Competência Profissional. Assim sendo, inclui também os instrutores³⁸ de linguagem e comunicação policial.

Dentre as duas primeiras competências, a saber, a Linguístico-Comunicativa e a Implícita, podemos caracterizar, a partir de Almeida Filho (2013), como sendo competências primárias, ou seja, competências inconscientes, pois as mesmas partem de nossa espontaneidade, e são construídas a partir de nossas experiências vivenciais. Já as competências Teórica, Aplicada e a Profissional podem ser caracterizadas como sendo secundárias, bem como conscientes, pois partem da nossa própria formação acadêmica e profissional.

A partir de Almeida Filho (2014) podemos compreender, de forma sucinta, o conceito de cada uma dessas competências, assim, a Competência Linguístico-Comunicativa é aquela que permite ao professor produzir linguagem em contextos de uso e comunicação, isto é, uma experiência vivencial socializada. A Competência Implícita é aquela que parte de toda a trajetória de vida do professor, isto é, as experiências, as crenças, as intuições, as tradições etc. Trata-se, portanto, da vocação natural ou a tendência de ensinar do professor, podemos reclassificá-la também como competência vocacional.

A Competência Teórica já parte da formalização dessa prévia vocação do professor, por meio de uma formação acadêmica pedagógica atestada em teorias, bem como em pesquisas relevantes para a então praticidade do processo de ensino e aprendizagem de línguas ou linguagens. A Competência Aplicada já parte da capacitação do professor em ensinar de forma consciente (teoria e prática), uma vez formado academicamente. Por fim, a Competência Profissional é a ética por parte do professor, é a consciência do grau de importância que a sua função representa como educador, assim, o professor que possui essa competência sempre buscará o aperfeiçoamento para desempenhar cada vez melhor o seu papel.

Observa-se então que para ensinar uma determinada língua, seja ela estrangeira ou mesmo uma variação de nossa própria Língua materna (linguagem), como, por exemplo, o *policialês*, o professor ou o instrutor policial que ministra o curso de linguagem ou comunicação policial, dentro de uma academia de polícia, precisa se compor dessas cinco competências, bem como possuir uma abordagem de ensinar consciente e consistente.

Por meio desses atributos, o respectivo professor/instrutor saberá então envolver os novos alunos policiais, não como meros agentes passivos de ensino e, sim, como agentes

³⁸ Nome mais apropriado nas academias e escolas policiais para denominar os professores diversos.

ativos e participantes diretos desse processo de ensino e aprendizagem da linguagem policial. Do mesmo modo, saberá trabalhar de forma mais consciente e harmoniosa junto às respectivas abordagens envolventes, dentre as quais mencionamos: o conceito de linguagem policial e o conceito do processo de ensino e aprendizagem dessa mesma linguagem. Por outro lado, os novos policiais também terão a concepção de linguagem dentro das vertentes: língua; variação; linguagem e comunicação.

Caso contrário, o processo de ensino e a aprendizagem dessa linguagem e comunicação policial, então ensinada por um instrutor ou professor sem esses atributos, será altamente comprometido, assim, os novos policiais terão certas dificuldades nas comunicações com os demais policiais da própria corporação e com os demais agentes de outros órgãos que também trabalham no âmbito da segurança pública e, por outro lado também, esse bloqueio na comunicação, certamente, será refletido na própria sociedade em geral que é o público-alvo imediato das polícias, isto é, o diálogo entre o policial e o cidadão certamente será inadequado.

2.5.1. Construtos teóricos para o ensino e aprendizagem de línguas/linguagens de tipo comunicativo

Primeiramente, é viável distinguir os conceitos de aprendizagem e aquisição. Assim, ao falarmos de aprendizagem, somos remetidos a algo formal, lembramo-nos de escola, de ensino, ou seja, de um contexto formalizado, bem como estruturado. Conseqüentemente, se torna fácil entender o que é aprendizagem, logo, podemos dizer que se trata de uma recepção e acumulação de informações e de conhecimentos estruturados por meio de práticas, exercícios e treinamentos de memorização.

De outro modo, ao falarmos de aquisição, somos remetidos a algo informal, ou seja, de algo diferente a contextos estruturados ou institucionalizados. Portanto, podemos dizer que a aquisição é assimilação do conhecimento por meio de práticas naturais, bem como por meio de um convívio habitual e social. Então, para o contexto de ensino de línguas, temos que considerar essas duas importantes vertentes, isto é, a aquisição e aprendizagem.

Essas duas vertentes foram originadas por Krashen (1978). Esse autor assegura que a aquisição de uma língua pode ocorrer tanto em ambientes formais (escolas e salas de aula) quanto em ambientes informais (convívio natural diverso). Ainda dentro desses dois exemplos, o referido autor alega ainda que o ambiente informal (*natural*) contribui para

absorção da linguagem falada, já o ambiente formal contribui para os ajustes estruturais dessa linguagem, por meio de correções e julgamentos.

Krashen (1978) relaciona então a aquisição com o processo natural de aprendizagem, semelhante ao que as crianças passam durante a fase de crescimento e convívio social, isto é, da interação direta na língua materna de forma pura, espontânea, bem como inconsciente. Já a aprendizagem, denominada pelo mesmo autor de consciente, funcionaria como um editor ou monitor, corrigindo e ajustando as palavras em suas estruturas formalizadas. Percebe-se que o renomado autor dá uma grande ênfase à interação humana como meio primordial de aquisição da linguagem e do comportamento social. Vygotsky (1978) também enfatiza que é por meio da linguagem que a aprendizagem é mediada e que a interação cultural com outras pessoas provoca, nas crianças, mudanças de comportamentos sociais diversos.

Outro fator importante que Krashen (1985) expõe é sobre a hipótese do filtro afetivo, que, segundo ele, trata de um estado emocional que impede a interação e, por conseguinte, a aquisição por parte dos aprendentes de uma nova língua (estudada ou ensinada). É por meio da interação comunicativa que se constrói a compreensão e através dessa compreensão que se fortalece o processo de aquisição.

Ainda segundo Krashen (1985), quando os aprendizes estão com a autoestima baixa, ou seja, inseguros, impacientes ou ansiosos é sinal que o filtro afetivo está alto, assim, não interagem de forma comunicativa. Por outro lado, quando estão com a autoestima elevada, seguros e pacientes é sinal de que o filtro afetivo está baixo, permitindo, assim, a interação comunicativa, fortalecendo então, o processo de aquisição (aprendizagem internalizada capaz de permitir o uso em tempo real).

Trazendo então esses conceitos relevantes para o contexto de sala de aula, entendemos então que a aprendizagem de uma língua só se concretiza de fato, depois de uma aquisição, ou seja, a aprendizagem é uma etapa posterior à aquisição, por isso, quando uma pessoa somente aprende uma língua, rapidamente a esquece, pois não houve a aquisição da mesma. Por outro lado, para adquirir uma língua é preciso interagir de forma natural com os membros da língua-alvo, ou seja, dialogar informalmente sem se preocupar com as formalidades de imediato. Portanto, as formalidades (aprendizagem de regras) também são importantes, porém, depois da aquisição da nova língua.

A partir então da relação entre esses conceitos levantados, ou seja, ensino, aprendizagem e aquisição de língua, Almeida Filho (2013) apresenta um juízo interessante sobre esse assunto. Assim, o juízo em questão é sobre as duas grandes abordagens

frequentemente presentes e altamente reconhecidas ao contexto de ensino e aprendizagem de línguas que são a *gramatical* (formal/estrutural) e a *comunicativa* (interativa/construtiva).

A abordagem gramatical, embora enfraquecida pelo movimento comunicativo no decorrer dos anos, ainda é a mais preponderante no ensino de línguas em muitos países, inclusive no Brasil. Trata-se de um ensino focando apenas nas formas gramaticais e no vocabulário, ou seja, um ensino pouco profundo que leva o aluno a decorar, superficialmente, as construções e as formas gramaticais somente e, por outro lado, não prepara o aluno para a comunicação interativa na língua-alvo. Já a abordagem comunicativa é aquela que prepara o aluno às funções comunicativas dentro de situações contextuais da fala, isto é, a comunicar-se de forma natural e informal, ou seja, a gramática e as estruturas formais ficam em segundo plano, usadas somente, para as pequenas correções, dúvidas e ajustes peculiares posteriores. Para reforçar o entendimento, Almeida Filho (2013, p. 43) diz:

Toda aula vai se construir alinhada a uma dada abordagem. A gramatical se expressa por meio de atividades dirigidas à forma da língua (explicações e práticas do tipo exercícios). A comunicativa prioriza a construção de sentidos na (nova) língua (introduções a tópicos, explicações das atividades na própria língua, tarefas que necessitam do diálogo e negociações para se chegar a uma resolução etc.).

Percebe-se então a grande diferença entre essas duas abordagens, ou seja, enquanto a abordagem gramatical não dá ao aluno a oportunidade de adquirir de fato uma nova língua, a abordagem comunicativa segue exatamente a ordem natural de aquisição de linguagem e comunicação humana, ou seja, primeiro acarreta a cognição, bem como a assimilação da nova língua e, depois, as correções e os ajustes formais necessários. A gramaticalidade (regras ou normas estruturais) tem o seu papel importante para a comunicação social (uso padrão), assim, deve ser empregada de forma suplementar a comunicabilidade (interação social).

A abordagem comunicativa tem a sua raiz a partir do conceito de Competência Comunicativa exibida por Hymes (1971). Conceito esse que traz uma manifesta discordância em relação à dicotomia de Chomsky (1973) entre competência e desempenho, ou seja, ao invés de somente contemplar o falante ideal como fazia Chomsky, Hymes defendeu a importância de se observar, primeiramente, todo o contexto social envolvido como meio direto à aquisição de uma língua. Do mesmo modo, por meio desse conceito, Hymes explicou também que o simples conhecimento de regras gramaticais não fazia do falante um comunicativo ideal e, sim, a sua interação com os demais comunicantes em diversos contextos sociais.

O processo de abordagem comunicativa visa o uso real na nova língua por meio de convívios correspondentes em situações naturais, com o objetivo de oportunizar a aquisição

por parte do aluno. Assim, através de exposições autênticas na comunicação da nova língua, o aluno irá desempenhar a interatividade social de forma adequada. Almeida Filho (2013) relata que a abordagem comunicativa organiza as experiências de aprender em termos de atividades relevantes, fazendo com que o aluno aprenda a usar a língua-alvo por meio de ações interativas.

Para o então contexto do ensino da linguagem e comunicação policial, observamos que o professor ou mesmo o instrutor de polícia deverá construir as suas aulas ou respectivas instruções dentro dessa abordagem comunicativa, uma vez que o policial, ao sair de um curso de formação, irá se deparar com diversos fatores comunicativos na sociedade em geral, devido a sua função pública específica. Dentre alguns desses fatores sociais, podemos citar as próprias linguagens profissionais da função policial e as especificidades de uso, bem como outros linguajares técnicos de outras funções sociais e as variações, tidas como estigmatizadas, da própria Língua Portuguesa por parte de alguns cidadãos, ou seja, o uso errado nas pronúncias, nas formas e significações de palavras diversas.

Percebe-se ainda que essa abordagem comunicativa introduzida num contexto de formação policial precisará ser organizada por meio de certas atividades relevantes, bem como por meio de experiências específicas para que o policial tenha a plena capacidade de interagir profissionalmente nesses vários contextos sociais. Para um melhor entendimento sobre uma aula comunicativa, Almeida Filho (2013, p. 82) esclarece o seguinte:

O importante é que se estabeleça um clima de confiança como o de uma pequena comunidade de aprendizes identificados uns com os outros e que haja oportunidades de compreensão e expressão de significados pessoais. O professor comunicativo levanta as expectativas do grupo, codifica seus tópicos e temas, prepara o momento e formas de contato com a nova língua, e acima de tudo, mantém ou imprime um ritmo justo de busca de aprendizagem por parte dos alunos.

Além de estabelecer a interação comunicativa por parte dos novos policiais, o professor, primeiramente, deverá fazer com que esses policiais em formação venham a entender o que é a linguagem policial de fato, bem como os seus componentes comunicativos. Assim, para que essa aquisição da linguagem policial aconteça, além de estabelecer o clima de confiança, o professor carecerá também apresentar várias amostras significativas da linguagem policial por meio de ensaios contextualizados.

Pelo fato de a linguagem policial apresentar vários componentes verbais, bem como extensões não verbais, o policial em formação, precisa se envolver primeiramente em todo o contexto dessa linguagem e comunicação profissional e depois necessita aprender, de forma objetiva, a usar corretamente toda a gama de linguagem em suas ações operacionais e

comunicacionais distintas. Percebe-se aí, a grande importância do processo de aquisição da linguagem de trabalho por parte dos novos policiais em seus respectivos cursos de formação. O ensino para a aquisição é aquele, segundo Almeida Filho (2011), realizado com o concurso da construção e reconstrução de corpos para o conhecimento em uso, bem como para o reconhecimento natural da nova língua, bem como da nova linguagem ensinada.

Por fim, é de suma importância que o policial saiba interagir por meio de sua linguagem profissional em todo o contexto social no qual está inserido. É por meio da interação que o policial se comunica com a sociedade. Barbirato e Almeida Filho (2016) afirmam que a interação é um processo de negociação de significados, bem como um processo que colabora para que se alcancem propósitos comunicativos. Portanto, o policial que adquire a linguagem polícesca e aprende a usá-la em diferentes contextos e operações policiais se torna um agente interativo, bem como possuidor da competência comunicativa, ou seja, capaz de comunicar, interagir, operacionalizar e sociabilizar em todo o seu contexto profissional.

De acordo com o Glossário de Linguística Aplicada do PGLA/UnB (2017), a competência comunicativa é a: “capacidade de mobilizar e articular conhecimentos de língua e de comunicação sob certas atitudes em interação com o propósito de se situar socialmente numa língua (Materna, Segunda ou Estrangeira)”. Contudo, complemento essa citação mencionando também as linguagens profissionais diversas, como exemplo, o próprio *policialês*.

2.5.2. Sobre a importância de ensinar e aprender a linguagem específica (*policialês*) na formação policial

Primeiramente é imprescindível entendermos de fato, em que consiste o construto de segurança pública; desse modo, precisamos recorrer então ao que diz a nossa Constituição Federal – CF. Sendo assim, no artigo 144 da referida Carta Maior, temos a seguinte redação: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]”.

Dentre os órgãos que compõem a segurança pública em nosso País, de acordo com o referido artigo constitucional, temos a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, as Polícias Cíveis, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares. A referida CF ainda dispõe que os Municípios poderão constituir-se de guardas municipais.

Cada órgão policial arrolado em nossa CF possui a sua peculiaridade funcional, mas, como este trabalho busca compreender somente o contexto comunicacional da PMDF, ficaremos apenas com a primeira parte do parágrafo 5º da CF: “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...]”. É papel das polícias militares também, a apuração de infrações penais militares, exceto as demais infrações penais que são de competência das polícias judiciárias, isto é das polícias civis (§ 4º do art. 144 da CF).

Vimos que a nossa CF apresenta os direitos e deveres, bem como descreve os órgãos institucionais responsáveis pelo policiamento direto, porém, não apresenta o que significa de fato, o construto de segurança pública. Esse é exatamente o ponto levantado pelos autores Costa e Lima (2014), ou seja, segundo eles, segurança pública é um conceito que, aparentemente, parece ter um significado, porém, ao tentarmos buscar uma definição, encontramos várias dificuldades, bem como não sabemos determinar as dimensões nem mesmo os desdobramentos a respeito desse conceito.

Ainda de acordo com Costa e Lima (2014), segurança pública parece ser tratado por nosso ordenamento jurídico não como um campo teórico e, sim, como um campo empírico e organizacional, ou seja, a nossa legislação apresenta, tão somente, uma especificação acerca das estruturas institucionais estatais, bem como expõe as relações sociais nos moldes em que o próprio Estado busca administrar e ordenar os conflitos advindos da sociedade em geral.

Os mesmos autores, além disso, relacionam a segurança pública a um campo organizacional, isto é, um grupo de organizações que constituem, de forma agregada, um campo social e dentre alguns exemplos de campos organizacionais, temos a educação, a política, a saúde etc. A partir desse entendimento, Costa e Lima (2014, p. 482 e 483) apostam definir então o que constitui o construto de segurança pública:

A segurança pública constitui, assim, um campo formado por diversas organizações que atuam direta ou indiretamente na busca de soluções para problemas relacionados à manutenção da ordem pública, controle da criminalidade e prevenção de violências. Portanto, não se confunde com o sistema de justiça criminal e nem se resume às organizações policiais, por mais que essas tenham papel central no debate público acerca da área.

Assim como a nossa própria CF, os autores também não resumem o papel da segurança pública somente às organizações policiais. Porém, o que deve ficar claro é que as organizações policiais devem exercer ações diretas no combate à criminalidade (intervenção operacional), enquanto a sociedade em geral deve participar ativamente, mas de forma indireta, isto é, apoiando e contribuindo com os trabalhos das polícias.

Essa participação indireta por parte da sociedade na segurança pública parte do princípio do policiamento comunitário. Godinho (2014) define bem como é realizada essa participação popular na segurança pública. A autora afirma que no Brasil, apesar de ser uma nova forma, a participação na segurança pública por parte da sociedade em geral vem ocorrendo por meio de um amplo conjunto de estratégias impulsionadas tanto pelo próprio poderio estatal quanto pela própria sociedade brasileira. Dentre alguns exemplos citados pela referida autora estão: os conselhos comunitários de segurança; as redes de vizinhos; a variedade de programas de prevenção e o policiamento em bases comunitárias de segurança.

Godinho (2014) ainda apresenta algumas características dessa participação social no papel da segurança pública, dentre as quais citamos os fóruns deliberativos, as discussões públicas e as resoluções coletivas de problemas, as reuniões conjuntas entre os cidadãos comuns, autoridades públicas e os agentes policiais.

O combate direto à criminalidade só cabem às polícias devido ao mandato policial que as mesmas possuem. O mandato policial pode ser resumido em duas palavras somente: preparo e permissão, ou seja, as polícias são previamente preparadas e treinadas, bem como autorizadas (em lei específica) pelo Estado para exercerem, por meio da força, se necessário, o combate à criminalidade. Trata-se, portanto, da atividade-fim por parte das instituições policiais. Para reforçar esse entendimento, Muniz e Júnior (2014, p. 493) assim proferem:

A polícia é *equipada* tanto em termos de equipamento quanto de preparo para o exercício de seu mandato. É *autorizada* porque lhe são conferidos respaldo legal e consentimento social para policiar. E responde por *qualquer exigência*, qualquer situação de perturbação de um determinado *status quo* que corresponde, em termos amplos, à paz social.

O treinamento especializado e prévia autorização (respaldo legal) formam a *competência*, e essa *competência* gera a *legitimidade* (consentimento social para policiar), ou seja, é o reconhecimento por parte da sociedade, em geral, às instituições policiais. Muniz e Júnior (2014) também pronunciam que as polícias, dentro da legalidade estatal, executam as mais diversas formas e padrões de policiamento, podendo atender, portanto, as emergências, as ocorrências, fazer garantir as leis e a ordem pública, preservar a paz na sociedade em geral, bem como desempenhar quaisquer demandas sociais de forma reativa ou preemptiva. Desse modo, observa-se que o papel que as polícias executam na sociedade vai mais além do que é especificado nas respectivas leis do nosso País.

A partir desse contexto envolvendo o construto de segurança pública e o papel das instituições policiais frente à sociedade em geral, nota-se que a linguagem policial (*policialês*) é, de fato, a base para execução de todas essas ações policiais. Assim, se torna imprescindível

que o policial saiba como se constitui a sua própria linguagem profissional, quais são as finalidades, as regras, as formas, bem como os empregos e as colocações.

Destarte, pelo fato do mandato policial, isto é, a ocupação profissional dos agentes de polícia possuir várias especificidades funcionais, a linguagem utilizada por esses agentes públicos é abordada então como específica. Assim, ao relacionarmos essa linguagem específica ao processo de ensino e aprendizagem dentro de um contexto de formação profissional, estamos diante de um ensino *élfico* de linguagem.

O Ensino de Línguas para Fins Específicos – ELFE vem ganhando forças e se consolidando cada vez mais no mundo científico da linguagem no decorrer dos anos. Desde a década de 1970, muitos doutos da área da Linguística Aplicada vêm contribuindo com esse construto no Brasil e nos demais países do mundo. Dentre alguns desses doutos, podemos citar os autores ingleses Wilkins (1976), Hutchinson e Waters (1987), Dudley-Evans & Saint John (1998) e Robinson (1991).

O ELFE é direcionado ao ensino de língua (materna ou estrangeira) para contextos de formação profissional, científico e tecnológico e tem como objetivo contribuir, por meio de pesquisas avançadas e *inputs* teóricos, a todo e qualquer planejamento que envolva o ensino de línguas específicas num contexto educacional (ROBINSON, 1991). Assim, dentro desse contexto, podemos mencionar também as linguagens profissionais como sendo parte desse tipo de ensino, pois para um profissional saber operacionalizar em sua respectiva função, ele passa por um processo formativo, contendo os aspectos científicos, tecnológicos, bem como técnicos. E é sabido que na maioria das funções profissionais há sempre uma comunicação operacional interna, desse modo, é certo ressaltar que todo o campo profissional que se utiliza dessa comunicação *operacional*, necessita do ELFE, pois esse tipo de comunicabilidade operacional e profissional interna faz o uso de linguagens específicas (técnicas).

De outro modo, os campos profissionais que utilizam apenas das comunicações *oficiais* e *sociais* em sua estrutura funcional, não necessitam do ELFE, por não haver linguagens específicas (técnicas) envolvidas para o contexto do trabalho profissional. Ou seja, o ensino élfico só é empregado na formação de um campo profissional quando existe a comunicação operacional de fato. Com essa visão se torna fácil constatar quando há a necessidade do ensino de línguas ou linguagens para fins específicos nos respectivos campos profissionais. Para reforçar, Almeida Filho (2017, p. 1 e 2) articula o seguinte:

ELFE é o modo de planejar o ensino de línguas a partir de um tipo de foco específico em certos usos previsíveis da língua-alvo e dados certos limites impostos pelas circunstâncias da situação de instrução. O ensino élfico provém de planos de cursos e materiais didáticos ou paradidáticos que se sucedem numa ordem (planos

de curso, materiais, aulas e avaliação) e são governados por uma filosofia que lhes dá sustentação conceitual.

Percebe-se que o escopo central do ELFE é contribuir para uma melhor formação em línguas ou linguagens específicas para os respectivos usos comunicacionais. Almeida Filho (2008) relata bem sobre isso; segundo ele, atualmente, o produto do estudo sistemático de línguas é a competência de uso. Para tanto, ainda segundo o referido autor, é necessário que se desenvolvam pesquisas tanto na Língua Portuguesa quanto em outras línguas ou linguagens colocadas em estudo.

Partindo então para o contexto de ensino da linguagem policial, observamos que a especificidade dessa função acarreta às academias e demais departamentos educacionais de polícias do País um replanejamento de seus respectivos cursos de formação policial, sobretudo, nos cursos de linguagem e comunicação policial. Não se pode, de maneira alguma, tratar a linguagem e a comunicação policial, apenas como mais uma disciplina qualquer.

A linguagem, bem como a comunicação policial está presente em todas as demais ações e operações policiais, assim, é a base para todas as outras disciplinas dos cursos de formação policial. Portanto, ensinar linguagens policiais aos novos agentes de polícia envolve um baseamento teórico sólido, bem como a criação de vários cenários sociais. Esse processo se encaixa exatamente numa perspectiva élfica, isto é, um ensino por meio de uma abordagem comunicativa, envolvendo os aprendentes em situações contextuais para o uso de linguagens. Almeida Filho (2017, p. 4 e 5) aborda justamente esse contexto, ou seja, o ensino de linguagens policiais numa perspectiva élfica:

[...] vejamos uma situação de aperfeiçoamento da linguagem vivida por policiais numa academia para a formação desses profissionais da segurança e da ordem pública em língua materna ou L1. Essa situação poderia ser élfica? Sim, poderia, se antecipássemos cenários específicos de usos da L-alvo. Verificamos que ele ou ela (policial) atua para instaurar, manter ou restaurar a ordem pública ou social, coletiva ou individualmente. Nesses casos, repertórios específicos de linguagem serão envolvidos. O perfil de atuação deles engloba ações languageiras como nesta série: a detecção de desordem e do comportamento antissocial ou delituoso e a sua tradução nos termos da lei (infrações tipificadas); a abordagem de pessoas, o contato para informá-las de regramentos, alertá-las ou contê-las; a inquirição; o relato de ocorrências, intercorrências ou episódios atendidos; o aperfeiçoamento do uso da língua portuguesa na predominância de uma modalidade como a da oralidade, por exemplo, em espaços públicos.

A função policial, além de englobar as ações comunicacionais citadas ainda pelo referido autor (2017), tem como objetivo principal a garantia da segurança e do bem-estar social. Para que isso seja efetivado na sociedade é preciso que as instituições policiais digam a segurança e o bem-estar à sociedade. Esse “dizer” está dividido em várias séries

comunicacionais, a saber: o policiamento (a presença do aparato policial na comunidade); o atendimento emergencial às ocorrências providas; a operacionalidade policial nas respectivas ocorrências; as orientações procedimentais às pessoas envolvidas (criminosos e vítimas); o encaminhamento das ocorrências às autoridades competentes; a elaboração dos autos de infração; a elaboração de boletins policiais; o repasse das informações gerais das ocorrências à imprensa, aos familiares das pessoas envolvidas e aos demais interessados diretos e, por fim, quando necessário, o depoimento sobre os fatos, em processos judiciais.

Todas essas séries também precisam ser previamente transmitidas por meio de ensaios comunicativos, naturais e contextualizados aos policiais em formação. Almeida Filho (2017, p. 5) ressalva sobre a seriedade de repassar variados contextos sociais para que os novos policiais possam desenvolver já, em seus respectivos cursos formativos, a competência de linguagem e comunicação policial: “Esta especificação antecipada de características do uso da língua-alvo seria uma parte da competência comunicativa de linguagem em uso na área laboral de policial”.

Assim sendo, primeiramente, é preciso transmitir aos novos policiais o que constitui o *policialês*, ou seja, explicar as estruturas léxicas, as variantes, bem como as extensões dessa linguagem. Depois, é preciso contextualizar essa linguagem em seus respectivos sistemas de comunicação. Não é possível contextualizar uma linguagem sem antes mesmo compreendê-la. A contextualização serve então para adquirir a nova linguagem e saber atuar com essa mesma linguagem em vários cenários sociais.

Estudar linguagem policial contribui tanto para a profissionalização dos próprios policiais quanto para a consolidação das estruturas culturais das próprias instituições policiais. É compreendido que a cultura só é construída, bem como consolidada, através da linguagem, portanto, é intuído que existe uma ligação forte entre a linguagem e a cultura. É acertado dizer que uma só sobrevive por meio da outra, ou seja, há uma dependência para a sobrevivência. Para reforçar esse entendimento, Almeida Filho (2011, p. 110) assim o articula:

A cultura governa a maior parte das atitudes, dos comportamentos, das representações e dos costumes dos falantes de uma língua. Essa base cultural está aninhada no componente discursivo da competência comunicativa dos falantes e escreventes de uma língua. Ela orienta as ações e as perspectivas desses falantes frequentemente sem que eles estejam conscientes disso.

Almeida Filho (2011) ainda ressalva que, ao ensinar uma língua, deve-se incluir, por força, a dimensão da cultura subjacente ao idioma, bem como introduzir representações culturais e sociais, ou seja, contextualizar aos aprendizes a cultura, a sociabilidade etc. Partindo então para o contexto de comunicação policial, é visto que, antes mesmo das ações

comunicativas externas (comunicações operacionais e comunicações sociais indiretas), existem as ações comunicativas internas, que são aquelas ligadas ao funcionamento administrativo das estruturas organizacionais dos próprios departamentos policiais (comunicações oficiais e comunicações sociais diretas).

Desse modo, além de entender e compreender esses contextos institucionais, o policial, ao sair da academia de polícia, precisa saber o que fala, o porquê da fala, onde fala, quando fala, como fala, e para quê fala, e essas perspectivas são expressas por meio do exercício do domínio cultivado na linguagem e comunicação policial.

Todavia, a atividade policial se acoberta na comunicabilidade e essa mesma comunicabilidade se acoberta na linguagem específica (*policialês*). As instituições policiais precisam encarar a linguagem, bem como a comunicação policial com foco na objetividade, na formalidade e na padronização, isto é, na necessária uniformidade, na clareza, na concisão e no estrito entendimento comunicativo tanto por parte dos policiais quanto por parte da sociedade em geral.

Nota-se que é de grande valia uma formação policial voltada a uma perspectiva élfica, isto é, por meio de ensaios a partir de situações contextuais, não somente para a aquisição da linguagem policial, mas também, visando à competência para as demais atividades operacionais. Poncioni (2005) ressalva a grande importância da formação profissional do futuro policial para o desempenho das atividades cotidianas nas organizações policiais, divididas em duas etapas, a saber, a teoria (sala de aula) e depois a prática (encenações).

É preciso assinalar ainda que esses processos possam ser vividos simultaneamente estudando enquanto já se vive a prática. Segundo a mesma autora (2005), o processo formal de socialização profissional que acontece nas respectivas academias de polícia tem a sua importância, pois a partir dessa formação básica, o futuro policial, começa a construir a sua identidade, bem como a sua cultura profissional por meio dos valores, das crenças, das normas institucionais, das competências, das primeiras habilidades para o campo de trabalho, dentre outros.

Entretanto, Poncioni (2005) ressalva que ainda prevalece, nas respectivas academias de polícia do País, um modelo denominado por ela de “modelo profissional policial tradicional”³⁹, ou seja, uma formação ainda tradicional, voltada a ritos rigorosos, a princípios

³⁹ Para mais informações, veja em PONCIONI, Paula. *Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro*. 2004. Tese (Doutorado) Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004.

antiquados, a aspectos burocráticos, legalistas, simplistas e irrealis, que tem feito com que os novos policiais venham a descartar, posteriormente, parte do que foi ensinado nos cursos de formação. A renomada autora relata ainda que há um grande descompasso entre o conhecimento formal, repassado nas academias e a realidade cotidiana do trabalho policial, ou seja, a demanda social vai mais além do que é repassado aos novos policiais nos cursos de formação, isto é, leis, regras, procedimentos, protocolos, controle do crime etc.

É preciso então quebrar essa barreira de extrato inerte e idealizado para começarmos a construir uma formação policial dinâmica, informada e comunicacional, englobando muitas das funções clássicas e novas dos policiais com foco nas relações comunicativas entre a polícia e a sociedade. Para que isso aconteça, há enormes desafios a enfrentar e, dentre alguns desafios, Poncioni (2007) aponta que, além do incremento de novos recursos humanos e materiais, bem como de uma reorganização da formação profissional é preciso, dentre outros fatores, interdisciplinar os currículos dos programas de formação policial, tendo como foco a aquisição, por parte dos novos policiais, dos conhecimentos e valores sociais, bem como do desenvolvimento de competências e habilidades policiais para que haja uma melhor percepção do crucial trabalho social que os policiais prestam à sociedade brasileira. Assim, dentro dessas competências policiais, podemos referir a operacional e a comunicacional.

Enfim, as teorias, bem como os conceitos levantados neste capítulo, servirão de embasamento para as respectivas análises que, prontamente, serão apresentadas no capítulo quatro. Porém, antes disso, no capítulo três, a seguir, apresento os seguintes elementos metodológicos da pesquisa, dentre eles: a abordagem; o procedimento; o universo e o plano de análise e interpretação dos dados de pesquisa.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA DE PESQUISA

“O ciclo de pesquisa não se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas. Mas a ideia do ciclo se solidifica não em etapas estanques, mas em planos que se complementam”.
(MINAYO, 2010, p. 27)

Neste capítulo apresento a metodologia que sustenta a dissertação. Destarte, a abordagem qualitativa da presente dissertação é conduzida sob uma perspectiva interpretativista e o procedimento de pesquisa contém cunho etnográfico. Adiante, discorro sobre o universo de pesquisa e a coleta dos dados e registros e, por fim, exponho o plano de análise dos dados de pesquisa.

3.1. QUANTO À ABORDAGEM DE PESQUISA

O presente trabalho dissertativo tem como perspectiva analítica a pesquisa qualitativa conduzida num tratamento interpretativista, ou seja, não se buscou como resposta, representações estatísticas dos fatos sociolinguísticos estudados e, sim, a compreensão da estrutura comunicacional inserida na instituição pesquisada, isto é, o estudo da vida social, bem como do processo de comunicabilidade entre os diversos profissionais da PMDF.

Creswell (2007) ressalva que a pesquisa qualitativa é essencialmente interpretativista, uma vez que o pesquisador interpreta os dados de pesquisa, incluindo as respectivas descrições dos cenários, das pessoas, das análises dos dados, identificando, além disso, categorias produtivas de análise e propostas.

Tendo em vista as análises e as interpretações dos dados da presente dissertação, é válido apresentar os dizeres de Gomes (2010) quanto ao procedimento de pesquisa em relação ao contexto das falas e expressões dos policiais militares, coletados. Sendo assim, este autor relata que a análise, bem como a interpretação dentro de uma perspectiva qualitativa, possui um foco na exploração no conjunto de opiniões e representações sociais sobre um determinado tema investigado na pesquisa.

O mesmo autor (2010) ainda relata que o estudo do material não precisa abranger a totalidade das falas e expressões, uma vez que há certa similaridade na dimensão sociocultural

dos interlocutores; além disso, diz que o pesquisador não deve deixar de considerar em sua análise qualitativa, a diversidade de opiniões e crenças inseridas no mesmo grupo social pesquisado.

É certo ressaltar que nas pesquisas qualitativas, os pesquisadores utilizam diversos métodos no intuito de explicar os fenômenos sociais como um todo, por conseguinte, não se prendem à quantificação dos subsídios e, sim, à valoração dos fenômenos sociais. Vale ressaltar ainda que o pesquisador deverá aprofundar-se nas informações produzidas a partir dos dados de pesquisa. Para reforçar esse argumento, Minayo (2010, p. 21) expõe que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos.

A pesquisa qualitativa se concentra então, na compreensão das relações sociais dos ambientes estudados, isto é, todos os aspectos que envolvem o universo dessas relações, tais como, crenças, atitudes, valores morais, e dentre outros, fenômenos esses, importantes para a análise em questão.

De acordo com Flick (2009) podemos relatar então que as ideias centrais que norteiam a pesquisa qualitativa consistem na escolha adequada de métodos, nas teorias convenientes, nas análises com ênfase em distintas perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores como agentes produtores de conhecimento por meio de suas pesquisas e, por fim, na variedade de abordagens e métodos, ou seja, na oposição à conjectura de um modelo único de pesquisa a todas as ciências.

Chizzotti (2014) diz que a pesquisa qualitativa recobre, atualmente, uma área muito densa, que ele denomina de um campo transdisciplinar, isto é, indo além da disciplina de base e integrando outras disciplinas, tais como, sociologia, psicologia, antropologia e outras que envolvem as ciências humanas e sociais. Por outro lado, nos ressalva também que a pesquisa qualitativa vem assumindo diversos paradigmas de análises, bem como vários métodos de investigação no intuito de investigar e interpretar os diversos fenômenos sociais.

Em suma, Minayo (2010) apresenta ainda de forma prática e sucinta, o ciclo da pesquisa qualitativa, ou seja, segundo a mencionada autora, podemos caracterizar a referida abordagem como um trabalho artesanal que, por sua vez, não prescinde da criatividade, isto é,

a pesquisa é realizada por meio de uma linguagem baseada em conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas.

A autora (2010) nos relata também que a linguagem da pesquisa é construída num ritmo próprio e particular e tal ritmo é denominado de “ciclo de pesquisa”, ou seja, um processo em espiral que se inicia por meio de uma pergunta e termina com uma determinada resposta ou produto ou até mesmo, novas questões a serem trabalhadas. Logo, se observa que o ciclo de pesquisa não se finaliza, isto é, novas indagações são produzidas.

Sobre o contexto da divisão dos processos da pesquisa qualitativa, é válido expor as palavras de Minayo (2010, p. 26), ou seja, ela pronuncia a seguinte afirmativa: “Para efeitos bem práticos, dividimos o processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa em três etapas: (1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental”.

Amparado então nessa divisão apresentada por Minayo (2010), a respectiva dissertação foi efetivada por meio desses três processos de trabalho de pesquisa, isto é, na primeira fase, denominado de fase exploratória, foram produzidos o plano de pesquisa e todos os respectivos procedimentos metodológicos necessários para a entrada em campo. Dentro desses procedimentos construídos estiveram: a definição e delimitação do objeto; o desenvolvimento da metodologia; a escolha dos instrumentos de operacionalização do trabalho; a montagem do cronograma de ação etc.

Na segunda fase, denominada de trabalho em campo, foi colocada em prática toda a construção teórica elaborada na fase antecedente. Foram realizadas todas as modalidades de pesquisa tais como, observações, entrevistas, levantamento dos materiais bibliográficos e documentais. Essa etapa é apresentada por Minayo (2010) como a fase central numa determinada pesquisa desenvolvida, isto é, onde todas as assertivas teóricas são confirmadas ou contestadas.

Por fim, na terceira etapa, ou seja, na análise e tratamento do material empírico e documental, foram realizados todos os procedimentos de valoração, compreensão e interpretação dos dados de pesquisa. Minayo (2010) subdivide esta etapa em três tipos de procedimentos, a saber, ordenação dos dados, classificação dos dados, e por fim, a análise propriamente dita.

Minayo (2010) relata ainda que o tratamento dos dados de pesquisa conduz o pesquisador a uma busca da lógica peculiar e interna do grupo social analisado, ou seja, na análise qualitativa, não se trata apenas de mera classificação de opiniões dos informantes e sim, da descoberta dos códigos sociais internos a partir das falas, dos símbolos e das

observações. Por conseguinte, a busca da compreensão, bem como da interpretação à luz da teoria, trata-se de uma valiosa contribuição individual e contextualizada do pesquisador.

3.2. QUANTO AO PROCEDIMENTO DE PESQUISA

A presente dissertação se caracteriza como uma pesquisa de cunho etnográfico, isto é, foram adotadas algumas características elementares de pesquisa etnográfica. Chizzotti (2014) nos científica que, na atualidade, alguns pesquisadores têm preferido denominar a pesquisa de campo para assinalar o local físico e social onde os dados serão coletados, diferenciando de outras pesquisas experimentais, tais como das pesquisas laboratoriais. Outros têm preferido usar uma denominação genérica dos métodos, tais como, pesquisa de cunho etnográfico, fenomenológico e dentre outros, indicando assim, os fundamentos e os procedimentos da pesquisa sem, apesar disso, abranger todas as particularidades procedimentais dos métodos empregados.

Os dados da pesquisa aqui relatados foram buscados na instituição PMDF e, por conseguinte, avaliados com vista à compreensão das relações socioculturais internas, ou seja, foram aferidos os comportamentos, os ritos, as técnicas operacionais, bem como os saberes e as práticas da Corporação, entretanto, dentro do processo da comunicabilidade institucional. Dencker e Viá (2001, p. 187) pronunciam que: “A etnografia é a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo”.

É importante ressaltar que a base de uma pesquisa etnográfica é o trabalho em campo, assim, o pesquisador realiza de forma pessoal a maior parte da análise no ambiente social pesquisado. Assim sendo, dentro desse contexto, a pesquisa de cunho etnográfica é construída por meio de subsídios culturais coletados em um determinado ambiente social e, por conseguinte, explorados e analisados. Todo o contexto social é relevante na pesquisa etnográfica ou de cunho etnográfico, portanto, o contato do pesquisador com o espaço deve acontecer de forma contemporizada. Angrosino (2009, p. 16) afirma que:

Etnografia significa literalmente a descrição de um povo. É importante entender que a etnografia lida com gente no sentido coletivo da palavra, e não com indivíduos. Assim sendo, é uma maneira de estudar pessoas em grupos organizados, duradouros, que podem ser chamados de comunidade ou sociedades. O mundo de vida peculiar que caracteriza um grupo é entendido como a sua cultura. Estudar a cultura envolve um exame dos comportamentos, costumes e crenças aprendidos e compartilhados do grupo.

Observa-se que o método etnográfico tem por objetivo examinar uma determinada realidade social, com vistas à estrutura e ao contexto social em questão. Desse modo, a pesquisa etnográfica, bem como a de cunho etnográfico têm se tornado cada vez mais importante ao meio científico, uma vez que, não existe uma homogeneidade cultural nas comunidades ou coletividades sociais, ou seja, toda sociedade possui extratos sociais diversificados e todas elas possuem seus próprios atributos culturais, tais como, falas, crenças, alimentação etc.

No trabalho em campo, o etnógrafo precisa ser diligente em relação a sua posição como pesquisador, isto é, estudar, escutar as falas, observar os comportamentos habituais, analisar o contexto, bem como a estrutura cultural do local. Outro ponto importante a relatar é que a observação é imprescindível porque parte do comportamento das pessoas, ou seja, permite descobrir-lhes, de fato, os estilos de vida. Assim, numa pesquisa etnográfica, bem como de cunho etnográfico, além das perguntas, se faz necessário observar todo o relacionamento das pessoas entre si.

Angrosino (2009, p. 31) afirma que: “A etnografia é feita *in loco* e o etnógrafo é, na medida do possível, alguém que participa subjetivamente nas vidas daqueles que estão sendo estudados, assim com um *observador* objetivo daquelas vidas”. Por conseguinte, os etnógrafos realizam suas pesquisas coletando dados sobre as experiências das pessoas envolvidas, a fim de compreender os processos de interação, bem como de produção da cultura local.

Sobre as proposições fundamentais em que a abordagem etnográfica se baseia, Dencker e Viá (2001) ainda ressaltam a influência do contexto social do lugar em relação ao comportamento das pessoas, isto é, para entender o comportamento humano, se faz necessário também entender o contexto social dentro do qual as pessoas interpretam seus pensamentos, sentimentos, ações etc.

É sabido que um dos pontos centrais abarcados pela pesquisa etnográfica ou de cunho etnográfico é a linguagem, ou de certa forma, os trâmites da comunicabilidade implantada na comunidade social pesquisada. Sendo assim, é imprescindível entender os termos utilizados, bem como a forma como eles se relacionam, procurando evitar certas falhas nas interpretações e, de certa forma, alguns significados distorcidos.

É viável ressaltar que ao mesmo tempo em que se analisam as linguagens inseridas na comunidade pesquisada, é exigido do pesquisador etnográfico uma apreciação criteriosa nas descrições dos comportamentos das pessoas em suas relações sociais, isto é, observar e descrever as linguagens verbais e não verbais dando ênfase ao significado contextual.

Dentro ainda das características principais da etnografia, podemos citar, conforme Angrosino (2009), que a pesquisa etnográfica abrange uma descrição holista de um povo, bem como seu modo de vida, isto é, parte do princípio de que os comportamentos somente podem ser entendidos dentro do contexto em que ocorrem. Por outro lado, é dialógica, ou seja, suas interpretações podem ser discutidas com os informantes e, por fim, é indutiva, pois parte do acúmulo de descrições detalhadas com o intuito de haver um esclarecimento fidedigno a respeito dos fenômenos sociais pesquisados. Dentro desse contexto, Chizzotti (2014, p. 73) reforça que:

A perspectiva descritiva toma como referência o ponto de vista dos membros nativos do grupo (*êmica*), ainda que feita com categorias científicas do pesquisador (*ética*); pretende ser *holística*, abrangendo uma compreensão global que inclua aspectos históricos, culturais, econômicos, religiosos etc.; *representativa* enquanto procura condensar em um texto o significado colhido em um contexto fluente e mutável, nimbado de manifestações não verbais intransmissíveis ao texto escrito, como emoções cifradas, entonações e ironias invisíveis às quais o pesquisador atribui significado. É uma interpretação *válida e legítima* enquanto o pesquisador procura dar inteligibilidade e validar o processo, a forma de saber e a representação que os sujeitos pesquisados manifestam.

Dencker e Viá (2001) demonstram três estágios utilizados pela abordagem etnográfica, dentre os quais podemos citar: o primeiro é o da exploração, onde caberá a seleção e a definição do problema e a escolha do local de pesquisa; o segundo corresponde a busca sistemática dos dados de pesquisa e, por fim, o terceiro estágio que corresponde à exploração da realidade, frisando que nessa etapa, as descobertas são realizadas de forma ampla e contextualizada.

3.3. O UNIVERSO DE PESQUISA E A COLETA DOS DADOS

Dentro do universo de pesquisa da presente dissertação, optei em separá-lo em três etapas, a saber: pesquisa bibliográfica; pesquisa em campo e pesquisa documental. A pesquisa em campo foi realizada por meio de entrevistas, observações e coletas de alguns dados de pesquisa, tais como, áudios e imagens. Dencker e Viá (2001, p. 187) discorrem sobre as características peculiares que estão inseridas no método etnográfico: “A abordagem etnográfica combina vários métodos de coleta de dados. Os principais são: observação direta; entrevistas em profundidade; história de vida, análise de documentos; fotografias; monumentos etc”.

3.3.1. Pesquisa bibliográfica

Sabe-se que a pesquisa bibliográfica é conduzida a partir de certos levantamentos de referências teóricas, dentre as quais podemos citar: livros; artigos científicos; *sites* eletrônicos especializados etc. De certa forma, a pesquisa bibliográfica fornece ao pesquisador subsídios fundamentais para a construção da pesquisa. Nessa etapa foram adquiridas informações, bem como conhecimentos prévios sobre todas as temáticas distinguidas na pesquisa. Laville e Dione (1999, p. 112) relatam sobre a importância dessa etapa, a qual é denominada de revisão de literatura, porém, podemos entender também como resenha. Notemos:

Fazer a revisão da literatura em torno de uma questão é, para o pesquisador, revisar todos os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo o que possa servir em sua pesquisa. Nela tenta encontrar essencialmente os saberes e as pesquisas relacionadas com sua questão; deles se serve para alimentar seus conhecimentos, afinar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar seu aparelho conceitual. Aproveita para tornar ainda mais conscientes e articuladas suas intenções e, desse modo, vendo como outros procederam em suas pesquisas, vislumbrar sua própria maneira de fazê-lo.

Ainda sobre os instrumentos bibliográficos, Laville e Dione (1999) ainda relatam que os mesmos consistem em livros, artigos, teses, enciclopédia, dicionários especializados, resenhas etc. Vale advertir também que tais fontes devem possuir certa especificidade ao contexto da pesquisa. Assim, foi utilizada, nesta pesquisa, uma bibliografia validada pelo seu integral conjunto de insumos específicos sobre o tema estudado.

3.3.2. Pesquisa em campo e a participação dos informantes

O trabalho em campo é caracterizado por meio de coletas de dados e registros de pesquisas junto a pessoas, ou seja, é a investigação no espaço predeterminado. Embora a fase exploratória tenha sido concluída, na pesquisa em campo, o investigador por meio da observação e interação, passará por um amplo processo de descobertas. Minayo (2010, p. 61) menciona o seguinte:

O *trabalho de campo* permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social.

Para obter a validade dos fenômenos buscados nas respectivas pesquisas, foram utilizadas por mim, duas perspectivas, a saber: a êmica e a ética. Sendo assim, dentro da perspectiva êmica, a verificação da legitimidade foi efetivada tanto do lado dos pesquisados,

ou seja, dos policiais militares, quanto de minha parte. Desse contexto, Angrosino (2009, p. 91) contribui com o seguinte argumento:

Então, no sentido mais simples, uma perspectiva “êmica” dos dados culturais e sociais é aquela que busca padrões, temas e regularidades como eles são percebidos pelas pessoas que vivem na comunidade; uma perspectiva “ética” é aquela que é aplicada pelo pesquisador (que terá pelo menos lido a respeito, ou conduzido trabalho de campo em primeira mão em muitas outras comunidades) interessado em ver como o que acontece num lugar pode ser comparado às coisas que acontecem em outros lugares.

Dentro da perspectiva ética, durante esta pesquisa, foram respeitados e acatados todos os protocolos formais e institucionais, isto é, nenhuma imagem postada no trabalho identificou os policiais militares e, nenhum policial militar, teve a sua identidade revelada por meio de nomes próprios ou de guerras, para isso, usei pseudônimos (em designações hierárquicas). Todos os dados colhidos na pesquisa foram publicados no corpo do trabalho com a devida autorização dos comandantes das unidades visitadas, incluindo a autorização prévia do Comandante Geral da Corporação em documento oficial. Sobre tal postura ética, Angrosino (2009, p. 111) afirma ainda que:

Um procedimento comum é usar códigos (números ou pseudônimos) ao descrever as pessoas em diários de campo e em qualquer relatório gerado pela pesquisa. O pesquisador pode também querer especificar que as anotações serão mantidas em um lugar seguro ou que serão destruídas depois de terminado o projeto. As cópias de registros de pesquisa (p. ex., fitas e /ou transcrições de entrevistas) podem ser repassadas ao informante para aprovação antes da publicação de qualquer produto baseado nesses registros.

Dentro do contexto de pesquisa, o espaço investigado por mim foi a Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, que é uma Instituição permanente, fundamentada nos princípios da hierarquia e disciplina, essencial à segurança pública do Distrito Federal, bem como força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro – EB nos casos de convocação ou mobilização nacional. É organizada e mantida pela União, nos termos do inciso XIV do art. 21 e dos §§ 5º e 6º do art. 144 da Constituição Federal, subordinada ao Governador do Distrito Federal, e é responsável pelo policiamento ostensivo (fardado) e pela preservação da ordem pública no Distrito Federal - DF⁴⁰.

A presente pesquisa foi realizada com o devido credenciamento por parte do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Polícia e Segurança Pública – CIEP, do Instituto Superior de Ciências Policiais – ISCP do Departamento de Educação e Cultura - DEC da PMDF. Um dos principais objetivos do ISCP é a capacitação com excelência de policiais e demais agentes

⁴⁰ Essas informações foram obtidas no site <http://www.pmdf.df.gov.br>

públicos, bem como da sociedade. Por outro lado um de seus fundamentos é a produção de pesquisa na área de ciências policiais dentro dos eixos éticos, técnicos e legais⁴¹.

Esta pesquisa foi realizada em duas etapas, ou seja, durante o período compreendido de março a outubro de 2016, realizei a primeira temporada das observações participantes de uma forma “indireta” e entrevistas “informais”. Dentre os ambientes, visitei: a Academia de Polícia Militar de Brasília – APMB/PMDF; o Departamento de Educação e Cultura DEC/PMDF; a Diretoria de Pesquisa e do Patrimônio Histórico e Cultural da DPPHC/PMDF e o Centro de Especialização, Formação e Aperfeiçoamento de Praças do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal – CEFAP/CBMDF, Corporação coirmã da PMDF. Nesse período, participaram das minhas entrevistas informais, 16 policiais da PMDF, dentre eles, oficiais e praças e, do CBMDF, foram entrevistados dois praças.

A segunda etapa ocorreu durante o período compreendido de maio a agosto de 2017. Nesse segundo período, realizei a segunda temporada das observações participantes, porém desta vez, de uma forma “direta”, isto é, participando diretamente junto aos policiais, como um pesquisador identificado, bem como convalidado pelo Comando Geral da Corporação. Nesse período, fiz também as análises documentais e as respectivas entrevistas formais aos policiais.

Dentre os estabelecimentos da PMDF, foram visitados os seguintes: o Departamento de Educação e Cultura – DEC; a Diretoria de Pesquisa e do Patrimônio Histórico e Cultural DPPHC; O Departamento de Gestão de Pessoal – DGP e a Seção de Promoção da Cultura (Banda de Música). Nesses locais, entrevistei dez policiais militares, dentre eles, oficiais e praças, porém, as entrevistas não foram gravadas.

Nos estabelecimentos de ensino da PMDF, visitei a Escola de Formação de Oficiais (EsFO) e a Escola de Formação de Praças (EsFP) que são subordinadas à Academia de Polícia Militar de Brasília - APMB, a qual compete desenvolver os cursos de formação de oficiais e de praças da Corporação, assegurando a qualificação inicial para o desempenho das funções das carreiras dos policiais militares, bem como da formação e da capacitação continuada. Foram entrevistados os respectivos comandantes das escolas (dois oficiais maiores) e essas entrevistas foram gravadas.

Dentre os batalhões regionais responsáveis por executar o policiamento operacional e ostensivo (*atividade-fim*), visitei duas unidades, a saber: o 10º Batalhão de Polícia Militar que é responsável pelo policiamento da parte norte da Região Administrativa de Ceilândia e o 4º

⁴¹ Informações obtidas no site <http://iscp.pm.df.gov.br/>

Batalhão de Polícia Militar da Região Administrativa do Guará, SIA e SCIA. Nessas unidades, fiz quatro entrevistas, sendo uma com um segundo tenente do 10º BPM e a outra com um soldado do 4º BPM, ambos, recém-formados. As duas demais, com dois sargentos, sendo um do Grupo Tático Operacional (GTOp) e o outro do policiamento convencional. Fora as entrevistas com os dois sargentos, as entrevistas com os policiais recém-formados (o tenente e o soldado) foram gravadas.

Entre as unidades especializadas visitei o Primeiro Batalhão de Policiamento de Choque (1º BPCoque), o Batalhão de Operações Especiais (BOpE), o Batalhão de Policiamento com Cães (BPCães), o Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA), o Primeiro Batalhão de Policiamento de Trânsito (1º BPTran), o Batalhão de Aviação Operacional (BAvOp), o Batalhão de Rondas Táticas Motorizadas (ROTAM) e o Regimento de Polícia Montada (RPMon). Nessas unidades, optei em fazer as entrevistas não gravadas, ou seja, com objetivo apenas de colher os termos técnicos, os jargões, bem como observar e conhecer aspectos comunicativos operacionais, culturais e institucionais desses policiais. Foram entrevistados 18 policiais militares, dentre eles, um capitão, um tenente, três subtenentes, nove sargentos, três cabos e um soldado.

Para complemento à pesquisa, optei em visitar também a Casa Militar do Distrito Federal – CMil/DF, bem como a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF, porém nesses locais, as observações e as entrevistas também foram informais, bem como não gravadas. Foram entrevistados quatro oficiais policiais militares e um praça bombeiro militar. Enfim, foi 57, a somatória de todos os informantes de pesquisa.

3.3.2.1. As entrevistas

Os procedimentos da entrevista foram de grande valia, pois, contribuíram para a exploração dos dados e registros, isto é, da coleta de informações. Sabe-se que na entrevista há uma interação social mais profunda com os informantes, ou seja, trata-se de uma conversação objetiva e pertinente na construção de informações. Dentro do contexto de entrevista, Minayo (2010, p. 64) menciona o seguinte:

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

A entrevista é considerada também por Minayo (2010) como sendo uma conversa com finalidade e dentre as classificações, a autora ainda apresenta os seguintes tipos de entrevistas: a sondagem de opinião; a semiestruturada; a aberta ou em profundidade; a focalizada e, por fim, a projetiva. Optei para esta pesquisa, pelo tipo de entrevista semiestruturada, ou seja, partindo de perguntas fechadas, porém, combinando com perguntas abertas, isso, dependendo do desenrolar das respostas dadas pelos entrevistados.

Angrosino (2009) também nos esclarece sobre a importância das entrevistas abertas para a pesquisa etnográfica, ou seja, segundo ele, a natureza desse tipo de pesquisa é consequentemente aberta, isto é, flui de forma interativa, contribuindo em novas reformulações. Por fim, assevero que as entrevistas gravadas foram realizadas com a devida permissão dos entrevistados, de acordo com o mesmo autor (2009), elas são registradas por meio de gravadores, a fim de assegurar a exatidão do que é falado.

Outros meios utilizados na documentação dos dados durante as entrevistas foram: a ficha de documentação e o protocolo de entrevista. Tais instrumentos, além das gravações, ajudaram na condução do encontro, bem como nas transcrições posteriores das conversas coletadas. Dentro desse contexto Flick (2009) ressalta a importância que o uso de fichas proporciona na documentação dos contextos de pesquisa, sendo assim, tais fichas ajudaram nos registros das particularidades ocorridas durante as entrevistas. As nove perguntas dos questionários estão no Apêndice B.

3.3.2.2. As observações

Dentre as modalidades ou técnicas de observação, optei nesta pesquisa pela observação participante, uma vez que precisei realizar algumas indagações aos militares durante as observações. Angrosino (2009) nos diz que na observação participativa, o pesquisador é conhecido e reconhecido, mas se relaciona com os informantes somente como um pesquisador, por outro lado, visa a estabelecer o contexto para certas entrevistas, bem como outras modalidades de investigação.

Minayo (2010) define também que a observação participante é um processo em que o pesquisador se coloca como um observador de uma determinada realidade social, a fim de realizar certas investigações científicas. Sendo assim, na medida do possível, o observador passa a possuir uma participação direta junto aos seus interlocutores, isto é, participando da vida social com a finalidade de colher os dados de pesquisa, bem como compreender todo o

contexto social. Porém, é válido ressaltar que não participei das atividades policiais, por não possuir o adestramento técnico profissional, tampouco, o baseamento legal para tal.

Apesar de não possuir o treinamento específico para participar das atividades policiais, é válido dizer que a observação não foi prejudicada, pois possuo a formação militar, embora, não seja propriamente a formação policial militar e, sim, a formação militar do Exército Brasileiro – EB, que de certa forma, se identifica com a formação militar da PMDF em alguns pontos.

Outra questão positiva que amparou a interpretação, bem como a compreensão da realidade social durante a referida observação participante na instituição, foi o fato de eu também ser um Especialista em Segurança Pública. Sendo assim, é válido destacar que, de certa forma, essas especificidades me ajudaram nas interpretações e nas compreensões dos dados de pesquisa, bem como na confiança e na interação por parte do grupo profissional pesquisado.

O instrumento usado nas observações da presente dissertação foi o diário de campo, ou seja, um instrumento de anotações que permitiu o registro das informações, nas respectivas observações, bem como das reflexões decorridas nas investigações. Sobre o diário de campo, Minayo (2010, p. 64) esclarece o seguinte:

O principal instrumento de trabalho de observação é o chamado *diário de campo*, que nada mais é que um caderninho, uma caderneta, ou um arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevistas em suas várias modalidades. Respondendo a uma pergunta frequente, as informações escritas no *diário de campo* devem ser utilizadas pelo pesquisador quando vai fazer análise qualitativa.

Afinal, é sabido que num ambiente público há diversos eventos sociais, o que não é diferente na Instituição PMDF, ou seja, foi preciso destacar tais eventos para reforçar o estudo e as análises dos dados de pesquisa. Tais descrições foram detalhadas, isto é, envolveram as características dos militares, dos ambientes observados, bem como as minhas indagações e interpretações pessoais.

3.3.2.3. Pesquisa documental

A pesquisa documental diverge um pouco da pesquisa bibliográfica, ou seja, na pesquisa documental, as fontes são constituídas por guias mais diversificados, tais como: tabelas; relatórios; documentos institucionais diversos; cartas; fotografias; imagens; vídeos etc. Por outro lado, na pesquisa bibliográfica, as fontes principais são livros e artigos, isto é, materiais previamente elaborados. Creswell (2007, p. 190) relata o seguinte:

Durante o processo de pesquisa, o investigador qualitativo pode coletar *documentos*, que podem ser documentos públicos (por exemplo, jornais, atas de reunião, relatórios oficiais) ou documentos privados (por exemplo, registros pessoais e diários, cartas, e-mails).

Sendo assim, tais elementos foram buscados em algumas seções da PMDF e, dentre os documentos, podemos citar: grades curriculares dos cursos de formação policial (praças e oficiais) e manuais diversos para a formação policial militar (PMDF/EB). Flick (2009) relata que os documentos fazem parte do registro geral das ocorrências cotidianas nas instituições diversas, sendo assim, são relevantes na interpretação e na verificação dos fenômenos institucionais distintos.

3.3.2.4. Dados de pesquisa em áudio e visual

Para reforçar as análises da pesquisa, isto é, a partir dos dados coletados em campo, tais como, os documentos, as entrevistas e as observações, optei em fazer o uso de certos instrumentos, dentre os quais, menciono: as gravações em áudio das entrevistas, onde tais gravações ajudaram no processo de transcrições, bem como das interpretações das falas dos informantes.

Já as imagens foram compostas por fotografias tiradas por mim dos ambientes visitados na própria Corporação, bem como de figuras retiradas ou reproduzidas a partir dos documentos institucionais pesquisados. Creswell (2007, p. 190) apresenta o seguinte discurso: “Uma categoria final de dados qualitativos consiste de *material de áudio e visual*. Esses dados podem ter a forma de fotografias, objetos de arte, fitas de vídeo ou qualquer forma de som”. Esses instrumentos contribuíram, de certa forma, na compreensão da vida cotidiana dos policiais militares em serviço.

3.4. PLANO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DE PESQUISA

Nesta última etapa, foram analisados todos os dados e registros qualitativos coletados durante a pesquisa. Para obter certa compreensão, bem como a interpretação dos referentes dados, se fez necessário realizar um estudo sistemático e intenso dos significados apresentados e compartilhados entre os profissionais da PMDF. Creswell (2007, p. 194) exhibe o seguinte argumento em relação à análise e interpretação dos dados:

A discussão do plano de análise dos dados deve ter diversos componentes. O processo de análise de dados consiste de extrair sentido dos dados de texto e imagem. Envolve preparar os dados para análise, conduzir análises diferentes,

aprofundar-se cada vez mais no entendimento dos dados, fazer representação dos dados e fazer uma interpretação do significado mais amplo dos dados.

Dentro, então, do procedimento de análise e interpretação dos dados, utilizei os seis passos procedimentais explicitados por Creswell (2007), ou seja, foram juntados os passos genéricos com os passos específicos do projeto de pesquisa. Dentre os passos genéricos adotados, cito os seguintes: 1- organização e preparação dos dados e registros para análise, ou seja, transcrição das entrevistas, as notas de campos, organização e separação dos dados e, por fim, a leitura sistemática de todo o material; 2- leitura de todos os dados e a reflexão dos mesmos; 3- a análise detalhada com o processo de codificação, ou seja, categorização e organização dos dados; 4- o processo de codificação gerando assim, as descrições detalhadas de todos os ambientes pesquisadas, bem como de categorias e temas da pesquisa; 5- a representação, dentro da narrativa qualitativa, das descrições e temas e, por fim, no último passo 6- foi realizada a interpretação e extração dos significados dos dados.

Para a validação dos resultados interpretativos, foi utilizada a estratégia da triangulação. Segundo Denzin (1989b *apud* FLICK, 2009), há quatro tipos de triangulação, dentre as quais refiro: a triangulação dos dados que é um estudo sistemático envolvendo todos os elementos de informação levantados; a triangulação do investigador caracterizado pelo emprego de diversos observadores ou entrevistadores numa determinada pesquisa; a triangulação da teoria, onde vários pontos de vistas teóricos são utilizados numa análise e, por fim, a triangulação metodológica que é o uso de vários métodos sistemáticos numa investigação. Nesta pesquisa, foi utilizada, então, a triangulação de dados. Sendo assim, os documentos, as entrevistas e as observações contribuíram na produção fidedigna dos resultados buscados.

O procedimento da triangulação realizado nesta etapa, além de ter cooperado com a validação dos resultados, cooperou também com a confiabilidade e com a autenticidade do trabalho. Outra questão buscada por meio desse procedimento é a generalização sistemática e convencionalizada, ou seja, amparada por meio dos múltiplos eventos advindos no grupo social pesquisado, além de contribuir com novas linhas de investigações porvindouras.

Por fim, dentro da narrativa qualitativa, foram utilizados alguns comentários específicos e sistemáticos a partir das respectivas análises dos dados. Tais dados foram colhidos por meio das entrevistas e contiveram jargões, termos, experiências de campo, eventos relatados pelos policiais etc. Gibbs (2009) relata que tais narrativas acrescentam realismo à pesquisa qualitativa, pois além de concentrar os relatos descritos pelos partícipes, envolve também a subjetividade social dos mesmos. Sendo assim, passamos a entender de

forma mais particularizada a vida social das pessoas pesquisadas. Depois de toda essa especificação sobre a metodologia da presente dissertação, parto então para o próximo capítulo, ou seja, para as respectivas análises de dados.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DOS DADOS

“Na organização policial, geralmente, a primeira etapa da socialização do futuro policial se dá através da academia de polícia, onde se opera formalmente a socialização secundária dos ‘novatos’, com a introdução de conhecimentos e habilidades técnicas”.
(PONCIONI, 2005)

Nesta penúltima etapa, apresento um esboço do *policialês*, constituído a partir da observação participante, realizada no campo durante a primeira e a segunda etapas da pesquisa. A seguir, apresento também uma análise consistente dos cursos de formação policial (oficial/praca) na PMDF, com foco apenas nas disciplinas que envolvem aspectos de linguagem e comunicação policial. Essa análise foi realizada por meio dos dados coletados somente durante a segunda etapa, a saber: os documentos (grades curriculares dos cursos e manuais diversos); as entrevistas com os respectivos comandantes das escolas policiais (EsFO/EsFP), bem como também as entrevistas com policiais militares recém-formados. Finalmente, proponho, à referida Instituição, uma visão de um planejamento para os cursos de formação policial, incluindo o ensino e aprendizagem/aquisição da linguagem e comunicação policial, alinhada à abordagem comunicativa.

4.1. ESBOÇANDO O *POLICIALÊS* E ANALISANDO OS CURSOS DE FORMAÇÃO POLICIAL NA PMDF COM FOCO EM DISCIPLINAS QUE ENVOLVEM ASPECTOS DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO POLICIAL

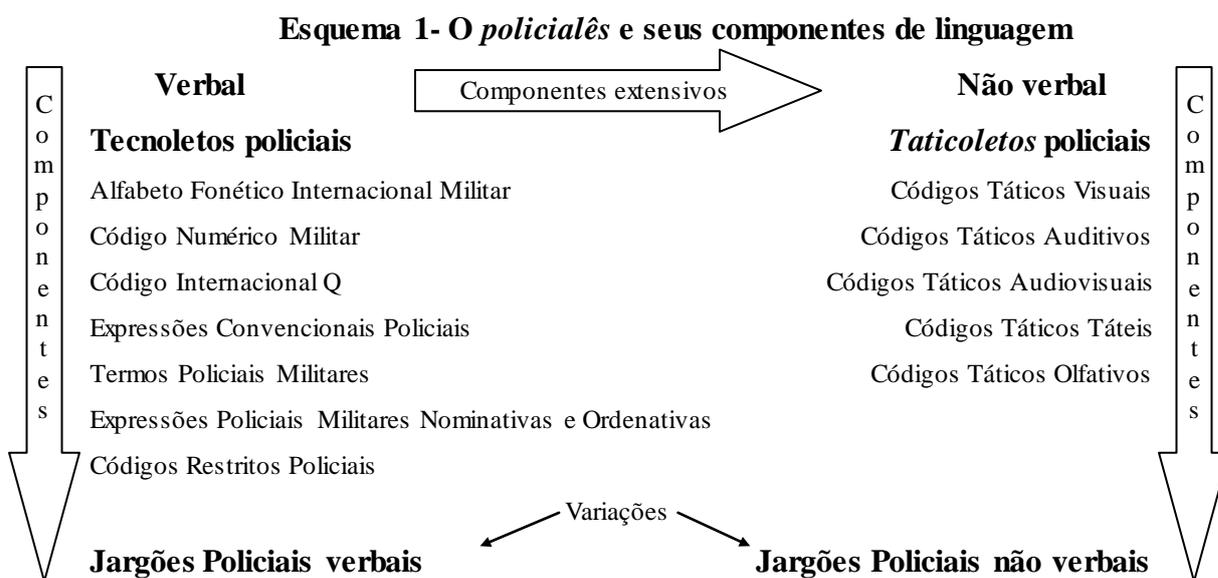
A partir então das informações levantadas e coletadas, tornou-se possível realizar um esboço consistente da linguagem policial, isto é, do *policialês*, bem como analisar e entender o processo de ensino e aprendizagem/aquisição dessa linguagem policial, por parte dos policiais militares dentro da Corporação referida e, assim, corroborar esse processo por meio de aportes teóricos e insumos (*inputs* de linguagem) relevantes.

4.1.1. O *policialês* e seus componentes de linguagem

Por meio dos levantamentos sobre o *policialês*, verificou-se que essa linguagem específica do mundo policial possui elementos verbais e não verbais. Dentro dos elementos

verbais, existem os tecnoletos e os jargões verbais. Conforme dissemos, os tecnoletos são linguagens técnicas e os jargões são linguagens coloquiais. Dentro dos tecnoletos policiais existem os seguintes componentes: O Alfabeto Fonético Internacional Militar; o Código Numérico Militar; o Código Internacional Q; as Expressões Convencionais Policiais; os Termos Policiais Militares; as Expressões Policiais Militares Nominativas e Ordenativas e os Códigos Restritos Policiais⁴².

Dentro dos elementos não verbais existem os *taticoletos* e os jargões não verbais. Conforme dissemos, os *taticoletos* são códigos convencionados em gestos e sinais táticos e os jargões não verbais são meros gestos e sinais coloquiais. Dentro dos *taticoletos* existem os seguintes componentes: Os Códigos Táticos Visuais; os Códigos Táticos Auditivos; os Códigos Táticos Audiovisuais; os Códigos Táticos Táteis e os Códigos Táticos Olfativos. Os elementos comunicativos verticais são os componentes, já os horizontais são os componentes extensivos⁴³. Os Jargões Policiais verbais e não verbais são variações naturais e não componentes. Veja o esquema abaixo.



Fonte: criado pelo autor

⁴² Como já apontado, as instituições policiais brasileiras também possuem os Códigos de Ocorrências Policiais.

⁴³ Dentro dessa perspectiva, entendo que a Língua Brasileira de Sinais – Libras não é uma variação e, sim, uma extensão da própria Língua Portuguesa.

4.1.2. Documentos (grades curriculares, apostilas e manuais dos cursos de formação policial – oficial/pça) dos estabelecimentos de ensino da PMDF - EsFO/EsFP

Para entender o contexto dos cursos de formação policial na PMDF é preciso avaliar a matriz curricular dos referidos cursos. Na PMDF existem dois cursos, a saber, o curso de formação de oficiais regulada pela Escola de Formação de Oficiais – EsFO e o curso de formação de praças regulada pela Escola de Formação de Praças - EsFP. Pelo fato do foco do presente trabalho ser o processo comunicativo policial, só serão analisadas as disciplinas e respectivas matérias que contenham conteúdos dentro dessa linhagem de pesquisa.

Quadro 4 - Matriz Curricular do Curso de Formação de Oficiais - CFO da Polícia Militar do Distrito Federal do ano de 2012

CURSO: CIÊNCIAS POLICIAIS - Modalidade: BACHARELADO				
Carga Horária Total:		3.220 horas/aula		
Carga Horária Teórica:		2.145 horas/aula		
Carga Horária Prática:		835 horas/aula		
Carga Horária Prática Profissional Supervisionada:		355 horas/aula		
Carga Horária: Atividades Complementares:		240 h		
PRIMEIRO ANO				
Nº	DISCIPLINAS	Carga Horária		
		Teoria	Prática	Total
1	Introdução às Ciências Policiais	45		45
2	Comunicação Social	45		45
3	Introdução ao Estudo do Direito e Direito da Segurança Pública	90		90
4	Educação Física I		75	75
5	Fundamentos Históricos da PMDF, Valor e Ética Profissional	60		60
6	Legislação e Regulamento PMDF	75		75
7	Metodologia Científica	30		30
8	Direito Constitucional	75		75
9	Direito Internacional e Direitos Humanos	75		75
10	Direito Penal I	60		60
11	Criminalística e Criminologia	60		60
12	Armamento, Munição e Tiro I	15	60	75
13	Sociologia do Crime	45		45
14	Policiamento Ostensivo I	15	60	75
15	Prática Profissional I		115	115
16	Atividades Complementares I			80
Subtotal		690	310	1080

SEGUNDO ANO				
Nº	DISCIPLINAS	Carga Horária		
		Teoria	Prática	Total
17	Educação Física II		75	75
18	Gestão de Orçamento e Finanças	60		60
19	Direito Administrativo I	60		60
20	Direito Civil I	30		30
21	Direito Penal II	60		60
22	Direito Processual Penal	45		45
23	Armamento, Munição e Tiro II	15	60	75
24	Policiamento Comunitário	60		60
25	Meios de Comunicação Institucional e Operacional	45		45
26	Gestão Pública de Pessoal	60		60
27	Direito Ambiental	45		45
28	Direito Penal Militar	45		45
29	Direito Processual Penal Militar	45		45
30	Processo Administrativo Disciplinar	60		60
31	Uso da Força e Técnicas e Tecnologias menos letais	15	30	45
32	Policiamento Ostensivo II	15	60	75
33	Prática Profissional II		120	120
34	Atividades Complementares II			80
Subtotal		660	345	1085

TERCEIRO ANO				
	DISCIPLINAS	Carga Horária		
		Teoria	Prática	Total
35	Direito Civil II	30		30
36	Direito Penal III	60		60
37	Psicologia da Violência	45		45
38	Direito Administrativo II	30		30
39	Legislação Extravagante aplicada à Atividade Policial	45		45
40	Gestão de Logística	60		60
41	Elaboração e Gestão de Projetos	45		45
42	Tecnologia da Informação	45		45
43	Análise Criminal	60		60
44	Gestão de Operações Policiais	60		60
45	Inteligência Policial	60		60
46	Estratégias Contemporâneas em Segurança Pública	45		45
47	Gerenciamento de Crises	60		60

48	Gestão Correicional	45		45
49	Socorro de Urgência, Atendimento Pré-hospitalar e Plano de Combate a Incêndio.	15	15	30
50	Policciamento Ostensivo III	45	30	75
51	Prática Profissional III		120	120
52	Atividades Complementares III			80
53	Trabalho de Conclusão de Curso	60		60
Subtotal		810	165	1055

1º Ano	690	310	1080
2º Ano	660	345	1085
3º Ano	810	165	1055
TOTAL	2160	820	3220

DISCIPLINAS OPTATIVAS		Carga Horária		
		Teoria	Prática	Total
54	Libras	60		60
55	Educação das relações étnicas raciais	30		30
56	Ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena	30		30

Fonte: Projeto Pedagógico de Curso do CFO de 2012: Bacharelado em Ciências Policiais – ISCP/PMDF

Quadro 5 - Matriz Curricular do Curso de Formação de Praças - CFP da Polícia Militar do Distrito Federal do ano de 2014

Nº	DISCIPLINAS	Carga horária
1	Fundamentos Históricos, Valor e Ética da PMDF	30
2	Processo Administrativo Disciplinar na PMDF	30
3	Legislação Organizacional e Regulamentos da PMDF	30
4	Meios de Comunicação Institucional e Operacional	20
5	Armamento Munição e tiro	40
6	Técnicas e Tecnologias Menos que Letais e Uso da Força	20
7	Policciamento Ostensivo Geral	20
8	Abordagem Policial	40
9	Redação Oficial	20
10	Defesa Pessoal	40
11	Treinamento Físico Militar – TFM	60
12	Direito Penal	25
13	Direito Militar	25

14	Direito Processual Penal	15
15	Termo Circunstanciado aplicado à PMDF	15
16	Direito Administrativo da Ordem Pública (Polícia administrativa)	15
17	Legislação Extravagante	30
18	Tiro Prático	30
19	Inteligência Policial	20
20	Gerenciamento de crises	20
21	Policiamento em Grandes Eventos e Controle de Distúrbios Cívicos	20
22	Policiamento Ambiental	30
23	Policiamento Ostensivo de Trânsito	40
24	Policiamento Tático Motorizado	10
25	Patrulha Policial	20
26	Rádio patrulhamento	30
27	Noções de Operações Policiais Especiais	10
28	Primeiros Socorros	20
29	Prevenção e Combate a Incêndio	10
30	Psicologia das Relações Humanas e a Atividade Policial	15
31	Noções de Pilotagem Policial	15
32	Prevenção e Repressão às Drogas	20
SUBTOTAL		785
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		
33	Ordem Unida (teoria e Prática)	30
34	Prática Profissional (Estágio Supervisionado)	100
35	A Disposição da Divisão de Ensino	30
36	Formaturas Semanais e de Conclusão do Curso	40
37	Serviço de Orientação Educacional e Psicologia - SOEP	20
38	Chefia e Liderança (seminário)	10
SUBTOTAL		230
EAD		
39	Polícia Comunitária EAD*	40
40	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos I – EAD*	60
41	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos II – EAD*	60
42	Atuação Policial frente aos Grupos Vulneráveis – EAD*	60
43	Violência, Criminalidade e Prevenção – EAD*	40
44	Filosofia de Direitos Humanos Aplicada à Atuação Policial – EAD*	60
45	Condução de Veículos de Emergência – EAD*	60
SUBTOTAL		380

Carga Horária Presencial	785
Atividades Complementares	230
Carga Horária - EAD	380
Carga Horária Total do Curso	1395

***Disciplinas Ministradas em Ensino a Distância (EAD) SENASP.**

Fonte: Plano de Curso do CFP de 2014 – Curso de Formação de Praças – EsFP/PMDF

Por meio dessas duas grades curriculares implementadas nos dois últimos cursos que ocorreram na referida Corporação, temos, então uma base sobre as disciplinas, sobre a quantidade de horas aula e sobre a estrutura e funcionamento dos respectivos cursos. Primeiramente, ao verificarmos essas grades curriculares, tanto do CFO quanto do CFP, observamos que não indicam diretamente disciplinas voltadas exclusivamente para o ensino e aprendizagem da linguagem policial (*policialês*), ou seja, a Corporação não trata sobre o contexto específico da linguagem policial como um meio cultural e próprio da carreira profissional de polícia. O policial militar acaba não sabendo o que é a sua linguagem, do que ela é constituída, e como implementá-la no trabalho, isto é, não recebe e nem reflete sobre os componentes e extensões comunicativas no dia a dia de serviço.

Esse problema parece não ser algo exclusivo das instituições policiais, outras instituições públicas relevantes do País, também, não dão às suas linguagens profissionais, a devida importância que elas merecem, ou seja, não enxergam, de fato, que falam uma linguagem diferente, específica e própria das funções que executam, assim, acabam não discernindo, a riqueza cultural, técnica e científica contida em suas linguagens profissionais, como é o caso das instituições jurídicas, das instituições de saúde etc.

Grande parte dessas instituições profissionais costuma ensinar ou simplesmente repassar aos seus profissionais em formação, apenas poucos elementos ou exemplares comunicativos pertencentes a aspectos de sua própria linguagem profissional. Do mesmo modo, acabam também não contextualizando aos recém-profissionais a usabilidade social e contextual da sua comunicação.

Portanto, os profissionais pertencentes a essas áreas acabam possuindo uma vaga noção de que falam um linguajar diferente e próprio, mas, por outro lado, não sabem dizer do que se trata e, tampouco, sabem usar essa linguagem de modo adequado. Conforme ao que já aludimos, o processo de ensino de línguas, bem como de linguagens deve ser ofertado por um agente professor que possui uma filosofia, isto é, uma abordagem formada por um conceito do que é língua e linguagem, bem como do que se trata e do que se constitui essa língua e a linguagem então ensinada (ALMEIDA FILHO, 2013).

Primeiramente, para o policial atuar em suas áreas funcionais de policiamento, ele precisa adquirir a linguagem específica do mundo policial, saber os elementos verbais e não verbais, bem como os elementos formais e informais. Como mencionado anteriormente, a linguagem policial é parte essencial da identidade policial (PONCIONI, 2014). Desse modo, ela carrega os traços culturais, institucionais, as crenças, os valores, os conhecimentos operacionais (técnicos e científicos) da profissão etc.

Percebe-se que todos esses traços que a linguagem policial detém, além de contribuírem para o processo de socialização, corroboram também o processo de construção de identidade, fortalecendo assim o aspecto cultural desses agentes, e esse processo se inicia nas respectivas academias de polícia e, por conseguinte, vai se consolidando cada vez mais no decorrer da carreira. Assim, para ter certa competência comunicativa, a policial precisa primeiramente adquirir e depois aprender a usar a sua própria linguagem em diversos contextos sociais.

Dentro desse argumento, retomo o que foi refletido por Almeida Filho (2011), ou seja, a competência comunicativa está diretamente ligada à base cultural e essa base cultural só se movimenta por meio das atitudes, dos comportamentos, das representações, dos costumes e da manifestação da linguagem.

A PMDF possui uma visão educacional adequada ao processo da formação policial, com base na organização de conhecimentos divididos em teorias e práticas e, por meio dessa visão, a Corporação busca construir, nos policiais em formação, as competências conceituais, procedimentais e atitudinais⁴⁴. Porém, em se tratando da parte de competência comunicativa social, há uma falha nessa construção, devido a essa falta de uma abordagem específica do ensino de linguagem policial. Se o policial não possui o conceito do que é a sua própria linguagem, as outras competências não se consolidam, isto é, os aspectos procedimentais e os aspectos atitudinais que envolvem a comunicação.

Por outro lado, a falta de um conceito científico do que é a linguagem policial, além de comprometer a aquisição e a aprendizagem dessa mesma linguagem policial, durante o processo de formação policial, enfraquece o desenvolvimento da competência comunicativa por parte dos policiais em suas atividades profissionais. Desse modo, as relações e as interações sociais por parte desses profissionais frente à sociedade, de um modo geral, acabam sendo prejudicadas. Para uma melhor apreciação, se faz necessário avaliarmos as ementas das

⁴⁴ Informações obtidas no Projeto Pedagógico de Curso do CFO de 2012 e no Plano de Curso do CFP de 2014 da PMDF.

respectivas disciplinas dos cursos de formação policial que contenham certas relações ao contexto da comunicação e linguagem policial.

Quadro 6 - Ementas das disciplinas do CFO

Comunicação Social	Carga horária	45 horas
Ementa: Comunicação e comportamento pessoal/social. A arte de falar em público. Comunicação Organizacional e Cultura organizacional. Assessoria de Imprensa. Relacionamento com a mídia. O que é opinião pública. Redação Oficial. <i>Marketing</i> e propaganda.		

Meios de Comunicação Institucional e Operacional	Carga horária	45 horas
Ementa: O complexo sistema de comunicação que constitui e estrutura o Sistema de Segurança Pública. Básico de informática (<i>internet</i> , rede) e telemática (terminais embarcados).		

Libras (Matéria Optativa)	Carga horária	60 horas
Ementa: Noções básicas da língua de sinais brasileira. Conceitos, cultura e a relação histórica da surdez com a língua de sinais. A gramática da língua de sinais. Aspectos sobre a educação de surdos. Teoria da tradução e interpretação. Técnicas de tradução em Libras/Português; técnicas de tradução em Português/Libras.		

Fonte: Projeto Pedagógico de Curso do CFO de 2012: Bacharelado em Ciências Policiais – ISCP/PMDF

Quadro 7 - Ementas das disciplinas do CFP

Redação Oficial	Carga horária	20 horas
Ementa: Comunicação escrita e falada como instrumento gerador de consequências justas, corretas, objetivas e transparentes no âmbito da Corporação, buscando clareza precisão e concisão na elaboração da comunicação oficial com estrita observância aos Manuais de Redação Oficial e de identidade visual da PMDF.		

Meios de Comunicação Institucional e Operacional	Carga horária	20 horas
Ementa: Utilização, de maneira eficaz, legal e eticamente sustentável, o complexo sistema de comunicação que constitui e estrutura o Sistema de Segurança Pública. Básico de Informática (<i>internet</i> , rede) e telemática (terminais embarcados).		

Fonte: Plano de Curso do CFP de 2014 – Curso de Formação de Praças – EsFP/PMDF

Basicamente, como já apontado acima, a Corporação não possui uma disciplina “guarda-chuva” específica sobre o *policialês*. O que é observado é que ao invés de abordar, em primeiro plano, o construto da *linguagem base policial*, e depois partir para o segundo plano, que são os elementos dessa mesma linguagem policíesca em uso, a referida Corporação já parte diretamente para o segundo plano, abordando ainda, alguns elementos de uso da linguagem policial, conforme as disciplinas contidas e apresentadas nas respectivas grades curriculares: do CFO – Comunicação Social / Meios de Comunicação Institucional e

Operacional e Libras; do CFP – Meios de Comunicação Institucional e Operacional e Redação Oficial.

Ao avaliarmos as ementas dessas disciplinas, observamos que elas apresentam também uma abordagem mais voltada ao aspecto estrutural, isto é, não tratam sobre a interatividade social como um todo. A abordagem estrutural está mais ligada às regras formais e sistêmicas, e a abordagem comunicacional está mais ligada a contextos sociais e interacionais (ALMEIDA FILHO, 2013).

Assim, como observado, os respectivos conteúdos fazem parte de uma prévia formalização institucional (documentos e protocolos) com vistas a uma padronização sistemática das comunicações policiais, isto é, tratam basicamente das regras institucionais para o uso de alguns elementos de comunicação, ou seja, sobre os aparelhamentos comunicativos (sistemas de rádio, de *internet*), nos meios midiáticos como contextos de comunicação social e entre os agentes policiais.

É verificado também que as respectivas disciplinas possuem alguns objetivos específicos, voltados diretamente a algumas questões institucionais e estruturais, tais como: as relações públicas midiáticas; o *marketing* institucional; a uniformização das comunicações oficiais contidas nos Manuais de Redação Oficial; o correto manuseio dos equipamentos de rádios de comunicação, pertencentes à Corporação; as características e as instalações desses equipamentos, regras gerais, códigos comuns e conveniados para a comunicação via rede-rádio etc.

As cargas horárias das disciplinas tanto do CFO quanto do CFP, apesar de serem poucas, são razoáveis para o tipo de abordagem atual de ensino utilizada pela Corporação, isto é, a estrutural. Porém, caso haja uma mudança no tipo de abordagem, ou seja, de estrutural para comunicativa, as cargas horárias se tornam insuficientes. Outro fator observado é que por talvez possuir uma carga horária bem maior, o CFO, ao contrário do CFP, aborda a comunicação social, porém, com um foco mais voltado ao aspecto midiático e não ao público em geral.

O CFP, talvez pelo pouco tempo que possui para a formação dos praças policiais, já não aborda nada a respeito de comunicação social. Os únicos conteúdos comuns aos dois cursos são as comunicações por meio dos atos administrativos elencados nos manuais de redação oficial da própria Corporação e o uso, bem como o manuseio dos equipamentos de radiocomunicação.

A outra disciplina que envolve a comunicação na grade horária é a Língua Brasileira de Sinais – Libras, porém, só é ofertada no CFO e ainda como matéria optativa, ou seja, não é

obrigatória. Observa-se que esse fator também carrega certo prejuízo na construção da competência comunicativa por parte dos policiais militares em formação, uma vez que os surdos também fazem parte de nossa sociedade e também precisam usufruir do mesmo serviço policial, serviço esse, extremamente relevante e essencial à sociedade como um todo.

Porém, há que ressaltar que dentre as respectivas grades curriculares dos cursos, existem enfoques de cunho interativos e construtivos (práticas profissionais). Não se trata de uma abordagem de ensino, mas, de importantes elementos curriculares (conteúdos disciplinares) que envolvem certos contextos sociais ligados aos serviços policiais, e algumas dessas disciplinas possuem uma carga horária satisfatória, como é o caso das disciplinas do CFO – Policiamento Ostensivo I, II e III e Prática Profissional I, II e III e da disciplina do CFP - Prática Profissional (Estágio Supervisionado) que implicam a interação via linguagens com o público.

Observa-se que essas disciplinas apresentam traços de abordagem construtiva e interativa, o que acaba favorecendo a aquisição de outras competências policiais, tais como, táticas, métodos e técnicas operacionais, mas, para o contexto da linguagem e comunicação policial, pouco ajuda, pois é preciso que haja de fato, uma abordagem comunicativa envolvendo aspectos ELFE de contextos da prática policial e não, poucos elementos da abordagem comunicativa.

A abordagem comunicativa do ensino da linguagem policial deve ser construída e especificada juntamente com a abordagem da funcionalidade policial, e os contextos devem possuir objetivos constitutivos dessa funcionalidade para fins de aquisição, por parte dos policiais, de todas as competências policiais (operacionais e comunicacionais).

4.1.3. Entrevistas com os oficiais comandantes das escolas de formação policial - EsFO/EsFP⁴⁵

Para uma melhor e mais completa implementação da pesquisa, fez-se necessário conduzir uma entrevista com os respectivos comandantes das escolas de formação policial da PMDF, isto é, a Escola de Formação de Oficiais – EsFO e a Escola de Formação de Praças – EsFP. As respostas dos comandantes reforçam a interpretação já apresentada de que as disciplinas que contêm aspectos de comunicação e linguagem policial, ministradas durante os cursos de formação policial, não apresentam elementos suficientes para o desenvolvimento da

⁴⁵ Legenda das transcrições: ... representam as pausas ou alongamentos de palavras; [...] representam eliminações de pequenas palavras ou segmentos não compreendidos e as partes destacadas em negrito representam as partes mais importantes às perguntas.

competência comunicativa por parte dos policiais. Vejamos as declarações diretas dos comandantes das referidas escolas:

1. Dentro das disciplinas de Comunicação/Telecomunicações, o que é ensinado aos novos policiais militares nos respectivos cursos de formação policial?

A disciplina, atualmente, a gente chama de meios de **comunicação policial militar**. Em alguns cursos, a gente chama de **meios de comunicação institucional**. É, e na verdade, o que, que a gente já tem que começar a pensar também, **a gente já tem que começar a pensar até nas interações dos policiais militares em redes sociais também, até na questão da preservação da instituição em redes sociais. Mas a questão da comunicação, dos meios de comunicação, a gente ensina o policial; o que, que eu preciso que o policial saiba minimamente? Operar os equipamentos, que os equipamentos, recentemente, passaram de uma... foram modernizados, né? Saíram de um sistema analógico e foram para um sistema digital, então eu preciso que o policial saiba operar esse equipamento, saiba o *time* do equipamento, é, saiba o *time* da mensagem também, porque a mensagem, por meio de um equipamento de rádio, mesmo que seja um equipamento digital, não é igual conversar por meio de telefone celular, é..., então ele tem que saber até, codificar essa mensagem pra mandar pra outro policial, pra que a mensagem seja clara na rede, né? Hoje, graças a Deus, com essa questão da rede digital, é, cortou os ruídos, porque antigamente também a comunicação por rádio, ela tinha muitos ruídos, então hoje a modernização já cortou os ruídos que já melhorou muito. A questão da comunicação institucional também, por meio do sistema da Polícia Militar é uma forma da instituição se assegurar, porque aquela comunicação, ela fica gravada; o policial, ele utiliza do Código Q, o policial se utiliza, é, de algumas composições, ali, é..., por exemplo, não tá no Código Q, mas um *Romeu Fox*, por exemplo, né? [...] então é, algumas coisas ali, além do Código Q, algumas linguagens, algum linguajar, é... que já... são, tem um significado, uma significação já [...] pelo grupo, né? Já, pré-estipulado pelo grupo. Então, é..., e a questão da comunicação, ela é muito prática, na questão também da operacionalização dessa comunicação policial militar, e aí o policial ele tem que saber operar um *HT* (rádio portátil), tem que saber operar um equipamento embarcado em viatura e tem que saber essas questões da, de como funciona o equipamento, de como que aquela mensagem é obtida e de como ela é recebida por outra parte. (Comandante da EsFO).**

Bom, especificamente, na Polícia Militar, é... a gente ensina os **códigos de comunicação é... policial! São códigos internacionais, né? Aquele Alfabeto Q, é..., e... tem, também com relação à disciplina do rádio, as pessoas não podem falar palavrão, por exemplo, elas têm que se comunicar bem!** Então, tem que ser objetivo, isso tudo é passado é... par-e-passo, né? Dentro desse curso. Então ele vai aprender a conhecer o Código de Ocorrências, a gente tem um código de ocorrência extenso, mas ele tem que aprender esse código e, **então tem os códigos internacionais também de comunicação, no nosso caso, o Código Q é o mais usado e, dentre esses, a comunicação normal, né?** De... a pessoa tem que se fazer entender, então ele tem que saber dizer qual o tipo e a natureza da ocorrência, ele tem que dizer o endereço corretamente, por isso, que ele tem que ser claro, objetivo e preciso, então isso tudo é treinado, né? **A gente faz treinamento, tanto em sala de aula, como em ambiente real, principalmente, na época do estágio, a gente vai ter uma época de prática profissional, aonde esse aluno ele vai ter a oportunidade, ele vai ser avaliado, aliás, ele é avaliado o tempo todo, né?** Desde o dia que ele começa o curso até no dia da formatura, é..., então assim, a avaliação é constante, mas... tem os efeitos de matéria que ele tem que cumprir, então ele tem que ter os requisitos cumpridos em cada matéria, então para ele cumprir esses requisitos ele tem que aprender bastante o que lhe é ensinado. (Comandante da EsFP).

2. Como são dados os respectivos conteúdos, há uma aplicação de teoria e depois prática?

É! Ah... na verdade, toda formação nossa, a gente, é, aplica teoria e a prática, né? E a gente ainda tem um estágio supervisionado, antes do estágio a gente tem uma simulação aqui dentro, para não constranger o policial no meio da população, porque a população não vai entender que aquele policial é um policial em formação, então a gente tem, eu diria que a gente tem dois estágios práticos, né? Um estágio prático interno e um estágio prático na rua; até porque a, a emoção, né, o policial às vezes ele sabe, mas ele tem que administrar um turbilhão de emoções, um turbilhão de questões, principalmente o oficial que eu formo aqui, porque o oficial, às vezes ele chega numa ocorrência e ele tem problemas, problemas de natureza jurídica, problemas de natureza social, gente gritando, é..., problemas diversos, e ele tem que saber administrar aquilo, ele tem que saber centrar as emoções dele, porque ele também não pode perder o controle, né? Então, é tudo isso, tá envolvido aí, e a gente também, sempre coloca, é, cada policial, vamos dizer assim, é, rodízio! Um rodízio entre cada uma das funções nos componentes ali. (Comandante da EsFO).

[...] Tem a parte..., **a gente tenta fazer da mais pragmática forma possível, e até, primeiro, para não ficar maçante e pra, realmente, eles entenderem o contexto do trabalho policial, então é, dentro da sala de aula tem a parte teórica, tem o ambiente laboratorial dentro ainda da academia, mas o que a gente verifica mesmo é o contexto prático na época da prática profissional.** (Comandante da EsFP).

3. Há alguma utilização de materiais didáticos ou análogos por parte dos instrutores ou professores na aplicação dessas disciplinas aos policiais em cursos diversos? Se sim, que tipos de materiais são utilizados?

O que eu preciso é do equipamento que está em uso na instituição, então o mesmo equipamento em uso na instituição. Dentro desse equipamento em uso na instituição, **nos temos certo número de rádios portáteis e nos temos certo número de viaturas com rádio embarcado,** é..., e aí nós [...], a pessoa que dá a matéria, ele, geralmente, é uma pessoa da nossa Diretoria de Telemática, né? Da DiTel que é onde tá administrando essa questão hoje, então eles têm recursos tecnológicos pra fazer ali, operar uma minicentral de rádio, é..., e isso é uma questão prática pra gente [...], **e nós temos o material escrito também que é a, a parte teórica, então eu trabalho com a parte teórica e trabalho com a parte prática.** (Comandante da EsFO).

É! A gente tem uma bibliografia bem extensa, né? Como você viu nós temos aqui 1.395 horas aula, no total, de curso de formação de praças, ou seja, ao final, o policial, ele vai se formar é, um policial de segunda classe que é a primeira, assim que se forma, depois da formatura, ele se torna um soldado segunda classe, então pra ele chegar nesse... é, nessa formação, nós temos então, esse currículo extenso, então, a bibliografia também é muito extensa, então cada matéria é tem uma bibliografia diversa, assim como as técnicas, né? A gente tem livros, manuais, apostilas; hoje os recursos audiovisuais, a gente utiliza todos, é... a gente utiliza o quadro branco, a gente utiliza, ou melhor, o quadro negro, né? Mas, agora é branco, por conta de ser, a gente usar o pincel, né? E, a gente inclusive, tem uns quadros, hoje, é... aqueles eletrônicos que a gente interage com o PowerPoint, por exemplo, é..., então, todos os recursos audiovisuais que a gente pode, é... oferecer e, as matérias que também de campo, aí [...], mas a gente utiliza massivamente, livros apostilas, manuais, dos mais diversos possíveis, inclusive, de outras forças, a gente tem manuais de policiamento, que nós temos na bibliografia, a gente usa também de outras polícias, São Paulo é uma polícia que produz muito, então a gente tem muita coisa de São Paulo, muita coisa de “Minas”, é claro, que a gente

tem os nossos também, mas a gente não fica só, preso no nosso, **a gente vai buscar excelência, inclusive, até alguns manuais internacionais, no caso do Código Q, é um código universal, tem outros códigos, né?** É o Código Morse, por exemplo, não é ensinado nos cursos, a gente vai citar, vai, deve, pode até fazer uma demonstração, mas ele não é utilizado, hoje em dia, aqui na Força, aqui no Distrito Federal, e eu não sei se no Brasil, é! Acho que não! Eu acho que ele é mais utilizado, por exemplo, nas Forças Armadas, mas, o que, como o nosso serviço é muito dinâmico, não é? E muito prático, então, também, não se faz necessário, o Código Q é o mais usado, de fato né? É o mais próximo da realidade, nossa, do nosso cotidiano, que a nossa batalha é o dia a dia. (Comandante da EsFP).

4. Os professores que ministram os cursos de Comunicação, bem como de Telecomunicações, são formados para atuar como professores? São policiais? Se não, têm experiências com linguagens policiais?

Hoje, [...], todos os professores nossos [...] eles são, no mínimo, especialistas, né? Então eles, no mínimo, têm uma especialização [...]. [*Reforço da pergunta por parte do autor – Mas, hoje é, são todos policiais, que ministram os cursos de comunicação, tem algum civil aqui?*]. A questão porque, é..., **envolve essa dinâmica prática no equipamento da instituição**, se eu tenho; quando eu tinha equipamento terceirizado eu poderia ter uma participação de civil, da empresa terceirizada, mas como um apoio técnico, **a cadeira sempre é de um policial militar**, porque nós já tivemos problema, recentemente até, é, com questão de posicionamento em rede social de um professor nosso; então assim, a questão do [...], **nós temos professores civis aqui!** E, e igual eu diria que em número de meio a meio, o número de professores militares e civis, **mas tem algumas cadeiras muito voltadas para as atividades, que são muito técnicas, e aí fica complicado colocar um civil.** (Comandante da EsFO).

São, são formados, é! A gente tem a formação técnica. Bom! Além, da formação que ele já tem da Polícia Militar, da academia, ou seja, no mínimo ele é um graduado ou um oficial, os graduados são as praças até subtenente, é... Cabo, sargento e subtenente e os oficiais. [*Pergunta do autor – Então, eles são policiais?*] São na sua grande maioria e, quando a gente tem necessidade, a gente também contrata professores, né? **Hoje, a gente tem o Instituto Superior de Ciências Policiais que possibilita isso, então, o, aquele especialista que a gente precisa, é..., hoje, nós temos uma formação acadêmica muito grande dos policiais, nós temos Mestres e Doutores das diversas áreas, dentro da Polícia Militar, né?** Que são tanto praças como oficiais, né? Então eles são formados. Exemplo de comunicação, **a gente manda pra empresa lá, que a gente utiliza os rádios, que a gente utiliza nas viaturas ou os rádios pessoais, então, a gente manda esse policial pra lá, pra fazer uma especialização na empresa que fornece o material, e aí ele vem e, tem condição de ministrar aula com esse curso de especialização que a gente fez com que ele... é... fizesse lá na empresa, né? Então, aquele que a gente não consegue ter no nosso, vamos dizer assim, no nosso plantel de professores e instrutores internos, aí a gente contrata os especialistas que a gente precisa fora.** Ah! A gente precisa do “papa” de comunicação e, ele se encontra, sei lá, no Rio de Janeiro, ok! A gente vai fazer um contato com ele, né? Vai verificar a disponibilidade e, se possível, contratá-lo pra complementar essa disciplina. [*Pergunta do autor – Então, hoje, na polícia, é... os professores que ministram esses cursos voltados à comunicação são apenas policiais, não tem nenhum civil?*] **É... na sua maioria, a gente não tem civis nessa matéria, é... de comunicação, é, a comunicação que a gente tem, é mais essa comunicação mesmo, operacional, né? Então é difícil a gente ter um especialista que não seja policial militar. Pode ser que tenha! Se tiver necessidade, é... pode ser que tenha necessidade, se tiver necessidade, a gente vai buscar esse profissional, mas hoje, na sua maioria, são policiais militares.** (Comandante da EsFP).

Por meio das entrevistas com os respectivos comandantes das escolas de formação policial da PMDF, nota-se facilmente que existe na Corporação, uma abordagem mais voltada ao formalismo sistêmico e estrutural no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem de linguagem e comunicação policial. Porém, nota-se também que existem alguns elementos comunicativos nos respectivos cursos e não uma abordagem comunicativa de fato.

É evidente também que a PMDF, a partir dos cursos de formação na Corporação, proporciona aos novos policiais a competência operacional, por meio de práticas e atividades diversas, de forma recorrente, porém, apesar de também proporcionarem a esses mesmos policiais, práticas em cursos voltadas ao aspecto de comunicação, essas práticas visam, tão somente, o exercício sistemático dos códigos de comunicação via rede de rádio. Assim sendo, não visam à aquisição da linguagem e, tampouco, ao desenvolvimento da competência comunicativa de forma integral.

Alguns desses aspectos levantados reforçam a sistematicidade que envolve o ensino da comunicação e linguagem policial, dentre eles, os objetivos específicos com vistas à operacionalidade dos equipamentos de rádio, a simples fixação dos códigos internacionais de comunicação (Código Q, Alfabeto Fonético Internacional e Expressões conveniadas), a ética e a conduta policial para a comunicação, a utilização ainda persistente de manuais provindos de nossas Forças Armadas e, por conseguinte, a carência na elaboração de alguns manuais próprios para contextos específicos de policiamento.

Contudo, é válido ressaltar outra vez, conforme as respostas dos comandantes, alguns elementos comunicativos durante os cursos e, também, por outro lado, o fortalecimento na PMDF, do cientificismo na formação profissional dos policiais e a quebra do paradigma da formação estrutural de outrora, a *tradicional*, como apontado por Poncioni (2005), ou seja, o antigo adestramento básico militar, a formação mecânica em descompasso com a função de policiamento na sociedade. Esse novo paradigma, apesar de ser algo ainda novo na Instituição, já mostra ser uma forte evidência do desenvolvimento de competências essenciais para a função policial de forma mais adequada, os próprios comandantes entrevistados, possuem um nível elevado de formação acadêmica, bem como uma visão mais voltada ao academicismo para a constituição de uma nova polícia militar para o DF.

Conforme especificado nas respostas, a PMDF possui, atualmente, em seus quadros policiais, especialistas, mestres e doutores em diversas áreas do conhecimento científico, além de contar com o Instituto Superior de Ciências Policiais – ISCP, o que vem contribuindo para a criação de abordagens científicas em todo o processo de ensino e aprendizagem dos

conhecimentos táticos e técnicos policiais. E apesar de ainda não existir uma abordagem comunicativa específica voltada ao processo de ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial, esse novo conceito existente na Corporação (policiais com o nível de formação acadêmica elevado) tem sido uma esperança, uma “tábua de salvação” quanto ao processo de ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial, bem como para o ensino e aprendizagem de outras práticas e técnicas operacionais.

4.1.4. Entrevistas com os policiais militares recém-formados nas unidades de área da PMDF

As entrevistas com os policiais militares recém-formados foram fundamentais para a avaliação do respectivo processo de ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial; assim, a partir das respostas adquiridas, foi possível comprovar a existência, na presente Corporação, de uma abordagem mais estrutural envolvendo o processo de ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial, ou seja, uma abordagem ainda inapropriada à formação policial nesse aspecto. Vejamos as respostas dos policiais:

1. Em relação ao tema Comunicação Social/Telecomunicações, o que os senhores aprenderam em seus cursos de formação policial?

Bem! **Eu aprendi o Código Q, a mexer no rádio, pelo menos no rádio antigo.** A PM ela tá passando por um processo de **modernização**, então, **nós adquirimos um novo rádio, infelizmente, nesse a gente ainda não teve um curso, mas quanto ao rádio antigo a gente tem um curso, também de forma básica, é... o Código Q, a falar no rádio e, quanto a comunicação, mais voltado pra comunicação social, também nós tivemos algumas matérias básicas, como se portar em entrevistas, é..., ter cuidado a, a, ao que falar, evitar gírias, essas, coisas.** (2º tenente do 10º BPM, recém-formado do CFO).

No curso de formação? **Eu aprendi o diálogo, como deve ser feito, como que funciona o aparelho; é... como que deve ser a comunicação entre... via rede rádio, entre policiais e pela rede, basicamente isso, funcionamento e como deve ser!** [*Reforço da pergunta do autor – comunicação social, alguma coisa?*] de comunicação social? Ham... a gente teve pouco, **a gente teve mais de... comunicação via rádio mesmo, de comunicação social foi bem pouco mesmo, não teve muita não!** (Soldado do 4º BPM, recém-formado do CFP).

2. Que tipo de linguagens os senhores utilizam nas comunicações de serviços operacionais e entre os seus próprios pares?

Então isso aí seria mais uma situação interna nossa aqui, né? [*Resposta do autor – Interna né, e operacional, entendeu? Entre vocês mesmos!*] **Numa situação interna, a gente utiliza mais... é, uma situação mais cordial mesmo, né?** Pelo menos a minha visão é essa, mais tranquila mais cordial, como um profissional, nada mais. **E com a situação do policial militar com a sociedade, também da mesma**

forma! Bem profissional, **é uma linguagem... é, é comum usado no dia a dia**, mas de forma profissional. (2º tenente do 10º BPM, recém-formado do CFO).

Como assim o tipo de linguagem? [*Esclarecimento da pergunta por parte do autor - Qual tipo de linguagem; linguagem técnica, linguagem mais cordial, mais informal?*] Depende... no serviço operacional, né? É..., bom, depende, né? O policial com quem eu trabalho todo dia é um, mais informal, com aqueles policiais que a gente não tem tanto contato... é... de forma mais formal, mas não, assim, não tem um padrão, é totalmente de forma formal ou totalmente, não tem esse padrão! [*Reforço da pergunta do autor - Códigos de serviços?*] Resposta da policial – **Via rede rádio, mas, alguns no dia a dia, que são codinomes de, por exemplo, refeição que a gente usa o RF, essas coisas assim, não tem um padrão fixado, não tem isso muito não.** (Soldado do 4º BPM, recém-formado do CFP).

3. Ao saírem de seus respectivos cursos, os senhores se sentiram preparados ou aptos para a prática de comunicação operacional (policial x policial), bem como social (policial x cidadão comum)?

Eu acho que toda pessoa quando sai de uma faculdade ou de um curso de formação, ela, ela... estremece, quando vai pra vida, pra vida real, né? Porque... é onde há um confronto de todo conhecimento que obteve, né? **No meu caso específico, eu não me senti muito preparado, isso tudo porque, na vida real, não sei se também é possível, mas era muito, muito diferente do que, do que passou no plano teórico lá da academia.** (2º tenente do 10º BPM, recém-formado do CFO).

Sim, sim, de comunicação sim! A gente sai muito cru em relação à vivência, mas de comunicação a gente teve um preparo bem..., assim, muito bom. (Soldado do 4º BPM, recém-formado do CFP).

4. Em seus períodos de atuação policial, já se depararam com alguma palavra que não souberam interpretar ou entender?

Ah! Tem algumas, alguns casos que sim! Que..., às vezes eu sei o, o significado, mas a pessoa que tá falando, ela não sabe, e eu entendo de uma forma e ela, no entendimento dela, ela tá falando de outra forma, tem vários casos dessa forma. (2º tenente do 10º BPM, recém-formado do CFO).

Mais jargões de rua, às vezes a gente vai fazer uma abordagem e o abordado usa alguns jargões que a gente não teve conhecimento, por ser assim, características do local mesmo, né? Você vai trabalhar em determinada área; é regionalismo mesmo! Igual você tá aqui, aqui em Brasília aí você vai pra Minas, você não entende algum jargão que é usado lá, mas isso, agora do serviço mesmo não. [*Reforço da pergunta por parte do autor - Entre seus pares, você conseguiu interpretar todas as palavras até agora?*] continuação da resposta da policial – **Sim, sim, tranquilo, não tem muita variação do vocabulário, do que a gente usa no dia a dia não.** (Soldado do 4º BPM, recém-formado do CFP).

5. Os senhores sabem especificar o que são comunicações verbais e não verbais? Se sim, podem dar exemplos desses dois tipos de comunicações utilizados no serviço policial?

Bem, eu acredito que a comunicação verbal, é, são as palavras, né? E a não verbal, ela inclui, abrange o restante, os gestos, a postura da pessoa, né? (2º tenente do 10º BPM, recém-formado do CFO).

Sim, verbal é que a gente tá fazendo agora, (risos) e a não verbal é... [*Reforço da pergunta por parte do autor – Me dá exemplos de algumas linguagens verbais e não verbais que vocês utilizam aqui!*] Continuação da resposta – Assim..., a comunicação verbal é o que a gente tá falando agora, é... a conversa mesmo, o som saindo, a verbalização; a..., **a não verbal é mais expressão corporal, é a face da pessoa, por exemplo, você vai fazer uma abordagem, você percebe que ela tá mais tensa, pela forma como o corpo dela reage, como você inicia a abordagem; isso seria a não verbal.** (Soldado do 4º BPM, recém-formado do CFP).

Por meio das entrevistas, se observa claramente uma possível falha que a abordagem estrutural ocasiona ao processo de ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial. Na primeira assertiva, os policiais recém-formados lembram apenas de alguns dos códigos repassados durante o curso de formação, bem como a respeito da funcionalidade operacional do aparelho de rádio. E ainda na primeira assertiva também, os próprios policiais reconhecem a carência de outros conteúdos, dentre os quais a comunicação social.

Pelo fato de não terem aprendido, nos referidos cursos de formação policial, a linguagem policial de forma específica, eles acabam não sabendo discernir o que realmente falam como profissionais, se são apenas códigos internacionais para a radiocomunicação, se é um linguajar mais informal ou formal, o tempo dessas linguagens etc. Já na terceira assertiva, os policiais afirmam que não se sentiram preparados, depois de seus respectivos cursos de formação, para atuarem comunicativamente na sociedade de um modo geral. O próprio tenente, em sua resposta, ressalta o grande descompasso entre o que foi ensinado na academia e a realidade que ele mesmo vem enfrentando nas ruas.

Ainda nessa assertiva, a soldado elogia o processo de ensino sobre a comunicação policial, mas esse elogio é amplamente desconstruído quando ela mesma afirma que os policiais saem crus em vivência social. Sabe-se que a comunicação sem a vivência não existe, é absolutamente impossível uma viver sem a outra. O que dá a entender é que o elogio faz relação às abordagens estruturais que envolvem somente a memorização de alguns códigos, bem como a dinâmica dos equipamentos de radiocomunicação e outros aspectos estruturais simples. Enfim, os entrevistados demonstram insegurança sobre o contexto das variações da Língua Portuguesa, isto é, gírias sociais, jargões profissionais, comunicações verbais, não verbais e fazem confusão entre aspectos de linguagens paraverbais e não verbais, ou seja, os policiais confundem uma coisa a outra.

Fica mais do que claro a ineficiência da abordagem estrutural para o ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial. Por meio desse aspecto de ensino, o

aprendiz policial fica obrigado a praticar somente a memorização temporária ou simplesmente decorar alguns sistemas estabelecidos para a linguagem, tais como, códigos e a sistematização dos aparelhos de comunicação. Esse método, além de pesar a memória dos novos policiais, provoca também a ansiedade, o que acaba prejudicando, por outro lado, o ensino e a aprendizagem de outras disciplinas policiais.

Enfim, do mesmo modo, por ser o exercício da memorização, algo parcial, os novos policiais, certamente, irão esquecer grande parte do que lhes foi ensinado ou do que foram obrigados a decorar para a realização de uma prova durante o período do curso de formação. A abordagem estrutural não parece gerar aquisição (duradoura) por parte dos novos policiais da linguagem policial e nem mesmo prepara o aluno para o exercício da comunicação policial. Assim, o novo policial não se torna competente e acaba também não possuindo a habilidade adequada, nem mesmo a sociabilidade comunicativa de forma integrativa.

4.1.5. Observações e entrevistas indiretas nas unidades da PMDF

A partir das observações e das entrevistas indiretas⁴⁶ realizadas nas respectivas unidades policiais, pude então preencher algumas lacunas restantes em relação a outros contextos levantados durante a pesquisa. Sendo assim, durante esse período, foi notado que a grande maioria dos policiais, oficiais e praças, não conseguia discernir o que de fato falam como linguagem profissional, isto é, se são gírias, jargões, códigos, dentre outros. Grande parte dos policiais reconheceu que falam apenas jargões de polícia, incluindo até mesmo os códigos técnicos.

As observações e as entrevistas indiretas revelaram também que alguns policiais não reconheciam, como sendo linguagem, as comunicações não verbais provindas dos próprios equipamentos acoplados nas viaturas, como, por exemplo, as sirenes, os faróis de localização e outros, sendo que essas comunicações são utilizadas por eles mesmos durante as rondas e operações policiais e fazem parte também da linguagem policial.

Em relação aos cursos de formação policial, foi notado que as disciplinas que envolvem o processo de comunicação policial inseridas nesses cursos não desenvolvem a competência comunicativa nos policiais militares, uma vez que não executam as atividades de linguagem e comunicação policial por meio de contextualizações sociais, isto é, contextos que abrangem a comunicabilidade entre o policial e o cidadão comum. Do mesmo modo, as abordagens adotadas por essas disciplinas de comunicação policial são mais estruturais, ou

⁴⁶ Diálogos informais.

seja, visualizam apenas a memorização de regras, códigos e sistemas de comunicação operacionais adotados internamente pela própria Corporação e não a aquisição da linguagem e, por conseguinte, os sistemas de comunicação institucional.

Outro fator importante a ser ressaltado é a falta de uma disciplina voltada à comunicação entre o policiamento convencional e o especializado durante o período de formação policial, isto é, os policiais do policiamento convencional não conseguem se comunicar com os policiais do policiamento especializado de forma apropriada, há uma grande dificuldade nas comunicações conjuntas. De acordo com alguns relatos de policiais que atuam no policiamento especializado, algumas vezes, os mesmos perdem muito tempo em certas ocorrências, devido a essas dificuldades na comunicação operacional conjunta. Dentre alguns exemplos, podemos citar a falta de entrosamento entre os policiais convencionais com os policiais do grupamento aéreo, devido à grande complexidade desse tipo de atividade especial.

4.2. EXPONDO AS NECESSIDADES

A partir das respectivas análises dos dados, exponho, então, algumas questões especiais sobre o processo de ensino e aprendizagem de linguagem e comunicação policial na PMDF. Inicialmente, é correto dizer que todo o exercício policial é envolvido pela comunicação, e sem ela, a polícia não consegue atuar. A formação inicial do policial precisa ser construída sendo orientada por uma abordagem contextualizada de tipo comunicacional, isto é, ser organizada através de conhecimentos teóricos e práticos trabalhados com esses novos policiais para fomentar a aquisição e aprendizagem da linguagem sensível à praticidade do policiamento profissional.

É observado que a formação policial militar, não somente na parte comunicativa, mas também na parte operativa, deve ser trabalhada em dois eixos, isto é, a teoria e a prática. Esse é um dos grandes desafios à formação e qualificação profissional do policial na sociedade brasileira atual segundo Poncioni (2007), ou seja, a articulação do conhecimento teórico com certas experiências práticas sobrevindas do cotidiano da segurança pública em geral, objetivando aos policiais em formação a produção sistemática dos conhecimentos teóricos e práticos.

Assim, para atuar de forma diligente, o policial precisa desenvolver táticas, métodos e as técnicas, isto é, toda a competência operacional. Porém, conforme mencionado

anteriormente, a comunicação está envolvida em toda essa funcionalidade policial, tornando por sua vez necessário que o policial, além de desenvolver a operacionalidade, desenvolva também a comunicabilidade. Temos então dois sistemas importantes para o exercício policial, a saber, a competência operativa e a competência comunicativa.

Destarte, antes mesmo de iniciarem as atividades que envolvam os aspectos de comunicação policial, os novos policiais precisam ser instruídos teoricamente a respeito da linguagem policial, isto é, sobre o *policialês*. Precisam saber o conceito, os componentes comunicativos, bem como as funções dessa linguagem policial. Depois dessa instrução introdutória, é preciso que se trabalhem, junto aos policiais, os sistemas de comunicação existentes na Corporação, a saber: a comunicação oficial; a comunicação social e a comunicação operacional.

Cada um desses sistemas precisa ser abordado por meio de contextos, ou seja, através de ensaios, treinamentos e práticas sociais simuladas, promovendo assim, o uso da linguagem no convívio real, bem como em situações naturais autênticas. Só por meio de uma abordagem comunicativa é que se estimulará de modo deliberado a aquisição da linguagem policial, bem como dos conhecimentos e habilidades relativos à praticidade comunicativa por parte dos novos policiais (ALMEIDA FILHO, 2011).

Relacionando, então, essas questões gerais ao contexto da formação policial na instituição pesquisada, dentro das disciplinas que envolvem o processo de comunicação policial, é notada a falta de uma disciplina base ou inicial sobre o construto da linguagem policial como uma variante natural da própria Língua Portuguesa, há também certa carência de um planejamento pedagógico separando cada um dos sistemas de comunicação institucional.

Por conseguinte, as práticas profissionais existentes durante os cursos de formação não fomentam, de forma adequada, a aquisição aos novos policiais, da linguagem policial, bem como dos processos comunicativos. Antes de iniciarem essas práticas profissionais, os formandos policiais precisam possuir os seus filtros afetivos (condições afetivas e emocionais) já configurados para identificarem e adquirirem por meio de determinadas interações operacionais porvindouras, as linguagens e os processos comunicacionais existentes na própria Corporação; pois para aprender uma nova língua é preciso haver o envolvimento afetivo por parte dos aprendentes policiais com todo o processo de ensino e aprendizagem (ALMEIDA FILHO, 2013). E essa configuração sobrevém durante as aulas teóricas de linguagem e comunicação policial entre os próprios formandos com a participação direta dos professores.

A carga horária dos cursos (CFO/CFP) é considerada inadequada à abordagem comunicativa. Caso a instituição venha a adotar um enfoque mais comunicativo será preciso rever a quantidade de horas aulas destinado às disciplinas de comunicação, bem como realizar alguns remanejamentos e reaproveitamentos de conteúdos. Assuntos a respeito da origem dos códigos usados, história das comunicações e telecomunicações, bem como sobre os precursores desses meios comunicativos podem ser repassados aos novos policiais como conteúdos extraclasse, isto é, por meio de leituras em artigos científicos de revistas especializadas na *internet* e, por conseguinte, a produção de novos artigos ou resenhas por parte desses mesmos alunos policiais.

Outra necessidade assinalada tem relação direta ao sistema de comunicação operacional, ou seja, esse sistema comunicativo não pode ser baseado somente na memorização de códigos e no simples saber operar o rádio de comunicação. Saber operar um rádio é muito relativo, pois está relacionado à tecnologia e a tecnologia evolui muito rápido, ou seja, o que foi repassado aos novos policiais pode se tornar obsoleto e ultrapassado com o passar do tempo, sendo assim, o foco precisa incidir mais no uso comunicativo (linguagem) e não nos meios comunicativos (aparelhos).

O sistema de comunicação operacional na polícia militar é muito maior do que se imagina e dentro desse processo existem as linguagens do campo verbal, as linguagens do campo não verbal e as linguagens do campo paraverbal e, por outro lado, além das comunicações do policiamento convencional, existem também as comunicações do policiamento especializado e todos esses contextos comunicativos precisam ser estendidos aos novos policiais durante o período da formação.

Exemplo disso é a carência comunicativa apontada durante as pesquisas em campo, ou seja, a dificuldade encontrada por parte dos policiais do policiamento convencional, bem como por parte do policiamento especializado aéreo em se comunicarem, devido à complexidade que esse policiamento especial envolve, dentre alguns exemplos, podemos citar, os termos específicos da aviação, técnicas operacionais, perspectivas visuais divergentes etc.

É claro que os policiais que trabalham no policiamento especializado aéreo passam por um treinamento específico interno, porém, não há na Corporação, um curso voltado à capacitação comunicativa entre esses dois tipos de policiamento. Do mesmo modo, é preciso entender que os policiais dessa atividade especializada não só se comunicam entre si, mas também com todos os demais policiais. Assim, é preciso que se construa, logo no curso da formação policial, uma disciplina específica e compatível para a comunicação operacional

entre esses dois tipos de policiamento, não somente o aéreo, mas com outras atividades policiais especializadas que apresentam complexidade comunicativa.

Enfim, conteúdos das linguagens sociais e criminais diversas também precisam ser repassados aos novos policiais por meio de abordagens contextuais antes mesmo das iniciações das práticas profissionais. Igualmente, disciplinas com foco na linguagem e comunicação precisam ser conectadas umas às outras para o fortalecimento das chances de aquisição de todos os conhecimentos transmitidos aos formandos policiais. Os policiais militares precisam saber interpretar as diversas linguagens verbais, não verbais e paraverbais para o exercício do policiamento. No tópico a seguir, apresento um esboço de um planejamento de um curso de linguagem e comunicação policial na perspectiva de uma abordagem comunicativa.

4.2.1. Esboçando um planejamento para os cursos de formação policial, incluindo o ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial, alinhada à abordagem comunicativa

Para o esboço do planejamento dos referidos cursos de formação policial segundo a perspectiva deste trabalho, incluindo o ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial alinhada à abordagem comunicativa, adotamos o modelo da Operação Global de Ensino de Línguas – OGEL⁴⁷. Esse modelo foi criado pelo referido autor Almeida Filho dentro da clássica perspectiva hierárquica de Anthony (1963) envolvendo os dois grandes planos, a saber, as ideias e das ações.

Assim, de acordo com Almeida Filho (2013) a OGEL se divide em quatro materialidades, a saber: 1) planejamento do curso em unidades; 2) escolha e eventual produção de materiais didáticos; 3) oferta de experiências na nova língua (linguagem) em salas de aulas e em extensões delas e, por fim, 4) avaliação do rendimento por parte dos alunos, bem como da sua proficiência no uso profissional da linguagem.

Não estabelecerei, no presente trabalho, um planejamento de curso específico para a formação policial de fato, e sim, um esboço de um planejamento para a Corporação, abrangendo apenas a parte de formação comunicacional dos novos policiais, até porque, a abordagem comunicativa inclui a formação comunicacional e a operacional de forma mútua. Portanto, para a elaboração de um novo planejamento de curso para a formação policial, a Academia da PMDF deverá construí-lo, abarcando as duas partes.

⁴⁷ Denominado assim por Almeida Filho desde o ano de 1982 e publicado pela primeira vez em 1993 pelo mesmo autor em seu livro “Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas” (ALMEIDA FILHO, 2013).

Partindo-se então para o esboço de um planejamento para os cursos de formação policial, primeira materialidade para o processo de ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial, a elaboração de um planejamento de fato é o primeiro passo a ser concretizado. É por meio dele que se preparam os materiais, os procedimentos, as avaliações, os planos, os objetivos e os percursos do respectivo curso. Almeida Filho (2015, p. 31) diz que: “Ele geralmente é um documento escrito, explícito, que contém previsões dos conteúdos-amostras e da natureza das experiências que se farão *com e na* língua-alvo”.

O que se espera de um policial é que ele possua ou construa a competência comunicativa do uso profissional, e que essa competência inclua as habilidades de conhecer, produzir e compreender as linguagens específicas para o contexto da comunicação policial. Desse modo, o desenvolvimento da competência comunicativa torna-se, então, o objetivo fundamental de um curso de linguagem e comunicação policial. Conforme mencionado anteriormente, a própria PMDF busca para a formação de seus policiais as seguintes competências: conceitual; procedimental e atitudinal, tanto na parte operacional quanto na parte comunicacional.

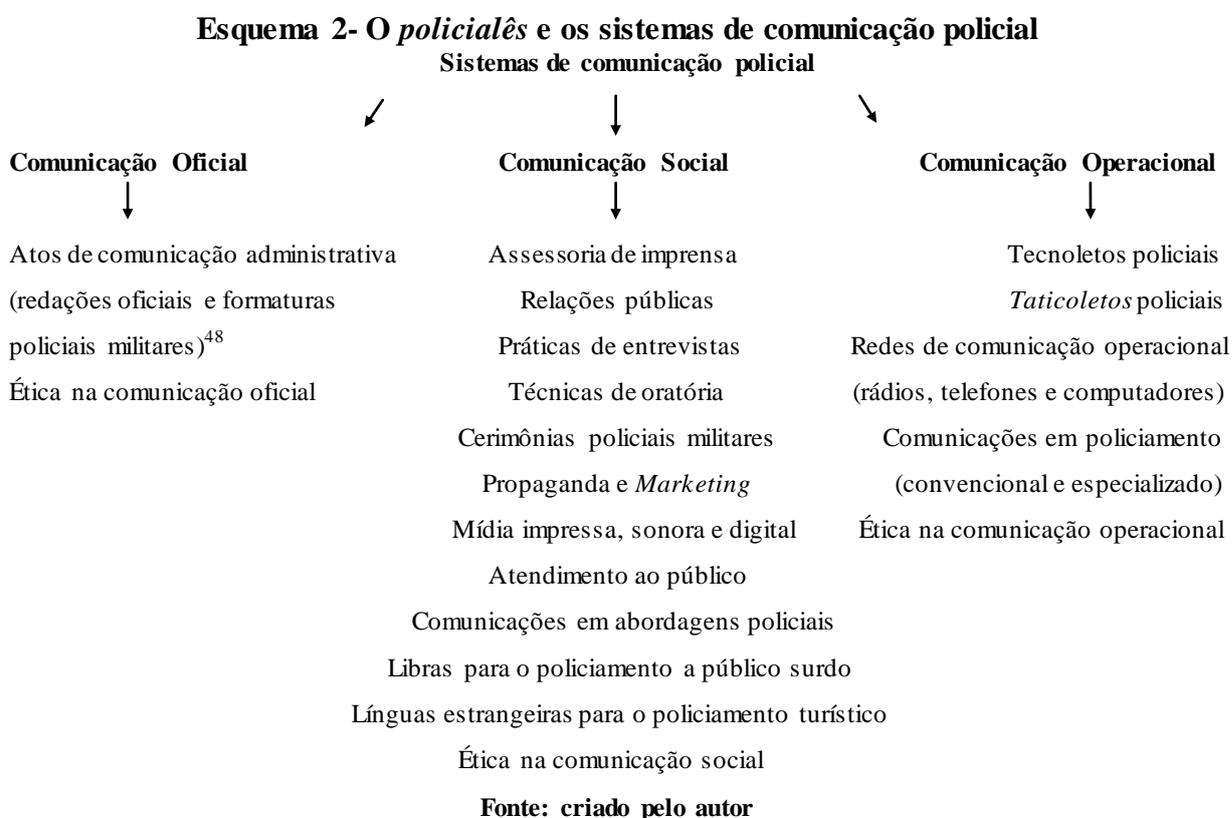
Percebe-se então a relação direta desses três aspectos (conceitual, procedimental e atitudinal) com o desenvolvimento da competência comunicativa policial, isto é, a aquisição da linguagem policial, da cultura policial e da praticidade policial. A partir desses aspectos, o policial saberá discernir o papel da linguagem policial na sociedade, bem como interagir junto aos sistemas de comunicação existentes na própria Corporação.

Por ser a atividade policial altamente inserida no contexto social, todo o processo laboral de policial precisa ser acessível aos novos policiais durante os seus respectivos cursos de formação, uma vez que todas as funções policiais possuem contextos comunicativos e, muito desses policiais, durante as suas carreiras profissionais, vão ser lotados ou alocados em diversas funções de policiamento.

Desse modo, a natureza do curso de linguagem e comunicação policial, além de prever a variedade social *interna corporis*, precisa também abarcar a diversidade de situações sociais que possivelmente o policial encontrará do lado de fora da organização policial. Poncioni (2005) relata exatamente esse fator relevante, ou seja, a abrangência por parte das academias policiais, das diversidades sociais em cursos de formação policial. Assim, antes de projetar conteúdos linguísticos de amostras e experiências culturais na linguagem-alvo (*policialês*) aos novos policiais em processo de formação, deve-se primeiramente inserir pressupostos teóricos sobre língua e comunicação humana, variações de linguagem e, posteriormente, sobre linguagem e comunicação policial.

O policial formando deve passar por experiências específicas na linguagem e na cultura do policiamento dentro e fora da sala de aula. O planejamento do respectivo curso policial precisa, então, possuir focos específicos de uso previsível da linguagem e comunicação policial, ou seja, apresentar-se como um planejamento de corte parcial instrumental de ensino de linguagem e comunicação na perspectiva ELFE (ALMEIDA FILHO, 2017).

A partir da concepção inicial sobre língua, comunicações e linguagens, o curso de formação policial deve então partir para as especificidades da linguagem e comunicação policial, isto é, os novos policiais devem passar por ensaios temáticos para reforçar a aquisição e aprendizagem tanto da própria linguagem quanto dos sistemas de comunicação institucional. E esses ensaios devem possuir cenários específicos para o uso da linguagem policial, ou seja, apresentar da forma mais real possível, contextos socialmente reconhecíveis pelos próprios policiais em processo de formação. E esses cenários devem estar dentro de seus respectivos sistemas de comunicação conforme apontando no esquema abaixo:



⁴⁸ Apesar de as formaturas e cerimônias policiais não serem reconhecidas como atos de comunicação oficiais, essas solenidades são realizadas naturalmente pelos comandantes policiais para o pronunciamento de ordens, normas, regulamentos, decisões, direitos, deveres etc. Assim, se encaixam perfeitamente nos atos de comunicação administrativa, porém, orais, enquanto as demais redações, contidas nos respectivos manuais, são atos de comunicações escritas. As formaturas militares se assemelham a reuniões de trabalho dentro de uma empresa.

Os policiais, ao término do curso de formação, precisam ter essa visão panorâmica da linguagem policial, bem como dos sistemas de comunicação envolvidos na Corporação. Alguns desses elementos são extremamente essenciais e, devem ser repassados, aos novos policiais, durante o período da formação, a partir de práticas contextualizadas nas funções operacionais existentes, ou seja, tanto no policiamento convencional quanto no especializado. Somente desse modo, os policiais saberão se comunicar de forma interativa e adequada com todos os demais agentes policiais envolvidos e com o público a que servem.

Entretanto, as disciplinas, a saber, assessoria de imprensa, relações públicas, técnica de oratória, propaganda e *marketing*, mídia impressa, sonora e digital e línguas estrangeiras para o policiamento turístico, podem ser aplicados, de forma mais direta, apenas aos policiais selecionados previamente para trabalharem nessas respectivas funções e não a todos os policiais em formação.

É viável dizer que dentro dos conteúdos iniciais (*língua, comunicações e variações de linguagem*) é inteiramente essencial discorrer, juntamente aos policiais em formação, sobre gírias comuns, gírias de grupo e sobre as linguagens criminais, dentro das comunicações verbais, não verbais e comunicações paraverbais (*urbanas e pessoais*), pois para o policial atuar, comunicativamente, em suas funções de policiamento, ele precisa possuir essa compreensibilidade social desenvolvida.

Só assim o policial saberá realizar as respectivas leituras de diversos eventos e fatos sociais existentes na própria sociedade que, porventura, estejam envolvidos em indícios de crimes e violência em geral. Esses conteúdos de linguagem e comunicação formam a base para todas as demais práticas policiais, dentre algumas dessas práticas operacionais das instituições policiais, podemos citar, a *inteligência policial, policiamento ostensivo e preventivo, abordagem policial, operações especiais* e outros.

Observa-se então que a disciplina de linguagem e comunicação policial forma o grande pilar para todas as demais disciplinas envolvidas na formação policial. Por isso, os seus componentes precisam estar conectados entre si, bem como com os demais componentes dos outros conteúdos do curso de formação policial, ou seja, as competências policiais precisam ser construídas em sintonia umas com as outras. No esforço a esse entendimento, Almeida Filho (2015, p. 43) assim se pronuncia: “Um planejamento é, afinal, um plano organizado de atividades de ensino cujos componentes se interligam internamente de maneira coerente uns com os outros e externamente com outros planejamentos de outros níveis”.

Com esse tipo de planejamento curricular, os novos policiais terão níveis variados de entrada, mas um nível mais homogêneo de saída do curso de formação em relação à

competência comunicativa, mesmo que alguns dos alunos já tenham tido algum tipo de contato prévio com a cultura e a linguagem policial e outros não. Essa competência comunicativa será desenvolvida nos alunos policiais por meio das experiências colocadas em prática nas disciplinas criadas e já constantes na grade curricular.

Almeida Filho (2015) profere que o nível de entrada servirá para estabelecer os pré-requisitos necessários para o avanço aos próximos níveis e o nível de saída servirá para estabelecer as exigências necessárias para o uso profissional e social da língua-alvo (inclusive para a avaliação da capacidade de comunicação profissional). Observa-se que com essa especificação dos níveis finais de desempenho buscados e explicitados, a competência comunicativa na linguagem e na comunicação policial será desenvolvida de forma mais eficaz.

Também a partir da definição de Almeida Filho (2015), podemos estabelecer os objetivos específicos do respectivo curso de linguagem e comunicação policial. Assim, o referido autor (p.51) apresenta um esquema taxionômico processual básico na organização dos objetivos específicos dentro de um planejamento comunicativo, nas seguintes categorias: cenários; temas; tópicos; atividades ou recortes comunicativos ou gêneros; funções; realizações de funções das quais se geram pontos potenciais de gramática, vocabulário, fonética e cultura.

Então, as competências comunicacionais das funções policiais podem ser desenvolvidas nas disciplinas de práticas profissionais dos respectivos cursos de formação policial, tanto no de oficiais quanto no de praças, uma vez que essas disciplinas possuem uma carga horária bastante satisfatória. Portanto, essas práticas profissionais devem ser trabalhadas por meio de unidades específicas de planos de curso não ainda desenvolvidas neste estudo, incluindo a parte comunicativa e a parte operativa policial.

Por meio desse planejamento curricular, especificado depois em unidades de ensino nos planos de curso, o desenvolvimento das outras competências-alvo para a função policial, tais como, as táticas, os métodos e as técnicas operacionais, terão melhor chance de sucesso ou eficácia. Mas para isso, será preciso reorganizar as disciplinas por meio de ajuntamentos contextuais e experienciais nos planos com o intuito de fortalecer a aquisição por parte dos novos policiais das respectivas competências policiais de forma coordenada.

As práticas profissionais previstas para ocorrer nas salas de aula poderão ainda se materializar nas extensões dela, uma vez que os novos policiais irão desenvolver de forma conjunta todas as competências policiais e não somente a comunicativa, mas, para isso, cada

professor precisará saber configurar junto aos alunos policiais, os filtros afetivos para a aquisição adequada dessas competências policiais.

Para a o desenvolvimento da competência comunicativa, os alunos policiais deverão saber operar os mecanismos *conscientes da aprendizagem* a partir *da aquisição inconsciente* dos insumos linguísticos advindos das interações práticas - *insumo e monitor* (KRASHEN, 1985). Assim sendo, os policiais irão *reconhecer* essas amostras de linguagens, *assimilá-las no uso que puderem delas fazer* e, por conseguinte, garantir melhores chances de *adquiri-las*. Desse modo, uma vez assim configurado, esse processo irá perdurar em toda a carreira profissional dos policiais, isto é, no reconhecimento, assimilação e aquisição da linguagem e comunicação policial.

Reajustando as unidades estabelecidas para a praticidade policial, cada atividade prática desenvolvida em curso deverá, assim, possuir um cenário, um tema, um tópico, recortes de atividades operacionais, funções, realizações e, por fim, as regras, as normas vigentes e os protocolos funcionais e institucionais. Para facilitar o entendimento, podemos apresentar exemplos de uma unidade com objetivos específicos, tendo por base, as especificações estabelecidas por Almeida Filho (2015):

- Cenário – é o ambiente natural (uma localidade) ou artificial (uma criação);
- Tema – o aumento da violência nessa mesma localidade;
- Tópico – o emprego de uma determinada operação policial nessa localidade para o enfrentamento dessa violência generalizada;
- Recortes de atividades operacionais – linguagens envolvidas (técnicas e táticas), as táticas, os métodos e as técnicas operacionais empregadas;
- Funções – é o discernimento por parte dos novos policiais de cada um desses recortes de atividade profissional (comunicacional x operacional);
- Realizações – é aplicação dos conhecimentos previamente adquiridos por parte dos novos policiais para essas atividades práticas;
- Regras, normas vigentes e os protocolos funcionais e institucionais – é o ajustamento das regras e normas vigentes ao exercício das atividades práticas por parte dos novos policiais na contextualização em questão.

Dentro da segunda materialidade que é a escolha e eventual produção de materiais didáticos temos que entender a relação desses contextos no processo de ensino, aprendizagem

e aquisição da linguagem-alvo. Almeida Filho (2015) ressalta que os materiais didáticos (MD) são fundamentais ao processo de ensino e aprendizagem de línguas ou linguagens, pois costumam mediar parte das atividades realizadas em sala de aula e nas extensões dela.

É tradicional nas Forças Policiais, bem como nas Forças Armadas do País, a criação de manuais próprios para a instrução a novos agentes em seus respectivos cursos de formação. Assim, no interior dessas instituições é comum encontrar manuais de diversas atividades e funções operacionais. Essa prática é bastante corriqueira também devido à especificidade funcional dessas instituições públicas e, essas instituições costumam atualizar esses materiais no decorrer dos anos. Desse modo, devido a essas especificidades funcionais existentes nessas instituições, a criação desse tipo de material didático para os cursos de formação se torna apropriado. Almeida Filho (2015, p. 60) também entende assim:

Materiais de menor alcance público como os apostilados, por exemplo, podem ser mais amenos à harmonização com o perfil de abordagens numa escola ou turma. Esses materiais de baixo investimento têm a vantagem de poder responder de um semestre para o seguinte às características mutantes de uma situação de ensino e adequarem-se melhor às exigências dos aprendizes e seus professores [...].

Mas para o contexto do ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial, as criações desses materiais didáticos necessitam ser produzidos a partir de uma abordagem de ensino construída pelos respectivos professores juntamente com todo o quadro acadêmico da instituição policial, uma vez que os MDs devem possuir conexões entre si. Almeida Filho (2015) ressalta exatamente isso, ou seja, para ele os materiais didáticos deveriam ser produzidos a partir dos planos de cursos e esses planos deveriam envolver os agentes, os interesses mútuos e os objetivos.

Adotar um material pronto ou fabricado para o contexto do ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial não corresponderia à realidade, pois a funcionalidade policial é bastante específica, tanto na formação dos agentes quanto na atividade desses mesmos agentes policiais. Assim, os MDs adotados se restringiriam apenas aos manuais técnicos das empresas fabricantes para o uso e manutenção dos aparelhamentos policiais, tais como: rádios; computadores e demais equipamentos operacionais e, de outro modo, algumas bibliografias complementares teóricas, porém, específicas.

Para o processo de ensino e aprendizagem de linguagem e comunicação policial, os MDs devem ser construídos então dentro de uma abordagem comunicativa objetivando o desenvolvimento da competência comunicativa por parte dos novos policiais. E para o serviço policial, os materiais didáticos compreendem também todos os equipamentos operacionais necessários para realização da comunicação policial (materiais temáticos – rádios,

computadores, telefones e equipamentos diversos). Porém, para criar esses materiais, os agentes envolvidos precisam possuir experiências tanto na atividade policial quanto no processo de ensino e aprendizagem acadêmico. Almeida Filho (2015, p. 64) assim especifica a respeito dos materiais comunicativos:

Materiais Comunicativos (geralmente experimentais em pequena escala como apostilas) aparecem organizados por temas e tópicos veiculados com fotos, ilustrações, tabelas com dados e textos e se desdobram em atividades interativas negociadas do tipo tarefas ou projetos como base e, em menor proporção, como eventuais exercícios de sistematização e rotinização dependendo da demanda dos aprendizes e não propostos preventivamente.

A PMDF conta, atualmente, com um corpo de policiais altamente capacitados. Há, na Corporação, especialistas, mestres, doutores e até pós-doutores. Desse modo, esses policiais, certamente, podem corroborar esse processo de criação e elaboração de MDs para o academismo policial. Almeida Filho (2015) aponta esse fator como algo relevante, ou seja, segundo ele, contar com um corpo de assessores de alto nível (mestres e doutores em diversas áreas) é extremamente essencial, pois esses profissionais podem realizar assessorias específicas, avaliar ou até mesmo, criar novos materiais de ensino devido ao conhecimento teórico e prático que possuem. Por outro lado, podemos apontar também como sendo relevante, a familiaridade que esses profissionais possuem com os aspectos culturais da profissão, a ciência em relação às normas em leis vigentes etc.

Dentro da penúltima materialidade que é a oferta de experiências na nova linguagem em sala de aula, bem como em extensões dela, temos que avaliar a relação entre esses dois ambientes importantes. Assim, a partir da abordagem comunicativa de ensinar, o método a ser utilizado é a produção de experiências na linguagem e comunicação policial. Almeida Filho (2015, p. 70) diz que: “Método é o meio constituído na produção de experiências *na* e até certo ponto *sobre* a língua-alvo”.

Essas experiências devem ser iniciadas na sala de aula (ensaios) e robustecidas nas diversas extensões de aula (práticas). As extensões devem ser produzidas a partir dos sistemas de comunicação existentes na Corporação (comunicação oficial, comunicação social e comunicação operacional). Os policiais precisam conhecer esses sistemas *na formação* para depois reconhecerem *na profissão*. Almeida Filho (2015, p. 71) corrobora esse entendimento dizendo que: “As extensões precisam ser conhecidas no seu potencial de uso e na realidade, isto é, como são exploradas em cada situação”.

Segundo Almeida Filho (2011), o ambiente (sala de aula) deve promover tanto a aprendizagem consciente quanto a aprendizagem subconsciente. O autor ainda ressalta que a

sala de aula pode ser vista como um cenário social para a realização de prévios ensaios específicos por meio de usos reais da linguagem e comunicação, propositando assim, o desenvolvimento da competência comunicativa por parte dos aprendentes.

Ainda dentro do contexto de sala de aula, Almeida Filho (2013) apresenta quatro fases importantes para a realização de uma aula comunicativa, bem como suas principais características. As fases são: clima e confiança; apresentação de insumos; ensaios e uso e, por fim, o pano. Inicialmente, o referido autor considera importante, a apresentação inicial (institucional) entre os professores, os novos alunos e os diretores diversos.

Segundo esse mesmo autor, o clima se refere à construção imaginada dos ambientes específicos para uso inicial da linguagem-alvo por parte dos alunos, porém, ainda de forma passiva. Já a confiança se refere ao início da prática comunicativa por parte dos alunos, por meio de materiais didáticos parcialmente conhecidos. A apresentação se refere à familiarização por parte dos alunos com as amostras de uso da linguagem e comunicação em pontos específicos.

O ensaio e uso da linguagem já partem da construção de ambientes já não mais imaginados, porém, construídos por meios de cenários fictícios, onde os alunos irão praticar as atividades comunicativas. Por fim, o pano é o fechamento do evento aula, com a listagem dos objetivos alcançados, reforço de alguns conteúdos, levantamentos e questionamentos de pontos específicos e estruturais, o repasse de algumas atividades extraclasse e uma breve introdução para a próxima aula.

Percebe-se que a aula comunicativa prepara o aluno tanto para os estágios quanto para a prática profissional, isto é, a vivência na linguagem é o foco principal da abordagem comunicativa e, não somente, as regras de uso. Almeida Filho (2015, p. 71) reafirma que: “A aula é o evento (social, físico, ritualizado) que organiza e permite vivenciar experiências com e na língua-lavo, com o fim último de desenvolver uma competência linguístico-comunicativa na língua-alvo”. Enfim, o professor de linguagem e comunicação policial precisa possuir a capacidade de criar cenários propícios para os respectivos ensaios, buscar renovações, refletir sobre as teorias relevantes para o contexto de ensino e aprendizagem e assim, preparar o aluno policial para a atividade prática profissional.

A última materialidade é a avaliação do progresso ou rendimento do processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma fase obrigatória, pois a partir dela será possível levantar certas evidências a respeito de todo o processo de ensino, tais como: aprendizagem e aquisição por parte dos alunos policiais de forma coletiva ou individual; se está havendo coerência entre a teoria e a prática profissional; se os alunos policiais estão correspondendo

aos materiais didáticos, aos trabalhos, bem como as atividades diversas e, do mesmo modo, a avaliação do professor por parte dos próprios alunos policiais, diretores, bem como a autoavaliação por parte do próprio professor. Nesta fase buscam os professores detectar o desempenho apropriado e descrito como meta para com ela avaliar a capacidade de comunicação profissional dos policiais.

Percebe-se que a última materialidade também permite a todos os agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem a realização de um *check-up*, ou seja, de um diagnóstico geral sobre os avanços no rendimento do processo de ensino e possíveis ajustes necessários. De acordo com Almeida Filho (2013) podemos dizer que é por meio dessas avaliações que nascem as reflexões sobre todas as ações envolvidas ao processo de ensino e aprendizagem de línguas ou linguagens e, essas reflexões podem ser responsáveis pelos ajustes necessários na abordagem de ensino e aprendizagem.

Partindo então para o último capítulo, isto é, para a conclusão, retomarei as perguntas, demonstrarei as contribuições e limitações de pesquisa, bem como farei algumas sugestões para pesquisas futuras e, finalmente, perpetrarei as considerações finais da presente dissertação.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Para realizar-se, uma operação formal de aprendizagem e ensino de língua necessita, dentre outros requisitos, de um planejamento. A metáfora para isso é um mapa com indicações dos lugares, dos caminhos e de como viajar para se chegar a um dado lugar.”
(ALMEIDA FILHO, 2015, p. 31)

Nesta última etapa da presente dissertação, retomo as atinentes perguntas de pesquisa, juntamente, com suas respectivas respostas. A resposta à primeira pergunta está baseada na primeira parte do trabalho, ou seja, no capítulo dois, já as respostas da segunda, bem como da terceira pergunta, foram baseadas nas análises dos dados realizados no capítulo quatro. Por conseguinte, exponho algumas contribuições da pesquisa e demonstro também certas limitações. Sugiro, além disso, novas pesquisas relacionadas ao tema da linguagem e comunicação policial e faço o encaminhamento de algumas sugestões de cunho pedagógico e, finalmente, perpetuo as considerações finais da pesquisa.

5.1. RETOMANDO AS PERGUNTAS DE PESQUISA

Iniciei o presente trabalho com o intuito de responder a três perguntas, a saber: Em que consiste o *policialês* e quais são os seus componentes de linguagem? Como se dá o processo do ensino e aprendizagem/aquisição da linguagem policial por parte dos policiais militares na Corporação PMDF em seus respectivos cursos de formação policial, atualmente? E, por fim, de que consistiria um planejamento de um curso de formação policial, incluindo o ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial, alinhada à abordagem comunicativa na Corporação PMDF? Assim, a partir dos dados e respectivas análises, é que pude responder a essas três perguntas de pesquisa, expostas a seguir:

- **Em que consiste o *policialês* e quais são os seus componentes de linguagem?**

O *policialês* é uma variação natural da própria Língua Portuguesa. Trata-se de uma linguagem específica do campo profissional da área da polícia militar e essa linguagem possui componentes verbais (tecnoletos) e não verbais (*taticoletos*). Os tecnoletos são compostos pelos seguintes componentes: Alfabeto Fonético Internacional Militar; Código Numérico

Militar; Código Internacional Q; Expressões Convencionais Policiais; Termos Policiais Militares; Expressões Policiais Militares Nominativas e Ordenativas e os Códigos Restritos Policiais. Já os *taticoletos* são compostos pelos seguintes componentes: Códigos Táticos Visuais; Códigos Táticos Auditivos; Códigos Táticos Audiovisuais; Códigos Táticos Táteis e os Códigos Táticos Olfativos. Já os Jargões Policiais verbais e não verbais, devido à naturalidade de suas criações, são variações do próprio *policialês* e não componentes.

- **Como se dá o processo do ensino e aprendizagem/aquisição da linguagem policial por parte dos policiais militares na Corporação PMDF em seus respectivos cursos de formação policial, atualmente?**

A partir dos dados de pesquisa (grades curriculares, manuais diversos, entrevistas e observações) foi possível entender como se dá o processo do ensino e aprendizagem e aquisição da linguagem e comunicação policial por parte dos policiais militares em seus respectivos cursos de formação policial. Assim, a abordagem de ensino e aprendizagem utilizada pela Corporação PMDF é mais voltada ao aspecto estrutural, pois não focaliza de forma direta, a interatividade social (comunicação social) e, sim, o uso do linguajar técnico (códigos e manuseio de equipamentos de rádio) por parte dos policiais militares em serviço.

Os cursos não apresentam definições basais de língua, linguagem humana e variação de linguagem, nem mesmo sobre a linguagem policial como meio cultural. Não abordam também, de forma contextualizada, os sistemas de comunicação existentes na instituição e, sim, alguns elementos comunicativos inseridos nos sistemas e ainda com foco basal nas regras de uso, ou seja, no correto manuseio dos equipamentos de comunicação e respectivas manutenções e a deferência às uniformizações das comunicações oficiais.

Assim, pela falta de uma abordagem comunicativa, os novos policiais da Corporação não desenvolvem a competência comunicativa e, tampouco, discernem a linguagem e a comunicação policial como um todo, apenas decoram, de forma parcial, alguns códigos comunicativos e algumas normas de uso dos equipamentos de comunicação.

- **De que consistiria um planejamento de um curso de formação policial, incluindo o ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial, alinhada à abordagem comunicativa na Corporação PMDF?**

Por meio das análises dos dados levantados na referida Corporação PMDF, bem como a partir de certas apreciações em teorias relevantes sobre o processo de ensino e

aprendizagem de línguas, podemos estabelecer como se daria um planejamento de um curso de linguagem e comunicação policial dentro de uma abordagem comunicativa.

Por conseguinte, para o respectivo esboço do planejamento, adotou-se o modelo da Operação Global de Ensino de Línguas – OGEL que se divide em quatro materialidades: planejamento do curso em unidades; escolha e eventual produção de materiais didáticos; oferta de experiências na nova linguagem em salas de aulas e em extensões delas e, por fim, a avaliação do curso como um todo (ALMEIDA FILHO, 2013).

As unidades devem possuir conteúdos linguísticos iniciais sobre língua, comunicação, linguagem e variações de linguagem, bem como amostras e experiências culturais na linguagem-alvo (*policialês*). Os materiais didáticos diversos devem ser estabelecidos a partir da abordagem comunicativa objetivando o desenvolvimento, por parte dos novos policiais, da competência comunicativa.

Os novos profissionais em formação precisam passar por experiências específicas para o uso da linguagem policial dentro e fora da sala de aula por meio de ensaios prévios e práticas profissionais, ocasionando assim, a aquisição dessa linguagem, bem como da cultura profissional, relacionando a atividade comunicativa com a operativa. Do mesmo modo, os contextos dessa linguagem policial devem abranger os sistemas de comunicação institucional existentes na própria Corporação, ou seja, a comunicação oficial, a comunicação social e a comunicação operacional.

Por fim, é preciso reavaliar, constantemente, os rendimentos das competências, por parte desses novos policiais em processo de formação, a partir dos conteúdos ensinados, bem como também avaliar todos os demais contextos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

5.2. CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

A presente dissertação contribui para distinguidas reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem da linguagem policial a partir de uma abordagem comunicativa para a formação, não somente de policiais do DF, mas de outras corporações do Estado brasileiro. Espera-se também que todos os nossos policiais passem a enxergar o *policialês* como parte essencial e totalmente necessária para a realização de diversas operações policiais e também como parte da própria (sub)cultura policial, assim também como, uma variação natural de nossa própria Língua materna.

Além dessas contribuições, é esperado também que outros profissionais de áreas diversas tais como: médicos; músicos; economistas; juristas; jornalistas e outros estudem e pesquisem suas respectivas linguagens e aspectos comunicativos específicos para o fortalecimento dos processos formativos de novos agentes a essas áreas, bem como também para o fortalecimento de suas próprias (sub)culturas profissionais, isto é, todos esses profissionais precisam entender que a linguagem e a comunicação profissional é que faz mover todas as operações de serviço.

Espera-se também que a grande maioria dos profissionais do País, entenda que quanto mais forte é a presença do linguajar técnico em seu respectivo grupo, mais consolidado profissionalmente esse grupo estará, o contrário disso significa que a estrutura institucional, profissional e cultural estará enfraquecida. Enfim, outra contribuição deste presente trabalho é a concepção de novos insumos e conhecimentos linguísticos ao mundo científico da linguagem.

5.3. LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Durante o período do mestrado, além de algumas questões particulares e pessoais que, de certa forma me trouxeram inquietação emocional considerável, houve algumas limitações mais voltadas à pesquisa de fato, dentre elas, a dificuldade de se encontrar alguns insumos teóricos específicos ao tema pesquisado e o tempo disponível, entre as aulas teóricas no primeiro ano e a realização das pesquisas em campo no segundo ano, que se mostrou tensionado, devido às *peculiaridades* da minha linha de pesquisa em contexto policial, ainda pouco estudada.

5.4. SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

O campo da linguagem e comunicação policial tem se mostrado ser bastante complexo e essencial para o exercício de todas as funções policiais. Desse modo, é correto afirmar que é preciso enxergar esse campo com a devida importância, ou seja, estudar, analisar e pesquisar todos os aspectos comunicacionais existentes dentro de uma instituição policial com vistas a aperfeiçoar o trabalho dos policiais. Assim, quaisquer elementos que contenham aspectos de linguagem e comunicação dentro da atividade policial precisam passar por estudos e pesquisas científicas específicas para o próprio desenvolvimento e formação dos

profissionais policiais, bem como para o desenvolvimento do conhecimento científico em geral.

Diante disso, além de mais estudos e pesquisas sobre o *policialês*, sugerimos alguns estudos e pesquisas científicas de alguns campos comunicativos existentes na atividade policial, porém, ainda carecidos de mais conhecimentos técnicos e científicos, bem como de aperfeiçoamento profissional, dentre os campos citamos: comunicações para o policiamento convencional e especializado; línguas estrangeiras para o policiamento turístico; Libras para o policiamento a público surdo; relações sociais mediadas pela linguagem policial e linguagens sociais verbais, não verbais e paraverbais dentro do contexto da comunicação criminal e percepção policial.

5.5. ENCAMINHAMENTOS DOS RESULTADOS

Com o foco principal no desenvolvimento da competência comunicativa por parte dos policiais militares da PMDF, a presente dissertação apresenta alguns encaminhamentos fundamentais, sobre esse contexto, à própria Corporação referida.

Primeiramente, é preciso considerar a disciplina de linguagem e comunicação policial como sendo a base, bem como o *elo* privilegiado com todas as demais disciplinas dos respectivos cursos de formação policial. E essa disciplina deve abarcar conteúdos linguísticos iniciais sobre língua, linguagem e variações de linguagem social em aspetos verbais, não verbais e paraverbais, bem como amostras e experiências culturais e práticas profissionais da área policial.

O que se espera também é que os próximos cursos de formação policial passem a proporcionar aos novos policiais em processo de formação, conteúdos disciplinares dentro de uma abordagem comunicativa, incluindo teorias relevantes e ensaios prévios de uso da linguagem policial em seus respectivos sistemas de comunicação envolvidos, isto é, oficial, social e operacional. O complexo sistema que envolve o processo de comunicação na Corporação (*internet*, rede de rádios) precisa ser enxergado como parte acessória da linguagem e comunicação policial e não mais como a parte principal e única.

A linguagem e as comunicações operacionais para o policiamento convencional e especializado precisam ser constituídas a partir de abordagens comunicativas, utilizando tanto os tecnoletos quanto os *taticoletos* em atividades práticas de modo que os policiais militares saibam se comunicar de forma adequada com todos os demais policiais do policiamento

especializado, tais como aéreo, de choque, de intervenções em crises e outras especializações, bem como também com todos os demais agentes pertencentes a outras instituições de segurança pública, quando numa operação em conjunto.

É preciso que a Corporação reorganize a sua estrutura de ensino e aprendizagem com um olhar atento ao desenvolvimento da comunicabilidade policial, bem como crie disciplinas específicas, abrangendo a participação de unidades policiais diversas de forma conjunta. Como exemplo, podemos mencionar uma disciplina voltada exclusivamente para a comunicação entre o policiamento convencional e o policiamento aéreo, devido às especificidades desse tipo de policiamento.

Não seria necessário aumentar a carga horária, mas, adequar a parte de atividade prática profissional que, por sua vez, tem uma carga horária satisfatória para o desenvolvimento comunicativo por parte dos novos policiais militares. Contudo, para essa adequação, as aulas em sala de aula precisam apresentar uma abordagem igualmente calcada na comunicação, configurando de forma prévia, os filtros afetivos positivados por parte desses alunos policiais.

Destarte, os novos policiais necessitam passar por experiências dentro e fora da sala de aula, ou seja, a partir de teorias conceituais, ensaios temáticos e práticas profissionais, proporcionando desse modo, a aquisição da linguagem policial, bem como o desenvolvimento da competência comunicativa por meio dessas interações sociais, tornando-se assim, não somente peritos operacionais, mas também peritos comunicacionais.

Para o aperfeiçoamento do processo de comunicação entre os próprios policiais militares, bem como entre a sociedade de um modo geral, é interessante também que a própria Corporação venha instituir núcleos científicos para a realização de estudos e pesquisas a respeito de linguagens e comunicações policiais para o policiamento especializado (aéreo, de controle de distúrbios civis, de intervenção etc.), bem como também a público social específico, como é o caso dos surdos e turistas diversos, com vistas ao aperfeiçoamento da formação por parte de policiais militares previamente selecionados para a recepção desse tipo de público exclusivo.

O ensino de linguagem e comunicação policial dentro de uma abordagem comunicativa (interativa e construtiva) se mostra como um fator essencial para o processo de formação dos novos policiais militares, uma vez que esses profissionais necessitam possuir a competência comunicativa desenvolvida para o exercício de todas as funções de policiamento frente à sociedade como um todo.

Assim sendo, para o desenvolvimento da competência comunicativa por parte dos policiais militares, é preciso construir, já nos respectivos cursos de formação policial, a relação interacional, com todos os eixos sociais, e essa construção não se consolida apenas com teorias, porém, com práticas altamente construtivas. Como sabemos, a comunicação é formada pela união de duas palavras, a saber, *comum* + *ação*; desse modo, todas as funções policiais que envolvem aspectos comunicacionais necessitam ser estabelecidas com vistas à participação comum da sociedade em geral.

É preciso trabalhar, inicialmente, a aquisição (inconsciente) da linguagem e comunicação junto aos novos policiais e em segundo lugar a aprendizagem (consciente), uma vez que, a aprendizagem sem a aquisição prévia, se torna vazia, parcial e altamente vaga. Outro fator importante a ser reforçado é o valor que a linguagem policial (*policialês*) ocasiona para a consolidação da cultura organizacional das próprias instituições policiais, bem como ao processo de profissionalização dos próprios policiais militares, uma vez que trata-se de uma variação completamente natural da nossa própria Língua materna, sendo assim, precisa ser valorizada como um elemento essencial para o exercício de todas as funções policiais.

É essencial destacar ainda que o ensino estrutural (sistêmico e formal) também tem a sua importância, porém, deve ser um elemento secundário no ensino comunicativo, ou seja, primeiro os policiais precisam conhecer e adquirir a linguagem policial, bem como cada um de seus componentes comunicativos em uso (verbais e não verbais) e depois devem reconhecer e aprender a usar essas linguagens em cada sistema comunicativo institucional (oficial, social e operacional) e, logo em seguida, necessitam aprender as aplicações e as normas institucionais para o uso de cada componente comunicativo da linguagem policial, incluindo também a forma adequada dos equipamentos de comunicação operacional (rádios e sistemas). Observa assim, a abordagem comunicativa sendo empregada em primeiro modo e depois uma abordagem mais estrutural.

É necessário assegurar ainda que a presente dissertação não avaliou os treinamentos operacionais diversos da referida Corporação, mas, sobretudo, as disciplinas que envolvem aspectos de linguagem e comunicação policial dos respectivos cursos de formação policial (CFP e CFO). É viável ressaltar ainda que, para as demais atividades operacionais policiais militares que envolvem técnicas e táticas operacionais, os policiais militares da PMDF treinam de forma exaustiva, durante todo o período de formação policial, bem como depois de formados, isto é, no dia a dia do serviço policial em suas respectivas unidades (convencionais ou especializadas). É altamente reconhecido que os policiais militares do DF estão sempre procurando aprimorar e aperfeiçoar cada vez mais suas atividades operacionais, ou seja,

buscando a eficiência profissional e a competência operacional para melhor servir a sociedade da Capital Federal.

Porém, reiterando o que já foi evidenciado por esta dissertação, os cursos de formação policial (CFP e CFO) não proporcionam aos novos policiais em formação, o desenvolvimento esperado da competência comunicativa, uma vez que esses cursos possuem abordagens voltadas mais ao aspecto estrutural e não comunicativo. O que se espera então é que a PMDF, por meio do ISCP, passe a constituir, em seus respectivos cursos de formação policial, abordagens mais comunicativas em disciplinas que envolvam aspectos de linguagens e a comunicação policial, o que de certa forma irá refletir, positivamente, nas demais disciplinas, bem como em todas as demais atividades operacionais existentes na Corporação, trazendo, assim, o aperfeiçoamento evolutivo que só essa abordagem proporciona e não a sistematização sensível, característica principal de abordagens estruturais.

Enfim, tal como em todas as demais competências operacionais, a saber, táticas, métodos e técnicas policiais, a competência comunicativa, caracteriza-se como sendo mais um elemento essencial para todas as demais atividades policiais. Os policiais militares, não somente da PMDF, mas de todos os demais órgãos policiais do Brasil precisam buscar o aperfeiçoamento de suas funções profissionais partindo inicialmente do eixo da formação acadêmica, contemplando conteúdos disciplinares em teorias contextuais e práticas sociais (em conexão umas com as outras), compreendendo do mesmo modo a aprendizagem da linguagem policial em competência legítima isto é, possuindo, além da competência operacional, a competência comunicacional para o exercício crítico da profissão.

REFERÊNCIAS

1º CORÍNTIOS. In: *A Bíblia Sagrada: antigo e novo testamento*. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Sociedade Bíblia do Brasil, 1993.

AGUIAR, Vera Teixeira de. *O verbal e o não verbal*. São Paulo: UNESP, 2004.

ALEXANDRE, Zélia Lopes; MACHADO, Bruno César Amorim; MELO, Clayton Lima. *Características e Limitações do Método Start no Atendimento Pré-Hospitalar: Revisão Integrativa*. Rev enferm UFPE on line., Recife, 8(supl. 1):2413-21, jul, 2014. Disponível em: <www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/download/.../9807>. Acesso em: 12 set. 2017.

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. Sobre competências de ensinar e de aprender línguas. In: ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de (Organizador). *Competências de aprendizes e Professores de Línguas*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2014.

_____. A abordagem orientadora da ação do professor. In: ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de (Organizador). *Parâmetros atuais para o ensino de Portuguesa Língua Estrangeira*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1997.

_____. Aprendizagem e Ensino de Línguas em Contextos Tecnológicos. In: Revista Reverte (*Revista de Estudos e Reflexões Tecnológicas*) da FATEC/Indaiatuba (SP), ISSN 1806-0803, p. 220-231, Vol. 06, no. 01, dez. 2008.

_____. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. 7ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2013.

_____. *Estudar línguas na especificidade*. Mimeo/UnB, 2017.

_____. *Fundamentos de Abordagem e Formação no Ensino de PLE e de Outras Línguas*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2011.

_____. *Quatro Estações no Ensino de Línguas*. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2015.

ANGROSINO, Michael. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANTHONY, Edward. M. *Approach, method and technique*. English. Language Teaching, vol.17, 1963.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de Filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1998.

BARBIRATO, Rita de Cássia; ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de (organizadores). *Interação e aquisição na aula de língua estrangeira*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2016.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984. *Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7289.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. *Institui o Código de Trânsito Brasileiro*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. *Manual de Campanha C 24-9: exploração em radiotelefonia*. 4ª ed. 2004. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/375/1/C-24-9.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. *Manual de Campanha C 24-12: comunicações: sinais de serviço e indicativos operacionais*. 1ª ed. 1972. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/379>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BRASÍLIA. Distrito Federal - DF (Estado). Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF. Academia de Polícia Militar de Brasília - APMB. Escola de Formação de Praça - EFP, 2014. *Meios de comunicação institucional e operacional* (Apostila do Curso de Formação de Praças – CFP III).

_____. Distrito Federal – DF (Estado). Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF. Departamento de Educação e Cultura – DEC. Instituto Superior de Ciências Policiais – ISCP. Academia de Polícia Militar de Brasília – APMB. Escola de Formação de Oficiais - EFO, 2012. *Projeto pedagógico de curso*. (Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Ciências Policiais).

_____. Distrito Federal – DF (Estado). Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF. Departamento de Educação e Cultura – DEC. Instituto Superior de Ciências Policiais – ISCP. Academia de Polícia Militar de Brasília – APMB. Escola de Formação de Praça - EFP, 2014. *Plano de curso do CFP*. (Plano de Curso do CFP).

_____. Distrito Federal - DF (Estado). *Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF*. Disponível em: <<http://www.pmdf.df.gov.br/site/>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. Distrito Federal- DF (Estado). *Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF/ Instituto Superior de Ciências Policiais – ISCP/DEC*. Disponível em: <<http://iscp.pm.df.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

CABELLO, Ana Rosa Gomes. *Linguagens especiais: realidade linguística operante*. Universidade Estadual Paulista: Uniletras 24, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/242/238>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

- CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- CARVALHO, Sérgio waldeck de; SOUZA Luiz Marques de. *Roteiros de comunicação e expressão*. 4ª ed, Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 6ª ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- CHOMSKY, Noam. *Readings for Applied Linguistics*. London: Oxford University Press, 1973.
- COSTA, Arthur Trindade; LIMA Renato Sérgio de. Segurança pública. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (orgs.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.
- CUNHA, Angélica Furtado da; COSTA, Marcos Antônio; MARTELOTTA, Mário Eduardo. Linguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de linguística*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- DAVIS, Flora. *A comunicação não-verbal*. Tradução de Antonio Dimas; direção da edição de Fanny Abramovich. São Paulo: Summus, 1979.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti; VIÁ, Sarah Chucid. *Pesquisa empírica em ciências humanas (com ênfase em comunicação)*. São Paulo: Futura, 2001.
- DUDLEY-EVANS, J.J.; SAINT JOHN, M. *Developments in English for specific purposes: a multi-disciplinary approach*. Cambridge University Press, 1998.
- ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- FAULSTICH, Enilde Leite de Jesus. *Lexicologia: a linguagem do noticiário policial: para uma análise estrutural de campos semânticos*. Brasília: Horizonte, 1980.
- FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GLOSSÁRIO DE LINGUÍSTICA APLICADA. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada - PGLA. Universidade de Brasília – UnB. Coordenação científica de ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de, 2017. Disponível em: <<http://glossario.sala.org.br/>>. Acesso em: 29 set. 2017.
- GODINHO, Letícia. Participação e segurança pública. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (orgs.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

- GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- HYMES, Dell H. On communicative competence. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. Extracts available in: DURANTI, Alessandro. (2001), "*Linguistic anthropology: a reader*", pp. 53-73. New York: Wiley-Blackwell, 1971.
- HUTCHINSON, T; WATERS, A. *English for specific purposes: a learning centred approach*. Cambridge University Press, 1987.
- IFRAH, George. *Os números: a história de uma grande invenção*. São Paulo: Global, 1989.
- ILARI, Rodolfo. *Introdução ao estudo do léxico brincando com as palavras*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- ITU. União Internacional de Telecomunicações. *Abreviaturas Válidas e Sinais a Utilizar para Radiocomunicações no Serviço Móvel Marítimo*. Rec. ITU-R M.1172 (1995). Disponível em: <https://www.itu.int/dms_pubrec/itu-r/rec/m/R-REC-M.1172-0-199510-I!!PDF-E.pdf>. Acesso em: 16 set. 2017.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. 20ª ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- KONDRATOV, Aleksandr Mikhailovich. *Sons e sinais na linguagem universal; semiótica, cibernética, linguística, lógica*. Brasília-DF. Coordenada, 1972.
- KRASHEN, Stephen. D. The Monitor Model for Second-Language Acquisition. In: GINGRAS, R. C. (org.). *Second-Language Acquisition & Foreign Language Teaching*. Washington: Center for Applied Linguistics, 1978.
- _____. *The Input Hypothesis: Issues and Implications*. Londres/Nova York: Longman, 1985.
- KRIEGER, Maria da Graça. *Heterogeneidade e dinamismo do léxico: impactos sobre a lexicografia*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. N.º 46 – 1.º semestre de 2014 – Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/3360.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2017.
- LAFACE, Antonieta. *Vocabulário Acadêmico- um passo para a leitura técnica*. V. 22. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MESQUITA, Roberto Melo; MARTOS, Cloder Rivas. *Gramática Pedagógica*. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29ª ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MONTEIRO, José. *Para compreender Labov*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MUNIZ, Jacqueline; JÚNIOR, Domicílio Proença. Mandato policial. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (orgs.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

NPETUR. Núcleo de Pesquisa e Estudos Turísticos da Universidade Tuiuti do Paraná *Alfabético Internacional*. Disponível em: <http://www.utp.br/npetur/alfabeto_intnl_fonetico.htm>. Arquivo capturado em: 14 set. 2009.

NUNES, Paulo César Ribeiro. *Estudo do léxico policial militar*. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, 2012. Disponível em: <www.bibliotecadigital.ufmg.br/.../disserta__o_vers_o_final_paulo_c_sar_r_nunes.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

OLIVEIRA, Hilderline Câmara de. *A linguagem no Cotidiano Prisional Enigmas e Significados*. 1ª ed. São Paulo: Paco Editorial, 2013.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e Filosofia*. São Paulo: Cultrix, 1972.

PONCIONI, Paula. Identidade profissional policial. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (orgs.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. *O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro*. Soc. estado. Vol. 20 n.º 3 Brasília Sept./Dec.2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922005000300005>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. *Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil*. Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 1 Edição 1 2007. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/3/1>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

ROBINSON, P. *ESP today: a practitioner's guide*. New York & London: Prentice Hall, 1991.

ROSÁRIO, Nísia Martins do. Corpos eletrônicos em discursos de audiovisuais. In: SILVA, Alexandre Rocha da; ROSSINI, Miriam de Souza (orgs.). *Do audiovisual às audiovisuais: convergência e dispersão nas mídias*. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2009.

SANTAELLA, Lúcia. *Percepção: fenomenologia, ecologia, semiótica*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VYGOTSKY, Lev. Semyonovich. *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*. COLE, M. et al (orgs.). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.

WILKINS, D. *Notional syllabuses*. Londres: Longman, 1976.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

APÊNDICE A- Termo de solicitação de acesso para pesquisa e consentimento

Eu, André Couto Santos, CPF XXX. XXX. XXX-XX, aluno regular do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PGLA) da Universidade de Brasília (UnB), inscrito na matrícula 16/0066719, venho, por meio deste, solicitar junto ao Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Polícia e Segurança Pública – CIEP/PMDF, a respectiva autorização para a realização de minha pesquisa de Mestrado intitulada “TÓPICOS DO *POLICIALÊS*: o processo de Ensino e Aprendizagem da Linguagem policial na Polícia Militar do Distrito Federal”⁴⁹, sob a orientação do Professor. Dr. José Carlos Paes de Almeida Filho. Esclareço que o estudo tem como objetivo fundamental a realização de uma análise sistemática e descritiva da linguagem policial (*policialês*) e seus componentes de linguagem, desempenhada na Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e, por conseguinte, demonstrar e esclarecer o processo do ensino e aprendizagem/aquisição dessa mesma linguagem policial por parte dos respectivos policiais militares da Corporação em seus respectivos cursos de formação policial, a partir de uma perspectiva élfica (Ensino de Línguas para Fins Específicos) – ELFE, a fim de corroborar, do mesmo modo, ao ensino da linguagem e comunicação policial nos mencionados cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento de policiais da própria Instituição. Portanto, a pesquisa pretende responder as seguintes perguntas: Em que consiste o *policialês* e quais são os seus componentes de linguagem? Como se dá o processo do ensino e aprendizagem/aquisição da linguagem policial por parte dos policiais militares na Corporação PMDF em seus respectivos cursos de formação policial, atualmente? De que consistiria um planejamento de um curso de formação policial, incluindo o ensino e aprendizagem da linguagem e comunicação policial, alinhada à abordagem comunicativa na Corporação PMDF?

Brasília, 10 de dezembro de 2016.

A autorização do Comandante Geral da PMDF (CEL QOPM NUNES) para a realização da pesquisa na respectiva Corporação foi realizada por meio da CIRCULAR nº 37 – SAd/DEC/PMDF, com data de 03 de maio de 2017, assinada pelo então CEL QOPM WILLIAM DELANO - Diretor da DPPHC/Pró-reitor de Pesquisa do ISCP.

⁴⁹ Acatando a sugestão da Banca Examinadora, esse tema foi alterado.

APÊNDICE B - Perguntas dos questionários

QUESTIONÁRIO PARA OS COMANDANTES DAS ESCOLAS (EsFP/EsFO)

1. Dentro das disciplinas de Comunicação Social/Telecomunicações, o que é ensinado aos novos policiais militares nos respectivos cursos de formação policial?
2. Como são dados os respectivos conteúdos, há uma aplicação de teoria e depois prática?
3. Há alguma utilização de materiais didáticos ou análogos por parte dos instrutores ou professores na aplicação dessas disciplinas aos policiais em cursos diversos? Se sim, que tipos de materiais são utilizados?
4. Os professores que ministram os cursos de Comunicação Social, bem como de Telecomunicações, são formados para atuar como professores? São policiais? Se não, têm experiências com linguagens policiais?

QUESTIONÁRIO PARA OS POLICIAIS DAS UNIDADES DE ÁREA

1. Em relação ao tema Comunicação Social/Telecomunicações, o que os senhores aprenderam em seus cursos de formação policial?
2. Que tipo de linguagens os senhores utilizam nas comunicações de serviços operacionais e entre os seus próprios pares?
3. Ao saírem de seus respectivos cursos, os senhores se sentiram preparados ou aptos para a prática de comunicação operacional (policial x policial), bem como social (policial x cidadão comum)?
4. Em seus períodos de atuação policial, já se depararam com alguma palavra que não souberam interpretar ou entender?
5. Os senhores sabem especificar o que são comunicações verbais e não verbais? Se sim, podem dar exemplos desses dois tipos de comunicações utilizados no serviço policial?

APÊNDICE C – Glossário de Expressões Policiais Militares Ordenativas

À Vontade! É uma voz de comando para que os policiais militares fiquem em posição de descansar numa determinada ordem unida.

Acelerado marche! É uma voz de comando para que a tropa execute uma marcha cadenciada em corrida.

Alto! É uma voz de comando para que os policiais parem a marcha e permaneçam em posição de sentido.

Apresentar Arma! É uma voz de comando em ordem unida para que os policiais militares executem as respectivas saudações militares (abater as espadas, prestar a continência ou expor o fuzil frente ao corpo).

Carregar, apontar fogo! É a voz de comando para que os policiais militares que estão em linha de frente de tiro, executem os respectivos tiros com a arma de fogo de forma cadenciada (na mesma sequência). Sem a cadência, a voz de comando é realizada da seguinte forma: “alvos à frente, fogo à vontade”!

Cobrir! É a voz de comando para que os policiais militares formem o agrupamento policial militar (em colunas), medindo os espaços e os intervalos entre eles, esticando as mãos uns aos outros.

Cruzar arma! É a voz de comando para que os policiais militares que estiverem com as armas longas (fuzis, escopetas e outros) as coloquem de forma cruzada ao corpo.

De pé um-fois! É a voz de comando para que os policiais militares que estiverem sentados possam se levantar de forma cadenciada.

Descansar arma! É a voz de comando para que os policiais militares coloquem as armas longas ao chão, porém, encostadas ao corpo e empé.

Descansar! É a voz de comando para que os policiais militares que estiverem em posição de

sentido, saiam dessa posição e entre na posição de descansar, ou seja, cruzem os braços para trás e abram as pernas numa distância curta, para uma melhor distribuição do peso corporal, permanecendo ainda em silêncio e imóveis.

Desembarcar! É a voz de comando para que os policiais militares desçam (saiam) das viaturas.

Direita volver! É a voz de comando para que os policiais militares que estiverem em posição de sentido (numa formatura), virem para o lado direito.

Em forma! É a voz de comando para que os policiais militares entrem em formatura militar, ou seja, em colunas.

Em frente! É a voz de comando para que os policiais militares marchem ou se desloquem para frente.

Embarcar! É a voz de comando para que os policiais militares adentrem nas viaturas.

Esquerda volver! É a voz de comando para que os policiais militares que estiverem em posição de sentido (numa formatura), virem para o lado esquerdo.

Firme! É a voz de comando efetuada depois da ordem de “cobrir”! Para que os policiais abaixem os braços esticados e permaneçam em posição de sentido.

Fora de forma, marche! É a voz de comando para que os policiais militares possam sair de uma formatura policial militar ou de uma posição de sentido.

Frente para (à direita, à esquerda ou retaguarda)! É a voz de comando para que os policiais militares que estiverem na posição de descansar (numa formatura) girem, por meio de um salto, na posição ordenada.

Marcar passo! É a voz de comando para que os policiais militares parem o deslocamento em

marcha, porém, permaneçam marchando sem sair lugar.

Olhar a Direita (esquerda)! É a voz de comando para que os policiais militares, em plena marcha, girem somente a cabeça, na direção ordenada.

Olhar frente! É a voz de comando para que os policiais militares, em plena marcha, girem somente a cabeça, para frente. Essa ordenação é realizada logo após o comando de olhar a direita ou à esquerda.

Ombro arma! É a voz de comando para que os policiais militares que estiverem com as armas longas, as coloquem sobre os ombros.

Ordinário (com cadência ou sem cadência)

Marche! É a voz de comando para que os policiais

militares iniciem a marcha como ordenado, isto é, dentro do mesmo compasso ou fora de compasso.

Perfilar! É a voz de comando para que a tropa corrija a formação das colunas.

Sentado um-dois! É a voz de comando para que os policiais militares sentem-se ao solo de forma cadenciada.

Sentido! É a voz de comando para que a tropa fique em posição de sentido.

Voltas volver! É a voz de comando para que a tropa gire em posições previamente avisadas, ou seja, direita ou à esquerda.

Obs. Nas Forças Armadas, bem como nas polícias militares do Brasil, existem outras expressões ordenativas, porém, optei em referir as mais comuns, dentre essas forças militares.

APÊNDICE D – Glossário de Termos Policiais Militares

A

Abordagem policial: O mesmo que averiguar, indagar, examinar, apurar, revistar etc.

Academia de Polícia Militar - APM: Local responsável pela coordenação dos respectivos cursos de formação de oficiais e praças da Corporação.

Apreensão: O mesmo que apanhar, capturar. Utilizado para referir à captura de menores de idades que praticam contravenções ou mesmo a tomada de posse de certos objetos por meio de ordens judiciais.

Armamento policial: É conjunto de armas de fogo que os policiais militares utilizam em seus respectivos serviços (submetralhadoras, fuzis, espingardas, carabinas, pistolas, revolveres e outros).

Auto de infração: Documento utilizado pelos policiais militares para descrever a ocorrência de eventos ilícitos, dentre os apontamentos: as condutas; as participações de pessoas envolvidas e respectivas procedências.

Autor: É aquele que comete ou concorre para o ato criminoso.

Averiguação: O mesmo que investigação, verificação, apuração etc.

B

Batalhão de Polícia Militar - BPM: Trata-se de uma unidade policial operacional responsável pelo policiamento ostensivo numa determinada cidade.

Boletim de Ocorrência: É o famoso B.O, ou seja, trata-se de um documento oficial utilizado para os registros, em delegacias de Polícia Civil, por parte

das vítimas e autoridades policiais, de eventos criminosos para a realização de apurações cabíveis.

Boletins Internos e Reservados: São documentos utilizados pelas unidades policiais militares, para a divulgação de atos institucionais à própria corporação.

C

Cadeia: O mesmo que prisão.

Capelania de Polícia Militar: É responsável pela assistência religiosa aos policiais militares. São dirigidas por oficiais capelães (padre/pastor).

Capturar: O mesmo que apanhar, deter.

Casa Militar - CMil: Responsável pela segurança pessoal do governador, familiares e interesses institucionais.

Centro de Operações Policiais Militares -

COPOM: Local responsável pelo atendimento telefônico ao público para emergências policiais. Na maioria dos Estados do País existe o COPOM.

Coautor: É o coparticipante de um ato criminoso, ou seja, aquele que auxilia o autor.

Comandante Geral: É o coronel, nomeado pelo governador, para exercer o comando superior numa determinada corporação policial militar.

Comandante: É aquele que exerce o comando.

Companhia de polícia: Trata-se de uma subunidade de um determinado batalhão de polícia militar.

Condução policial: Trata-se de um encaminhamento de certo suspeito a uma delegacia de polícia.

Confissão: O mesmo que admissão ou revelação.

Continência: Trata-se da saudação pessoal realizada pelos policiais militares para demonstrar a

urbanidade profissional um ao outro, bem como o devido respeito às demais autoridades públicas investidas por lei, bem como à sociedade.

Contravenções: Trata-se de crimes de menor potencial ofensivo cujas punições são: pena de prisão simples; pagamento de multas; prestação de serviço voluntário à comunidade e outros.

Corpo da Guarda: Centro de uma guarnição, onde ficam os coordenadores e a tropa em plantão.

Corpo de Bombeiros Militares: São órgãos permanentes da segurança pública, constituídos por meio dos princípios da hierarquia e da disciplina e são encarregados de executar as seguintes atividades: defesa civil; preservação e combate a incêndios; buscas; salvamentos e socorros.

Corporação: Termo utilizado para definir ou determinar toda a instituição policial militar, envolvendo a estrutura física e o pessoal.

Corregedoria de Polícia Militar: Local responsável pela investigação, instauração de inquéritos e sindicâncias e respectivas punições administrativas aos policiais que cometerem transgressões diversas.

Crime: Equivale a todas as ações contrárias à legislação penal vigente, bem como reprovada e condenada pelo Estado. Existem os crimes dolosos (intencionais), culposos (acidentais), consumados (concluídos) e tentados (interrompidos).

Criminoso reincidente: É o agente contumaz na prática criminosa.

Criminoso: É a pessoa que comete crimes.

D

Delegacia de Polícia - DP: É uma unidade fixa de Polícia Civil para o atendimento ao público em geral, bem como o local onde se coordenam as investigações criminais e as detenções temporárias dos indiciados. Conhecida em alguns Estados do País como Distrito Policial.

Delegado de polícia: É o chefe de uma delegacia de polícia judiciária (civil) e o dirigente de inquéritos policiais.

Delinquente: O mesmo que criminoso, meliante, marginal etc.

Delito: O mesmo que crime.

Deslocamento policial: É a movimentação, uma partida ou a ida de um lugar para outro de uma determinada guarnição policial.

Detenção: O mesmo que assegurar, apreender etc.

Diligência policial: O mesmo que averiguação ou investigação.

Distintivo: Trata-se de uma insígnia honorífica (acessório ou adereço) utilizada pelos policiais militares para a identificação pessoal como autoridade pública estatal.

Drogas: São todas as substâncias naturais ou artificiais que modificam as funções normais do organismo humano e são capazes de causar a dependência. São denominados também de entorpecentes, psicotrópicos, narcóticos e outros. Os principais tipos de drogas no Brasil são: a) as naturais – a maconha que é feita a partir da planta Cannabis sativa e as suas variações que são o Skunk e o Haxixe. b) as sintéticas - o Ecstasy e o LSD e, por fim, as c) Semi-Sintéticas – a cocaína que é um pó produzido a partir da folha de coca, e as variações, que são a merla (pasta de coca), o oxi e o crack que é uma versão da cocaína em pedra e é altamente viciante.

E

Equipamento policial: São todos os aparelhamentos utilizados pelos policiais militares, tais como, armas, munições, algemas, tonfa, carregador, porta carregador, coldres, colete tático etc. Existem também os equipamentos policiais sobressalentes que são utilizados, na maioria das vezes, por grupamentos de polícia especializada

que são as granadas não letais, o traje antibomba, o escudo balístico, capacete tático, exoesqueleto e outros.

Esquadrão: Trata-se de um pequeno grupamento especializado de policiais militares, organizados e habilitados para exercerem ações táticas altamente especiais.

Estado Maior – EM: Trata-se de órgão central de uma instituição policial militar responsável pelo planejamento administrativo e estratégico da Corporação.

Exame de corpo de delito: Trata-se de uma análise pericial no corpo de uma determinada vítima realizada pelo Instituto Médico Legal – IML para averiguar e constatar as alterações materiais provenientes de um crime.

F

Fardamento: É a vestimenta do policial militar (calça, camiseta, coturno, cobertura – boné e outros).

Fiança: É uma garantia legal realizada por meio de um pagamento de um determinado valor para que o acusado possa permanecer e responder em liberdade provisória.

Foragido: Trata-se da pessoa procurada pela (Justiça/Polícia) para o andamento de processo criminal ou mesmo para o cumprimento de pena.

Formatura policial militar: Trata-se de um cerimonial policial altamente formal, protocolizado e realizado por meio da disciplina militar.

G

Graduação: É o grau hierárquico dos praças policiais militares.

Grupamento de polícia militar: Trata-se de um grupo policial militar de médio porte.

Guarda de honra e revista à tropa: Trata-se de uma organização em formatura militar de forma perfilada e com a tropa armada com objetivo de homenagear, bem como demonstrar a reverência às autoridades públicas constituídas.

Guarnição policial: Trata-se de um grupo policial em plena atividade, ou seja, uma viatura em patrulhamento ou mesmo um grupo de policiais reunido em um determinado local.

H

Hierarquia policial militar: Trata-se da base de organização de todas as classes dos policiais militares em postos para oficiais e graduações para praças. A) Postos: Coronel; Tenente-Coronel; Major; Capitão; 1º Tenente e 2º Tenente. B) Graduações: Aspirante-a-Oficial; Cadete; Subtenente; 1º Sargento; 2º Sargento; 3º Sargento; Cabo; Soldado de 1ª Classe e Soldado de 2ª Classe.

I

Incorporação: É o ato de incorporar, ou seja, de integrar, de fazer parte. É usado para especificar os grupos de policiais militares aprovados em certames diversos juntamente com seus respectivos anos de ocorrência.

Indiciamento: Trata-se da imputação de alguém (suspeito), no inquérito policial, devido à prática de algum ilícito penal.

Inquérito Policial Militar – IPM: Trata-se de uma apuração sumária de crime militar.

Inquérito policial: Trata-se de um conjunto de diligências, por parte da polícia judiciária com o intuito de investigar as infrações penais diversas, levantar as participações, as autorias e as vítimas e, assim, fundamentar a denúncia ou a queixa.

Instrução Policial Militar: É todo curso oferecido aos policiais com intuito de aperfeiçoá-los.

Intercepção: O mesmo que interromper ou deter.

Interrogatório policial: É o ato de interrogar, isto é, questionar, entrevistar um suspeito ou autor de crime.

Intimação: É o ato de intimar, avisar ou notificar uma pessoa (física ou jurídica), podendo ser judicial ou policial.

J

Justiça: Refere-se ao Poder Judiciário do Estado em dizer o direito (jurisdição), isto é, dizer o que é justo ou correto de acordo com as leis vigentes. Compõe o âmbito da justiça, os juízes, os promotores, os servidores (técnicos e analistas), os oficiais de justiça, os conciliadores, os advogados e outros.

K

-

L

Liberdade provisória: Trata-se de um ato de natureza penal que autoriza um determinado acusado de crime a responder o processo judicial em liberdade, mediante, porém, algumas condições definidas pela justiça.

Lotação policial: O mesmo que designação, emprego ou colocação policial.

M

Mandado de busca e apreensão: Trata-se de uma diligência judicial ou policial que tem por finalidade encontrar objetos ou pessoas.

Mandado de prisão: Trata-se uma ordem realizada por uma autoridade competente (juiz de direito), determinando a prisão de uma pessoa em virtude de uma condenação criminal decretada.

Missão: O mesmo que operação, tarefa, trabalho etc.

Munição: É o projétil de arma de fogo.

N

-

O

Ocorrência policial: É todo evento social que demanda a ação policial.

Oficiais: Corresponde ao posto de 2º tenente a coronel. São os policiais militares que exercem funções de comando, chefia e direção.

Operação policial: O mesmo que atividade, missão ou tarefa.

Ordem Unida: Trata-se de uma formação padronizada policial militar em marcha (desfile) de forma cadenciada ou parada em solo fixo por meio de movimentos organizados e equilibrados. A ordem unidade pode ser realizada por meio de pessoal, animal ou viaturas policiais.

Ouvidoria de Polícia Militar: Local destinado ao atendimento por parte da população para o recebimento de denúncias, elogios, reclamações e sugestões etc. é chefiada por um (oficial) ouvidor de polícia.

P

Patente: Trata-se de um título (diplomação) o qual certifica o oficial policial militar para o desempenho da função - (carta patente).

Patrulhamento: O mesmo que ronda.

Pelotão de polícia militar: Refere-se a um grupo policial militar de médio porte, organizado, geralmente, dentro de uma determinada companhia de polícia militar.

Pena: Trata-se de uma sanção penal, imposta legalmente pelo Estado a um culpado, por meio de uma sentença judicial, devido à prática de algum crime, podendo consistir em privação de liberdade ou restrição de direitos.

Perícia policial: Trata-se de um exame realizado por um policial especialista (perito policial) com o intuito de verificar, bem como esclarecer fatos criminais, por meios de indícios (provas).

Perseguição policial: O mesmo que enalço ou caçada. A perseguição policial tem o objetivo de capturar ou deter o fugitivo, já o acompanhamento não tem esse objetivo, assim, não se pode falar em acompanhamento policial para esses casos, trata-se, portanto, de uma perseguição tática policial.

Policial desertor: É o policial que se ausenta do serviço por um período alongado de forma injustificada.

Policial extraviado: É o policial que se encontra desaparecido de forma estendida em decorrência de uma operação ou atividade policial (sem o devido esclarecimento sobre o evento).

Policimento convencional: Trata-se do policiamento comum, isto é, que não possui uma especialidade específica. Pode ser caracterizado também como policiamento comunitário.

Policimento Especializado: Trata-se do policiamento que demanda um tipo de especialização para o ponto emprego da ação policial, dentre alguns exemplos: policiamento de choque; policiamento de gerenciamento de crise;

policiamento com cães; policiamento aéreo; policiamento de trânsito etc.

Policimento Ostensivo: É o policiamento realizado pelas polícias militares com o objetivo de preservar a ordem pública através de ações preventivas, repressivas. Além do policiamento ostensivo geral (POG), há também o policiamento ostensivo aéreo, ambiental, de preservação patrimonial, de trânsito e outros.

Polícias civis: São órgãos permanentes da segurança pública que exercem as funções de polícia judiciária, isto é, apurar as infrações penais, exceto as militares e são dirigidas por delegados de polícia de carreira. Dentro do âmbito policial civil existem também os agentes de polícia, os escrivães, os peritos etc.

Polícias Militares: São órgãos permanentes da segurança pública, constituídos por meio dos princípios da hierarquia e da disciplina e são encarregados pelo policiamento ostensivo, bem como pela preservação da ordem pública nos respectivos Estados do País.

Porte / posse de arma: O porte é o ato de trazer a arma consigo, diferentemente da posse, que é a conservação da arma de fogo em ambientes próprios (residência, local de trabalho etc.). Pode ser também o documento legal e oficial que dá a autorização para o porte de arma a uma determinada pessoa. Existem as armas de fogo de uso permitido (autorizada a pessoas físicas e jurídicas), de uso restrito (exclusivo das Forças Armadas e instituições de segurança pública) e as armas longas e curtas.

Posto de Comando – P.C: Local destinado aos policiais que estão no comando (coordenação) de uma determinada operação policial militar.

Posto policial: Trata-se de uma estrutura montada em um determinado local para que os policiais permaneçam de forma fixa ou temporariamente no policiamento.

Posto: Grau hierárquico do oficial policial militar.

Praças especiais: Corresponde à graduação de cadete a aspirante. São os futuros oficiais policiais militares, porém, em período de formação e estágio.

Praças: Corresponde à graduação de soldado a subtenente. Executam o serviço de policiamento e auxiliam os comandantes.

Presídio, penitenciária ou prisão: Local destinado a manter o condenado preso.

Preso: É a pessoa mantida legalmente encarcerada por cometimento de crimes.

Prisão em flagrante: É aquela efetuada no momento exato em que a infração penal ocorre.

Prisão preventiva: É aquela decretada pelo juiz durante a fase do inquérito ou da instrução criminal, tendo como medida a natureza cautelar.

Prisão temporária: É aquela decretada pelo juiz, quando imprescindível para a investigação criminal, tendo um prazo limitado.

Processo judicial: Trata-se de uma ação judicial, ou seja, é o exercício da jurisdição tendo como objetivo a solução definitiva de conflitos.

Procurado pela justiça/polícia: O mesmo que foragido, ou seja, trata-se da pessoa que possui um mandado de prisão em aberto por determinação judicial.

Promoção policial: É o efeito de ascensão a um nível mais elevado, ou seja, a um cargo ou a um posto superior.

Prontidão: Trata-se de uma medida de segurança, pela qual a tropa policial é mantida nas unidades para o pronto emprego de forma urgente.

Provas: São todos os indícios e vestígios produzidos dentro de uma prática de crime.

Q

Quartel: É o mesmo que batalhão, ou seja, trata-se de uma base militar, unidade ou instalação.

R

Refém: É a pessoa mantida aprisionada por meio de violência e contra a sua vontade por um delinquente como meio de garantias ilegais diversas.

Regimento: Trata-se de uma unidade policial militar de grande porte. Geralmente, é maior que um batalhão de polícia. Vários batalhões podem compor um regimento.

Revista policial: Trata-se de uma averiguação ou checagem num determinado suspeito.

Ronda policial: O mesmo que percorrer, vigiar, observar.

S

Segurança Pública: Trata-se da preservação efetivada da ordem pública e social, bem como da incolumidade das pessoas e do patrimônio comum.

Serviço Administrativo: É o serviço interno realizado pelos policiais dentro das unidades diversas.

Serviço de expediente: É serviço prestado pelos policiais militares em dias úteis da semana no período diurno.

Serviço de inteligência policial: Trata-se do serviço policial que demanda ações de investigações específicas.

Serviço de plantão: É o serviço policial de escala que, geralmente compreende o serviço normal de expediente, conjuntamente com o serviço noturno. O plantão pode compreender tão somente ao serviço noturno e a escala, a um serviço esporádico, isto é, enquanto durar a necessidade do emprego policial.

Serviço de Resgate: Trata-se do serviço do âmbito da saúde (Ambulância, paramédicos, bombeiros, SAMU e outros).

Serviço operacional: É o emprego policial ostensivo realizado nas ruas. Conhecido usualmente como serviço de ponta.

Sindicância: O mesmo que apuração.

Subordinado: Aquele que está sob a ordem de um comando superior.

Suspeito: Pessoa que possui indícios de participação em algum crime.

T

Tática policial: O mesmo que estratégia policial.

Técnica policial: O mesmo que habilidade operacional do policial (perícia).

Termo Circunstanciado - TC: Trata-se do registro de determinados fatos tipificados como infrações de menor potencial ofensivo.

Teste de Aptidão Física – TAF: É o exame que visa a avaliar a capacidade física do policial militar, bem como a de candidatos civis, em certame públicos, para o desempenho das funções típicas do cargo policial.

Testemunhas: São pessoas que presenciaram algum fato criminoso.

Treinamento Físico Militar – TFM: É a prática semanal de atividade física que visa a manter, bem como aprimorar a capacidade física dos policiais militares.

U

Obs. Cada instituição policial possui os termos específicos e os gerais. Os específicos são os termos próprios e os gerais são aqueles pertencentes a outras instituições, porém, ligadas diretamente ao serviço da segurança pública. Dentre alguns exemplos, podemos citar os termos da polícia civil, da polícia científica, dos bombeiros policiais militares etc. Optei em apresentar, neste glossário, os termos mais comuns ao serviço policial militar.

Unidade de Polícia Militar – UPM: O mesmo que batalhão.

Unidade de resgate - UR: Trata-se do serviço de resgate (saúde).

V

Viatura: É todo e qualquer veículo de transporte utilizado pela polícia militar.

Vítima: É a pessoa que sofre a agressão dolosa ou culposa, ou seja, que tem a sua natureza ofendida.

X

-

W

-

Y

-

Z

-

APÊNDICE E – Glossário de Jargões Policiais verbais

A

A casa caiu! Fim de linha! Foi pego! Usado pelos policiais militares para dizer que alguém está sendo detido ou preso.

A situação evoluiu! Piorou! Agravou-se! Tornou-se pior!

Acerto de conta: Homicídio ocasionado por motivo de desavença ou vingança

Acochambrar: Relaxar, enrolar, negligenciar, fazer corpo mole.

Aguerrido: Militar aparelhado, combativo.

Alteração: Problema ou situação de dificuldade.

Alterado: Drogado, bêbado ou policial que costuma dar problema.

Alvejado: Ferido com arma de fogo.

Alvorada: Acordar, despertar, amanhecer.

Ambientais: Policiais do policiamento ambiental.

Anjo: Preguiçoso, policial que trabalha mal.

Antigo ou antigão: Militar mais antigo, mais experiente, considerado o cabeça da turma.

Apagar: Matar.

Argola de prata: Algema.

Arma branca: Faca, canivete, estilete ou qualquer artefato cortante ou perfurante.

Aroeira: Militar padrão, bom de serviço.

Arrastão: Roubo ou furto em série.

Arrego: Desistência de algo, alguma coisa ou de alguém.

Arribar: Abandonar posto.

Arrocho: Tomar uma advertência.

Arroz: Acompanhante de criminoso.

Aspira: Aspirante a oficial.

Atravessar a barca: Passar a frente sem avisar, ir antes de outra guarnição sem a permissão, agir sem a permissão devida.

Autoridade: Policial mais antigo.

Avançar: Entrar, seguir, prosseguir.

Aviãozinho: Entregador de pequenas quantidades de entorpecentes (drogas).

AZM: Azar militar, perda de folga, contratempo em serviço etc.

B

B.O: É o Boletim de Ocorrência, isto é, um documento oficial utilizado para os registros, em delegacias de Polícia Civil, por parte das vítimas e autoridades policiais, de eventos criminosos para a realização de apurações cabíveis. É a famosa expressão popular “prestar ou dar queixa na delegacia”.

Bacalhau: Veículo com chassi trocado.

Baculejo ou Bacú: Revistar, averiguar.

Bagulho: Entorpecente.

Baixado: Doente, machucado, hospitalizado.

Bandeirão: É o ato solene de substituição da Bandeira Nacional na Praça dos três poderes, realizado pelas Forças Armadas, bem como também pelos órgãos da segurança pública do DF (PMDF/CBMDF).

Bandidão: Bandido perigoso, líder de uma quadrilha.

Barata voa: Fuga em massa de um grupo de manifestantes ou de criminosos para lados diversos.

Barca: Viatura maior, com maior potência.

Barra dois (/2): Soldado de segunda classe.

Barra um (/1): Soldado de primeira classe.

Base: Batalhão, unidade.

Batedores: Policiais que fazem escolta utilizando motocicletas.

Batida policial: Averiguação, operação, incursão, investida.

Bavopeanos: Policiais militares pertencentes ao Batalhão de Aviação Operacional – BavOp.

Besouro: Bala perdida.

Bicão ou bicudo: Fumador de maconha.

Bicheiro: Chefe de um grupo que executa o jogo do bicho.

Biqueira ou bica: Boca de fumo.

Bisonho: policial desatento, inábil ou inexperiente.

Bitacas ou bitaquinhas: Quiosques, barraquinhas, de vendedores ambulantes.

Bizu furado: Ideia ou informação ruim, péssima ou errada.

Bizu: Dica, ideia ou uma informação importante.

Boca de siri e olho de cobra: Expressão designada à população que não presta as informações necessárias à polícia, para a elucidação de algum crime ocorrido. Famoso “*não sei, não vi*”.

Boca podre: Complicado, difícil, complexo, situação gravíssima.

Boca/bocada: Boca de fumo.

Bolo doído: Festa regada a drogas e sexo, e com possível envolvimento de menores de idade.

Bopeanos: Militares do BOPE (Caveiras).

Bravo Mike: Bombeiro Militar.

Bronca: Rixa, desavença.

Bucha: Resquício de droga usada.

Bulldoguinha: Revolver calibre 38 de cano curto.

Buraco do rato: Recinto diverso aproveitado para esconder produtos de roubo ou furto.

Bute: Coturno (tipo de calçado) policial.

C

Cabeça: Líder de bando ou chefe de quadrilha.

Cabide: Comparsa que segura o B.O (assume a culpa) para o verdadeiro criminoso.

Cabo véi: Cabo mais antigo de uma unidade policial militar.

Cabrito: Veículo furtado, roubado.

Caçadores: Policiais militares da ROTAM.

Cachanga muda: Residência vazia, abandonada e sem morador, usada por delinquentes para cometer possíveis delitos.

Cachanga: Casa, barraco, moradia, ponto de encontro de meliantes.

Cachangueiro: Aglomeração de meliantes.

Cachorreiros: Policiais militares do BPCães. Conhecidos também como K-9 (Cinotécnicos).

Cafua: Esquema ilícito, falcatura, tramoia, fraude.

Cagão: Pessoa que tem medo.

Cagar e andar: Desobedecer, não se importar.

Cagar o pau: Errar, fazer algo fora do padrão ou do que se esperava (frustrar).

Cagar: Não se importar com algo.

Cair ocorrência: Receber uma chamada pelo rádio.

Cair pra dentro: Resolver, decidir, agir.

Camaleão: Meliante que costuma usar vários disfarces ou que muda de aparência constantemente para despistar a polícia.

Campana: Ficar, esperar, monitorar.

Camuflar: Esconder, disfarçar, encobrir.

Cana chefe: Agente de polícia civil mais antigo, em cargo de chefia na DP ou o próprio delegado.

Cana parça: Policial civil parceiro, amigo ou companheiro de policiais militares (simpático).

Cana: Policial civil.

Canela seca: Revolver velho, enferrujado, sujo.

Canga: Policial militar parceiro de operação. Geralmente é usado também em cursos e treinamentos diversos. Famoso “*meu par*”.

Canhão: Revolver calibre 38.

Cano: Arma ou revólver.

Cantar a letra: Presumir, conjecturar, prever.

Cão bruto: Policial militar valente, corajoso, audaz, bravo, denodado, destemido.

Capa: Farda policial.

Capivara: Ficha de antecedentes criminais.

- Cara de pau:** Cínico, petulante.
- Caranga:** Carro, automóvel.
- Caráter:** Caracterizado como produto de crime.
- Carcaça:** Corpo, porte físico.
- Carga torta:** Profissional ruim, pessoa desajustada.
- Carimbo:** Tatuagem.
- Caroço:** Munição, projétil.
- Carta:** Carteira de motorista, habilitação.
- Casa:** Instituição PMDF.
- Casca grossa:** Rigoroso, rígido.
- Caserna:** Quartel, batalhão.
- Catanho:** Alimentação conhecida também como ração dos militares, muito usual em treinamentos em campo.
- Cautela na ação:** Agir com cuidado, atenção.
- Cavalariano:** Policial militar da cavalaria (Policimento Montado).
- Cavalo de aço:** Motocicleta ou moto policial.
- Cavalo doido:** Crimes de ocasião, sem prévio planejamento.
- Cavalo:** Veículo de fuga usado por meliantes.
- Caveirado:** Policial que conclui o (COEsp) Curso de Operações Especiais do BOPE/PMDF.
- Caxangueiro:** Meliante especializado em furtar imóveis.
- Caxias:** Policial militar chato, rigoroso, rígido.
- Cemitério de lata:** Local de desmanche e desova de carros.
- Cena:** Fato, ocorrido, acontecimento.
- Chá de algema:** Algemar.
- Chá de cadeia:** Prender.
- Chalana:** Viatura antiga.
- Charles:** Comandante de uma unidade.
- Chassi pinado:** Remarcado, adulterado.
- Chefe:** Militar mais antigo ou que estar no comando. Trata-se de um jargão mais comum entre os oficiais policiais militares.
- Chicão:** Chinelo, sandália.
- Chinelão:** Bandido pé de chinelo.
- Chinelar:** Fugir a pé.
- Chips:** Policiais militares do policiamento motociclístico da PMDF.
- Chocar as esporas:** Reencontrar, marcar um encontro. (Jargão do policiamento montado - cavalaria).
- Choqueanos:** Policiais militares do Grupamento de Choque.
- Chupa cabra:** Dispositivo usado por bandidos em caixas eletrônicos de bancos para furtar envelopes de cheque ou dinheiro.
- Cifra negra:** Ocorrências não registradas.
- Circuitar:** Se assustar, movimentar bruscamente, olhar desconfiadamente ou de rabo de olho, ficar nervoso, inquieto, impaciente etc., devido à aproximação da polícia.
- Cliente:** Meliante que costuma ser preso pela polícia, várias vezes, devido ao cometimento de crimes.
- Clínico geral:** Meliante que pratica várias modalidades criminosas.
- Clonado:** Veículo com chassi igual, copiado.
- Coberto e abrigado:** Protegido, resguardado.
- Coberto e alinhado:** Policial militar agrupado com os demais ou que anda dentro da lei.
- Cobertura:** Boina, boné, quepe, capacete.
- Colar as placas:** Não saber o que fazer, isto é, paralisar, perder o raciocínio, se atrapalhar, dar o branco por motivo de nervosismo.
- Colocar o pé:** Atrapalhar, bloquear.
- Combatentes:** Policiais militares, bombeiros militares e militares das Forças Armadas.
- Comboio:** Deslocamento de viaturas.
- Comer tranca:** Ser preso, puxar cadeia.
- Copo sujo:** Barzinhos de má procedência, sujo, mal frequentado, que costuma ter ocorrências.
- Coronel ful:** Último posto de oficial (Coronel Fechado).
- Corre/ correria:** Afazer, ganha-pão.
- Corró:** Cela de delegacia.

Coruja: Meliante que costuma cometer furtos ou roubos somente no período noturno.

Cosme e Damião: Dupla de policiais que fazem rondas ostensivas a pé.

Costas quentes: Protegido.

Cracolândia: Localidade onde há grande concentração de usuários de crack.

Craqueiro: Usuário de crack.

Crise: Sequestro ou cárcere privado com risco iminente de morte por parte das vítimas (reféns).

Crista: Ponto elevado, altura, morros, pico.

Crocôdile: Armações, falcatuas.

Crocôdilos: Meliantes que atacam ônibus de viagem nas estradas ou caminhões de cargas.

Cupixa: Puxa saco, bajulador.

D

Dançar: Ser pego ou preso em flagrante.

Dar baixa: Desligar-se da PM.

Dar gelo: Ignorar, desconsiderar.

Dar goma: Acochambar, fazer corpo mole, negligenciar.

Dar o bote: Prender, pegar em flagrante.

Dar o destino: Realizar algo evidente ou dar o fim em alguma coisa.

Dar o pronto: Relatar ao superior o cumprimento ou o término de uma missão.

Dar o vazari: Deixar de fazer algo, esquivar-se.

Dar um not dall: Dar um fim.

Dar um peão: Dar uma volta, um passeio.

Dar um teco: Atirar.

Dar um xis: Dar prioridade em uma ocorrência ou dar um tempo.

Dedo de seta: Informante de polícia, delator.

Delta Fox: Distrito Federal - DF

Derrubar: Matar.

Descer: Levar para o presídio.

Desembarcar: Sair ou descer de uma viatura.

Desinteligência: Confusão, conflito, desavença.

Desmanche: Local onde se depena carros.

Desovar: Largar, deixar, abandonar.

Desunido: Policial militar que não se preocupa com a situação dos demais colegas. Famoso soberbo.

Dez, dez (10, 10): Resolvido, nada constatado.

Dezesseis de janeiro / (17 do 1): Estelionatário.

Dispensado: Liberado, despedido, exonerado.

Doze: Espingarda calibre 12.

DP: Delegacia ou Distrito policial.

Dublê: Veículo igual, porém, com o chassi diferente.

E

Elemento: Bandido.

Embarcar: Entrar na viatura.

Embusteiro: Trapaceiro, golpista, desonesto, contador de vantagem, de história, que conversa mole.

Encagaçado: Com medo, apavorado, receoso etc.

Enquadrar: Abordar, apanhar, prender, assaltar, avançar ou investir contra.

Entregar a alma: Realizar uma missão com ânimo.

Escalar: Abordar, enquadrar, ir contra alguma pessoa.

Escamar: Fazer corpo mole, embromar, enrolar, não realizar a missão, fugir de uma responsabilidade.

Escrever o nome: Lançar uma notificação.

Esfriar: Deixar passar o período de flagrância de um crime.

Estafeta: Policial designado no trabalho de entrega de documentos de uma unidade à outra (mensageiro carteiro).

F

Faca na caveira: Trata-se de uma expressão que faz referência ao símbolo do BOPE e é utilizada para dizer que certo policial é altamente treinado, combativo, aguerrido ou mesmo possui o curso de operações especiais.

Fanfarrão: Policial desatento que costumar brincar fora de hora é o famoso “brincante”.

Farândola: desordem, confusão.

Farinha: Cocaína.

Fazer a casinha: Armar a cilada, realizar a emboscada.

Fazer a vítima: Matar ou roubar a vítima.

Fazer um book: Registrar o meliante por meio de fotografias na delegacia.

Fenda: Chave mixa ou lisa usada por bandidos para abrir carros.

Fênix (s): Helicópteros da PMDF.

Ferramenta: Arma de fogo.

Ferro: Arma de fogo.

Fibra: Energia, entusiasmo.

Ficar na moralzinha: Atender o que é pedido, respeitar.

Ficar no corredor: Ficar sem função, sem cargo, sem colocação, em disponibilidade na unidade policial.

Ficha limpa: Não ter passagem na polícia.

Ficha suja: Ter passagem na polícia.

Fila: Bandido que age em bancos.

Filha única: Arma do policial (única).

Fita dada: Informação verídica, detalhada.

Folgar: Morrer, falecer.

Fora de situação! Significa cansado, exausto, machucado, arreventado. É o famoso bordão “*pedir pra sair*”. Trata-se do pedido de desistência por parte dos policiais militares. Essa frase é muito utilizada em cursos e treinamentos diversos de operações especiais na Corporação.

Furo: Marca de tiro no corpo.

G

Galinha: Folga, descanso ou um serviço leve, fácil de resolver.

Gambira: Rolo, troca-troca de produtos geralmente de origem duvidosa.

Gato veio: Ladrão rotineiro, contumaz na prática de crimes.

Gato: Ladrão que costuma furtar residência.

Golpe do grilo: Golpe da escritura falsa de imóveis ou da compra de terrenos ou lotes alheios. É a famosa “grilagem” cometida por “grileiros”.

Graham Bell: Número de telefone.

Grampear: Algemar.

Graxa: Propina oferecida ao policial.

Grileiro: Invasor e vendedor de terras alheias.

Gtopianos: Policiais militares pertencentes ao GTOp.

Guarnecida: Guardada, preservada.

Guerra: Problema, desavença, contenda.

Guerreiro: Policial militar. É utilizado também para denominar outros militares de forças diversas.

H

H (agá): Papo furado, mentira.

Homiziar: Fugir, se esconder.

Hot point: Ponto quente, ou seja, lugar de várias ocorrências de crimes, concentração de usuários de drogas, prostituição, ou a localidade de desova de cadáveres ou carros.

I

Ideia torta: Mentira ou conversa mole.

Investida: Operação policial.

Irmão de farda: Trata-se do policial militar. Usado para referir um ao outro.

Irradiar: Falar ao rádio de comunicação.

J

Jacaré: Meliante que costumar se esconder em matagais para praticar roubos.

Jack: Estuprador, pedófilo.

Jogar fora: Conversa mole, papo furado.

K

Kinder ovo: Postos comunitários da PMDF, os famosos (PCS).

Kit peba: Vestimenta, trajes ou roupas utilizadas por meliantes.

L

Lançar nome: Anotar o nome, notificar.

Laranja: Trata-se da pessoa usada por criminosos de forma voluntária ou involuntária.

Laranjeira: Policial militar que costumar ficar por muito tempo na unidade policial, ou seja, fora do expediente ou além do expediente. É famoso “procurando ou querendo serviço”.

Latrô: Meliante que comete ou já cometeu o crime de latrocínio.

Letra morta: Recurso administrativo ou judicial sem fundamento.

Limpa: Furto ou roubo de grande proporção (em série).

Linha de frente: Comandante, ou quem está à frente de uma guarnição.

Lixão: Policial militar ruim de serviço.

M

Magrelas: São as torres ou as altas antenas de rádio ou de telefonia/*internet*, localizadas em ambientes rurais ou em cidades. (Jargão do policiamento aéreo).

Mala: Malandro, bandido, marginal.

Mancha criminal: Sistema em mapa para especificar, por meio da inteligência policial, certas ocorrências de crimes em determinados locais.

Mão armada: Com arma em mãos.

Mão branca: Advogado.

Mão grande: Roubar sem arma, fingir que possui alguma arma.

Mão leve: Batedor de carteira, bolsas etc.

Máquina: Arma.

Maquinado: Portando arma.

Maré mansa: Tranquilo, sossegado, acalmado.

Maria batalhão / Maria coturno: Mulher que gosta de namorar policiais militares.

Mascado: Falhado, que não deflagrou, ou seja, tiro fracassado, abortado etc.

Mata barata: Hotéis, motéis ou pousadas que também funcionam como prostíbulos, ou seja, de má procedência.

Matador: Policial que trabalha bem, que dá muito flagrante.

Matar a onça: Não saber resolver alguma situação (ocorrência), isto é, se desesperar.

Mateiros: São os caçadores ilegais de animais silvestres. (Jargão do policiamento ambiental)

Medalhão: Comandante geral da PMDF.

Meio de fortuna: Objeto improvisado, não adequado, usado para suprir uma necessidade.

Meliante: Bandido.

Meter o pé: Arrombar algum obstáculo ou ir embora.

Meu peixe: Protegido, parente, amigo.

Micro-ondas: Local de queima de cadáver - geralmente, com a utilização de pneus ou colchões.

Mijada: Bronca, reclamação ou repreensão por parte de um superior.

Mike Tango: Moto, motocicleta da PMDF.

Mini-péba: Menor infrator.

Minuciosa: Revista bem examinada ou detalhada.

Missão: Ocorrência, diligência, operação, tarefa.

Mixa: Chave lisa usada para abrir veículos.

Mixado: Veículo violado, contravindo.

Mixuruca: Maléfica, sem qualidade, fraca, sem valor.

Mocar /mocozar: Esconder, ocultar.

Mocorongo: Policial militar em processo de formação, ou seja, sem instrução, inábil.

Moita: Pessoa que não gosta de aparecer (tímida).

Molambo ou mulambo: Militar largado ou que costuma usar fardamento velho, amassado ou sujo.

Monaliza: Travesti.

Moquinhas: Carrinhos de vendedores ambulantes.

Moral: Força, raça, energia ou fibra militar.

Morcegão: Meliante que se abriga em construções inacabadas para cometer crimes.

Moscas: Conjunto de pessoas curiosas em uma cena de crime.

Mula: Transportador de entorpecente (leva e traz).

Munição picotada: Falhada.

Muquiço: Militar ruim, largado. Pode ser também a vestimenta (uniforme) dos policiais novatos (blusa branca e calça jeans azul), conhecido também por *muquição* ou *fantasminha*.

Muxiba: Militar largado, sujo, fora do padrão.

N

Naba voadora: Utilizada quando alguma punição está a caminho ou em iminência. É o famoso “*deu merda*”!

Não lasca! Não esquentar! Relaxar ou ficar tranquilo. Pode ser usada também para demonstrar certa desconfiança ou descrédito em alguma notícia relatada por algum policial – interjeição - “isso aí é conversa mole”! (jargão mais comum entre os policiais do BOpE).

Necessidade um ou dois: São as necessidades fisiológicas, um é urinar, dois é defecar.

New cangaço (novo cangaço): Quadrilha especializada em roubo a bancos ou a carro fortes. Comumente essas quadrilhas utilizam de armamentos pesados, bem como de dinamites para explodir caixas eletrônicas e cofres embarcados.

Nóia / noiado: Usuário de droga, viciado ou drogado.

Novinho: Policial novo, mais moderno, recém-formado ou em processo de formação.

O

O.M: Organização Militar.

Objeto B.O: Objeto roubado, furtado.

Ocorrência 0800: Proveniente de trote telefônico.

Ocorrência cruzada: Ocorrência falsa, usada por meliantes para deslocar a polícia para outro local, bem distante. É o desviar ou ocupar a polícia de forma intencional para facilitar o cometimento de crimes numa determinada localidade.

Ocorrência de fogo: Ocorrência de incêndio.

Ocorrência de grande vulto: Ocorrência de grande relevância, que envolve grande aparato policial ou que também inclui mortes.

Ofiça: Oficial Policial militar.

Olheiro: Meliante que atua na vigilância de um determinado local de crime (bocas de fumo, feiras do rolo e outros) para alertar a presença policial.

Operacional: Policial militar que gosta da profissão de policial.

P

P.B: Ponto de bloqueio (famosa blitz policial).

P.O.Zeiros: Policiais militares do policiamento ostensivo.

P-1 (pê um), P-2 (pê dois), P-3 (pê três) e etc.:

São as delegacias de Polícia Civil, ou seja, P-1 - 1º Delegacia (primeira delegacia de polícia), P-2 - 2º delegacia (segunda delegacia de polícia) e assim por diante.

Paco: Pacote, embrulho com algo ilícito.

Padrão: Alinhado, dentro das normas. Usado também para designar o policial correto.

Paga dez: Exercício de flexão de braços.

Paga pau: Adulador, bajulador.

Paga sapo: Simulacro ou a réplica de arma. Arma falsa ou de brinquedo.

Pagar ocorrência: Chamada pelo rádio.

Pagar: Dar, entregar.

Paiol: Local onde se guarda armamentos, e materiais bélicos.

Papá Charlie: Polícia Civil.

Papá Fake: Falso policial.

Papá Fox: Polícia Federal.

Papá Índia: Pé inchado.

Papá Mike: Policial Militar.

Papá Oscar: Policiamento ostensivo.

Papá Tango: Prefixo (viatura) de trânsito.

Papel branco: Acordo fora da ética ou da legalidade. É o famoso dar o jeitinho.

Papirar: Estudar.

Papo federal: Dizer a verdade.

Papo reto: Falar francamente, dizer a verdade.

Paranga: Invólucro de maconha.

Paredão: Fila de suspeitos emparedados numa abordagem policial.

Participar: Lançar, notificar alguma pessoa.

Partido: Gangue ou grupo de criminosos.

Passa produto: Traficante, contrabandista, comerciante de objetos ilícitos.

Passar a caneta: Anotar, multar, lançar nome.

Passar ao largo: Afastar-se, seguir mais afastado.

Passar os panos: Verificar, averiguar, apurar, conferir.

Passar um fio: Fazer uma ligação telefônica.

Patachó: Faz referência a pataxó. Trata-se do policial que possui os cursos de PATAMO e CHOQUE.

Patameiros: Policiais pertencentes ao Grupamento de PATAMO.

Patrão: Chefe de quadrilha ou bando.

Patrulheiro: É todo o policial militar que trabalha no policiamento ostensivo.

Pau mandado: Pessoa comandada, que sempre aceita ordens.

Pé dois: Andar a pé, sem viatura.

Péba Mike: Policial militar bandido, corrupto.

Péba: Bandido, meliante, mala ou malandro.

Pebinhas: Menores infratores.

Peça: Arma, revolver.

Pedido: Procurado pela justiça.

Pedra: Crack (droga).

Pedreira: Boca de fumo específica na venda do crack.

Pego com culote nas mãos: Pego em uma situação constrangedora ou vexatória. (Jargão do policiamento montado - cavalaria).

Peito liso: Policial que não possui cursos ou que possui poucos cursos estampados por insígnias no fardamento, na altura do peito.

Pela saco: Puxa saco, bajulador.

Pendurar o coturno: Entrar para a reserva, aposentar.

Pente fino: Vasculhar minuciosamente.

Perder a estrela: Oficial exonerado ou demitido.

Permissão: Licença ou autorização para fazer algo.

Pernoite: Passar a noite ou permanecer na unidade depois de um expediente. Geralmente, trata-se de um tipo de punição ao policial.

Pfem: Policial militar feminino.

Pica carro: Meliante que trabalha no desmanche de carros roubados.

Pica fumo: Policial novato, ainda sem instrução.

Pijama: Policial aposentado ou reformado.

Pinado: Foragido, procurado pela polícia.

Pinote: Correr, fugir.

Pipocar: Atirar ou perder a cabeça, não suportar a pressão.

Pirata: Meliante participante de quadrilha especializada em roubo de caminhões de carga ou ônibus de viagem. Usada também para referir o delinquente que vende ou fabrica produtos pirateados ou mesmo o que faz transporte clandestino.

Piruar: Perambular, planejar algo, preparar, querer alguma coisa.

Pizza: Boina (cobertura) torta ou mal colocada na cabeça do policial militar.

Planilhado: Verificado, apurado, examinado.

Plotar: Estudar, observar, mapear, analisar uma localidade de crime.

PO: Significa o ponto de origem, ou seja, a base (batalhão, unidade e outros).

Policial de aço: Policial atleta, que pratica vários esportes.

Policial de ponta: Policial que trabalha no policiamento ostensivo, nas ruas (operacional).

Policial do papel: Policial conhecedor, ativo e respeitador das leis, bem como dos regulamentos.

Policial do tapete: Policial que trabalha somente no serviço administrativo.

Policial mil oitocentos e nove / Policial 1809: Se refere ao ano em que D. João VI cria a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Estado do Rio de Janeiro, a então Capital do País, Divisão essa conhecida também como Corpo de Quadrilheiros. A data foi em 13 de maio de 1809 e marca o nascimento da Polícia Militar do Distrito Federal. Como jargão se refere ao policial idoso, velho, de mais idade.

Policial quarta série: Antigos policiais militares da Corporação que não tinham muito estudo. (Período dos anos 80 e 90).

Polido: Policial militar íntegro, alinhado.

Ponderar: Teimar, reclamar.

Ponta: Meliante que vai a frente de um transporte de carga ilícita.

Positivo e operante: Entendido.

PQD: Policial militar que possui o curso de paraquedista.

Proceder / procedência: Fazer, realizar.

Prontidão: Preparado, aprontado, pronto.

Pt: Pistola (arma).

PTR: Abreviação de patrulhamento.

Pulseira de prata: Algema.

Puto: Nervoso, bravo.

Puxador de carro: Ladrão de veículos.

Puxar a cadeia: Passar um tempo preso.

Puxar a faca: Insurgir-se, reclamar, recusar-se a fazer algo.

Puxar arame: Ser preso, ficar detido.

Q

QBU: Louco, demente, doido.

QRU: (Pertencente ao Código Internacional Q). Como um jargão pode significar amante ou caso amoroso do policial militar, bem como pode ser usado também para referir os amigos de policiais.

Quadrada: Pistola (arma).

Quadrilha: Grupo formado para cometer crimes.

Queima de arquivo: Homicídio de uma pessoa importante (chave) para elucidação de um crime.

Queima roupa: Tiro a curta distância.

Quiço: Cortiço, isto é, aglomerado de várias moradias em um mesmo lote ou terreno.

Quizumba: Confusão, contenta, briga generalizada ou motim.

R

Racha: Competição proibida de carros, conhecido por pega.

Rádio corredor: Fofoca, boato, zunzunzum.

Rajada: Vários tiros de arma de fogo.

Ralado: Complicado, trabalhoso, difícil, cansativo etc.

Rancho: Refeitório militar. Atualmente, está inexistente na PMDF.

Raro: Policial militar lerdo, ruim.

Rato: Meliante especialista em invadir e furtar imóveis.

Recruta Zero: Policial em formação.

Recruta: Policial novato.

Render: Trocar de guarnição, trocar de serviço, passar a guarda, abordar ou acercar alguém.

Repique: Revista realizada com mais aplicação.

Resolver no galope: Quebrar um galho, ajudar, fazer um favor. (Termo da cavalaria).

RF ou Romeo Fox: Abreviação da palavra refeição (almoço ou janta).

Ripado: Condenado, procurado, foragido.

Rodado: Meliante com várias passagens policiais.

Rodante: Supervisor de dia em um plantão policial militar.

Rodar: Ser pego, preso, descoberto.

Rotanzeiros: Policiais militares pertencentes a ROTAM.

Roubar na mão grande: Roubar sem arma, fingindo, ameaçando, agredindo etc.

Roubar no sapo: Roubar sem arma, porém, com ameaças à vítima ou com arma de brinquedo.

Rua da alegria: Avenida onde há prostituição.

S

Safar a onça: Resolver uma situação ou uma ocorrência difícil.

Safo: Esperto, inteligente.

Saidão: Saída de presidiários em datas especiais (Indultos).

Salvado: Veículo batido com chassi preservado.

Sanar a pane: Resolver a situação (ocorrência).

Sangue bom: Pessoa de boa índole, honesta.

Sangue no olho: Policial militar bom de serviço, enérgico.

Sanhaço: Situação desfavorável, contrária, complicada, difícil, que toma muito tempo.

Sapão: Meliante que se esconde atrás de pontos de ônibus ou em matagais próximos, para assaltar passageiros, ou que se passa por passageiros, em pontos de ônibus, para despistar a polícia, e assim, cometer crimes.

Saturação: Realização de uma operação com grande adensamento policial.

Sd: Soldado policial militar.

Seguir o destino: Ir embora.

Segurar à bronca: Não apontar o verdadeiro autor de crime (assumir a culpa).

Seguro: Cela prisional separada ou especial para estupradores ou jurados de morte.

Selo: Tatuagem.

Selva: Plantão, serviço.

Sentar o dedo: Apertar o gatilho, atirar.

Sentido: Direção.

Sequestro relâmpago: Roubo com restrição de liberdade em curto período de duração.

Serviço com ou sem alteração: Plantão policial com ou sem ocorrência problemática.

Sete um: Estelionatário.

Simulacro: Arma de brinquedo.

Sinal de fumaça: Aparecer, dar um alô.

Sistema: Criminalidade.

Sniper: É o policial militar altamente treinado para efetuar tiros precisos. Comumente, faz parte de batalhões especiais de polícia militar é também conhecido como atirador de elite ou pelo termo atirador policial de precisão.

Soldado do fogo: Bombeiro militar.

Soldo: Salário.

Solicitante: Pessoa que requer ou solicita uma ação policial.

Sombra: Policial estagiário em curso de capacitação.

Steven: Nome fictício utilizado pelos policiais militares para chamar um ao outro.

Stock: Arma artesanal fabricada em presídio ou qualquer objeto (cortante ou perfurante) utilizado por alguém para lesionar outra pessoa.

Sub / subão: Subtenente.

Subir: Morrer, falecer.

T

T.C: É o Termo Circunstanciado, ou seja, trata-se de um documento utilizado pelos policiais militares para noticiar os crimes de menor potencial ofensivo, bem como os registros necessários para o trâmite judicial.

Tá limpo: Não possuir algo ilícito.

Tá na mão! Ser preso, ser pego.

TAF: Teste de Aptidão Física.

Tarimbado: Fichado na polícia, ter passagem.

Teco: Tragada de maconha.

Teleguiado: Menor de idade incumbido no transporte de drogas para um adulto.

Tempo zero: Não ter tempo para algo, atarefado, ocupado.

Ter passagem: Ter sido preso ou respondido a justiça anteriormente.

TFM: Treinamento Físico Militar.

Tijolo: Pedra compactada de maconha.

Tira: Policial.

Tiro confere: Último disparado dado na vítima, pelo meliante para confirmar o óbito.

Tirocínio policial: Também conhecido como “terceiro olho”. Trata-se da experiência, da percepção aguçada, do conhecimento, da perícia, da aptidão, da habilidade, do olhar clínico, do faro fino policial militar.

Tocar o foda-se: Bagunçar.

Tocar o rebo: Briga de grande proporção.

Tocar o zaralho: Bagunçar, sair do controle.

Tocar piano: Colher as digitais de uma pessoa na delegacia (identificação criminal).

Torar: Dormir, cochilar.

Tornado: Motocicleta da PMDF.

Trabuco: Arma de cano longo.

Trafi: Traficante.

Trepado: Veículo montado ou reparado a partir de um salvado.

Três esses (3s): Terceiro sargento. Há também o “um esse - 1º Sgt. e o dois esses - 2º Sgt.”.

Três oitão: Revolver calibre trinta e oito.

Treze (13): Pessoa louca, demente.

Trotar: Correr.

Trote leve: Correr devagar.

Trote rápido: Correr acelerado.

Trote sem estribo: Difícil, ralado, complicado. (Termo da cavalaria).

Trouxinha: Embalagem de entorpecente.

U

Um ponto zero um (1.01): Doido, maluco, desequilibrado.

UPM: Unidade Policial Militar.

UR: Unidade de Resgate (viaturas de socorro).

V

Vapor: Pequeno traficante sem a localidade definida para o ponto de venda ou o que comercializa pouca quantidade de entorpecente para despistar a polícia.

Varredura / varrer: Caçar, buscar.

Velado: Descaracterizado.

Vibrador: Enérgico.

Vinte nove, trinta (29, 30): Pessoa que anda mancando por provável tiro de arma de fogo na perna. Conhecido também como “*tá raso, tá fundo*”!

Viúva negra: Esposa que mata ou manda matar o marido.

Voador: Policial militar desatento ou não confiável para realizar as operações.

VTR: Abreviação de viatura policial.

Vulgo: Apelido.

W

-

X

Xadrez: Cela, cadeia, prisão.

Xerife: Comandante, delegado ou policial militar mais antigo. Faz referência ao termo inglês *sheriff*.

Xibungo: Bandido asno, larápio.

Xilindró: Cadeia, cela, prisão.

Xis: Cadeia.

Y

-

Z

Zanga: Difícil, complicado. É o famoso “deu zanga”! Ou seja, complicou!

Zerar: Morrer, falecer.

Zero um (01): Policial militar mais antigo ou com a melhor colocação em um determinado curso. Conhecido também como o “*cabeça da turma*”. É utilizada também para fazer referência ao Comandante Geral da Corporação, bem como qualquer policial militar que esteja no comando de uma determinada guarnição.

Zona de sombra: Área sem a cobertura de transmissão do rádio policial.

Zumbis: Viciados em crack.

APÊNDICE F – Glossário de Interjeições Policiais Militares

Nas forças militares e nas polícias militares do País, incluindo a PMDF, existem algumas expressões ou palavreados utilizados pelos respectivos profissionais pertencentes a essas corporações, que comunicam emoções ou sentimentos (não são jargões e nem tecnoletos). Observem alguns exemplos dessas interjeições policiais:

Alto! Exprime suspensão de alguma atividade policial. Geralmente é usada pelo comandante, durante as marchas policiais militares em ordem unida para dizer a ordem de parada da marcha. Essa palavra significa as seguintes expressões: pare ou cesse.

Arrego! Exprime insatisfação ou indignação. É usada para demonstrar descontentamento com algo ou alguma coisa ou alguém. Quando usada para demonstrar a desistência de alguma coisa ou de alguém, trata-se de um jargão e não de uma interjeição.

Atenção! Exprime advertência ou cuidado aos policiais. É usada para alertar a chegada de um superior hierárquico numa unidade, para reagrupar ou concentrar a tropa numa determinada formação ou mesmo para apregoar a cautela numa determinada operação policial. Outros nomes próprios das unidades policiais militares também são usados para emissão de advertência, dentre alguns, podemos citar: Pelotão! Grupamento! Escola! Esquadrão! Etc.

Bom!/Muito bom! Exprime alegria, animação, admiração ou aplauso. Esses termos são usados pelos comandantes ou superiores hierárquicos no intuito de demonstrar contentamento a algum policial, equipe ou a toda tropa, pela realização de alguma missão com muita eficiência.

Hop! É uma palavra invariável usada pelos superiores para apressar, chamar ou despedir os subordinados numa determinada missão policial – significa: rápido! Ligeiro! Já! Preste atenção! Venha ou vá! Etc. Pode significar também como resposta, o *“estou atento!”*, ou seja, o famoso *“pois não, diga-me qual é a missão!”*

Pronto! Exprime chamamento ou surpresa. Quando utilizada para informar o cumprimento de alguma missão, por parte de algum policial a um superior, trata-se de um jargão e não de uma interjeição, porém, quando empregada em resposta a um chamamento, por parte de um superior hierárquico, trata-se de uma interjeição – *“estou atento!”*

Urra! É uma palavra invariável que exprime animação e alegria. É usada como grito de guerra pelo policial militar evocando coragem, moral ou fibra.

Obs. Alguns termos de nomes próprios, tais como, o nome do nosso País (Brasil!), o nome da própria instituição (PMDF), das unidades (Academia! Choque! BOPE! ROTAM! GTOp! E outros), bem como de cursos da própria instituição (CFO! CFP! E outros) também podem ser usados como interjeições. Comumente, podem expressar alegria, animação, atenção ou surpresa por parte dos policiais militares.

ANEXO A – Símbolos da PMDF**Imagem 1 - Brasão das armas da PMDF****Imagem 2 – Marca da PMDF**

Imagem 3 – Escudo da Academia da Polícia Militar do DF - APMB



Imagem 4 – Insígnias do escalonamento hierárquico da PMDF

OFICIAIS COMANDANTES (POSTOS)	
Chefe da Casa Militar	
Comandante Geral	
Sub Comandante Geral	
Chefe do Estado Maior	

OFICIAIS SUPERIORES	
Coronel	
Tenente Coronel	
Major	

OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	
Capitão	

OFICIAIS SUBALTERNOS	
1º Tenente	
2º Tenente	

PRAÇAS ESPECIAIS (GRADUAÇÕES)	
Aspirante	
Cadete 3º Ano	
Cadete 2º Ano	
Cadete 1º Ano	

PRAÇAS	
Subtenente	
1º Sargento	
2º Sargento	
3º Sargento	
Cabo	

Soldado de Primeira Classe	
Soldado de Segunda Classe	

Fonte: www.pmdf.df.gov.br

Obs. O Posto hierárquico do oficial policial militar é conferido por ato do Governador do Distrito Federal e confirmado em Carta Patente e a Graduação hierárquica do praça policial militar é conferido pelo Comandante Geral da Corporação. De acordo com o art. 15, §1º e §2º do Estatuto da Polícia Militar do Distrito Federal - Lei no 7.289, de 18 de dezembro de 1984.